Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º / N.º 19101 4$00

TERÇA-FEIRA 13 JULHO 1976

A HISTÓRIA REGISTARÁ O NOME DO GENERAL COSTA GOMES

653 dias Presidente

A missão da Imprensa não é a de antecipar-se ao julgamento da História. Mas incumbe-lhe registar os eventos. É do domínio dos factos que estes seiscentos e cinquenta e três dias da Presidência do general Francisco da Costa Gomes permitiram que, através da agitação de uma época de transformações revolucionárias e de inevitáveis contradições, se caminhasse sem confrontos maiores, sem guerra civil, sem rupturas irremediáveis no campo antifascista, para a institucionalização da Democracia. Altamente simbólico, dos méritos incontestáveis de um homem e da sua grande contribuição pessoal para a consolidação da transformação democrática da sociedade portuguesa, foi a oferta ao general Francisco da Costa Gomes, pelos seus companheiros do Conselho da Revolução, um exemplar, belamente encadernado, da «Constituição da República».

Nenhuma lembrança seria mais significativa e mais significante. A Francisco da Costa Gomes, às suas qualidades de «homem político», à sua capacidade de «homem de Estado», à sua qualidade de «chefe militar», Portugal, o Povo Português, a Revolução do 25 de Abril ficarão devendo a institucionalização democrática, a continuidade em paz, a consolidação relativa. A vitória será incerta. Mas, até hoje, a sua estabilidade — no vendaval dos acontecimentos, dos fluxos e refluxos de um processo contraditório — deve-se, e não em mínima parte, ao Presidente da República. A História registará o papel desempenhado por Francisco da Costa Gomes para o resgate do País de longo meio século de opressão e de silêncio. Neste render da guarda, ao general Francisco da Costa Gomes é devida a homenagem e a gratidão dos Portugueses e daqueles que, na língua portuguesa, aprenderam a palavra LIBERDADE.

PRESENTE À POSSE DE EANES

Entretanto Costa Gomes estará amanhã na Assembleia da República ao acto de posse do presidente eleito general Ramalho Eanes, apesar de ontem ter criticado vivamente a discussão que sobre o assunto havia sido travada no hemicilo de S. Bento.

Esta manhã, às 9 e 45, o general Costa Gomes recebeu o presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, que se deslocou a Belém a fim de tratar de pormenores referentes às cerimónias do acto de posse do novo Presidente da República.

As 11 horas Costa Gomes recebeu o dr. Mário Soares, que lhe foi apresentar cumprimentos de despedida.

CASA MILITAR

Segundo um telegrama da ANOP, citando «fonte autorizada», o coronel Garcia dos Santos será o chefe da Casa Militar do novo Presidente da República.

O coronel Amadeu Garcia dos Santos, actual secretário de Estado das Obras Públicas, foi o responsável pelo sector de transmissões das operações militares do 25 de Abril de 1974, tendo mais tarde, refere a ANOP, «aderido ao espírito e à letra do chamado «Documento dos Nove» e colaborado activamente com o general Ramalho Eanes no decorrer da campanha eleitoral para a Presidência da República».

O PRÓXIMO GOVERNO

O próximo Governo Constitucional deverá entrar em funções na próxima semana.

Ramalho Eanes disse ontem esperar que o próximo Governo esteja concretizado oito dias após a sua investidura. Da parte do Partido Socialista não há objecções a este prazo, já que o elenco governtivo com que contará Mário Soares estaria praticamente concluído (haverá apenas alguns lugares a preencher, entre eles as «delicadas» pastas da Educação e Comunicação Social).

Outra das tarefas do PS pas-

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

ESPANHA

Ruptura democrática é a chave da Oposição

MADRID, 13 (especial para o «D.L.») — No momento em que o regime espanhol atravessa a pior das suas crises internas, a Oposição Democrática acaba de ganhar uma nova e importante batalha na luta para impor uma ruptura definitiva com a herança fascista de quarenta anos. Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se anteontem em mais de 25 cidades de todo o país, culminando assim uma semana de luta pela amnistia e pela liberdade.

A maior parte das concentrações tinha sido previamente proibida, o que não impediu que cidades como Madrid, Barcelona e Pamplona fossem cenário de imensas manifestações, brutalmente reprimidas pelas forças policiais. Nos poucos casos em que isto não sucedeu pôde constatar-se uma adesão maciça da população aos actos programados, tal como se viu na passada quinta-feira em Sevilha e em Bilbau, onde uma impressionante mole de 200 000 pessoas impôs o seu direito à rua.

A Semana de Amnistia foi a primeira mobilização de grande envergadura que o organismo democrático de oposição, Coordenação Democrática, convocou em Espanha. No apelo feito por esta a favor de uma amnistia sem limites e sem nenhuma espécie de exclusões dizia-se que «a política reformista do regime continua a privar todos os povos do Estado espanhol do exercício das liberdades democráticas» e que «o reformismo, ao combinar tolerância com repressão, mostra a sua natureza antidemocrática».

O inegável êxito alcançado pela Semana de Amnistia pode obrigar o recém-instalado governo do sr. Suárez à adopção de alguma medida parcial nesse sentido, segundo pensam os observadores locais.

Entretanto a importância destas mobilizações — que depois da semana programada vão continuar em diferentes pontos do país — reside sobretudo na origem e no carácter da sua convocação. A decisão de chamar as massas à rua foi tomada numa reunião conjunto da Comissão Executiva de Coordenação Democrática e dos representantes dos organismos regionais da mesma, na

Continua na pág. 20

Movimento sindical vai impugnar legislação antipopular

. No plenário que ontem decorreu no Instituto Superior Técnico por iniciativa da Intersindical Nacional e no qual se fizeram representar mais de cem sindicatos, alguns considerados «não afectos» ao Secretariado da Inter, foram aprovadas, entre outras decisões de notável importância, a de entregar aos órgãos superiores do Poder, a cópia de um documento que contesta determinadas decisões ultimamente tomadas pelo Conselho de Ministros, decisões que o citado documento classifica de «legislação antipopular e inconstitucional aprovada pelo VI Governo Provisório».

As decisões em causa foram adoptadas após a entrada em vigor da Constituição, facto que é considerado como tendo estado o Governo não só a legislar contra os trabalhadores, mas também a «infringir a Constituição e a atentar contra a nova sociedade democrática por ela institucionalizada».

Segundo o documento apro-

Continua na pág. 20

Parlamento Europeu:
ELEIÇÕES EM 1978
(Pág. 13)

S. TOMÉ E PRINCIPE UM ANO DEPOIS
(Centrais)

Amanhã no "D.L."
MÁRIO MURTEIRA ESCREVE SOBRE ECONOMIA

Política de A a Z

KAÚLZA DE SUA GRAÇA

Do general Kaúlza de Arriaga foi anunciada a candidatura à Presidência da República e publicamente, em conferência de Imprensa, comunicada e ujustificada a desistência. Os jornais noticiaram os propósitos políticos dessa tentativa da «direita» para emergir da divisão política, da confusão programática, da clandestinidade e da actividade subversiva e diversionista, readquirindo, através de uma campanha nacional — a candidatura de um Presidente da República — expressão e credibilidade. O general Kaúlza de Arriaga mantém contactos militares, conserva contactos políticos (nacionais e internacionais). Era o homem indicado para reunir à sua volta «retornados» (das ex-colónias e dos vários exílios), despeitados dos diversos «saneamentos» e dos muitos pavores, saudosistas do «antigamente», reaccionários surdos, conspiradores obstinados. Reunir, congraçar, reagrupar a «direita», é, hoje, a preocupação de Kaúlza de Arriaga. Para essa tarefa procurará tirar vantagem, marginalizando outros que para a chefia da «reacção unida» se lhe adiantaram, de ser — como ele declarou a um semanário de Lisboa — «ex-candidato potencial à Presidência da República». Por esta circunstância avulsa o general Kaúlza de Arriaga passou a gozar de um estatuto suprapartidário. Além de que, segundo Kaúlza: «os conceitos de direita e de esquerda e de centro-direita e centro-esquerda são muito aleatórios». Portanto, o general Kaúlza é defensor, sem politicamente aceitar rótulos, de «um regime harmonioso e eficaz», de «um regime de sentido social», de um «regime de sentido jurídico», de um «regime de sentido pragmático», «e, naturalmente, um regime não marxista e antiextremista». E ao jornalista que lhe objecta que os princípios que indicara o situam «num centro-direita ou numa direita moderada», Kúlza respondeu: «Possivelmente. Porém, e como disse, neste momento coloco-me numa posição suprapartidária...».

Acima dos partidos, das áreas políticas, das correntes ideológicas, dos interesses sectoriais, «não marxista e antiextremista». A «direita» tem homem. Mais um «chefe».

UM CHEFE UM MOVIMENTO

Dos chefes da «direita», este, o general Kaúlza de Arriaga, não deverá ser levado à conta de um aventureiro que procura uma oportunidade, ou de um exibicionista que representa um papel para a boa sociedade da sua classe e do seu tempo. Kaúlza é um homem determinado, organizado, inteligente. Das suas lições colonialistas e racistas, não devemos concluir que é «obscurantista» e «iletrado». Tem ligações (nacionais e internacionais; civis e militares). Tem apoios. Tem simpatias. A prisão, nas desastradas condições em que ocorreu e se prolongou, prestigiou-o no seu meio e entre os seus parceiros. Criou-lhe partidários.

Para a «aventura» que o solicita é duvidoso que esteja preparado. Duvidoso é, também, que das salas de conferência para a rua, seja capaz de passar a prova, de se tornar «um condutor de massas». Será antes um «tecnocrata da conspiração» (civil e militar). Mas precisa neste momento de um suporte organizacional político, de uma força que o promova e lhe confira um mandato para intervir e negociar a nível político. Talvez para impressionar, ou pressionar, a nível militar. Essa força, esse suporte organizacional será o «M. I. R. N.». O nome não está ainda assente, mas bem poderá ser «Movimento Independente de Reconstrução Nacional» (M. I. R. N.).

E perguntado se o «M. I. R. N.» não virá a colidir, nas suas actividades políticas, com os partidos C. D. S. e P. P. D., o general Kaúlza de Arriaga replicou: «A minha opinião é exactamente a contrária. Os objectivos mais genéricos do M. I. R. N. em nada afectarão os objectivos particulares do C. D. S. e do P. P. D., podendo e devendo ter lugar uma total harmonia entre as três organizações».

Kaúlza fala — ele evoca-o — como «antigo professor de estratégia». Na «estratégia da direita», a aliança Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Kaúlza de Arriaga é uma das «hipóteses de Poder».

UM PRECURSOR LIBERAL

Do despacho do senhor Presidente dos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução, que determinou a anulação do mandato de captura que sobre ele pendia, foi notificado o cidadão José H. de Almeida Araújo. E um semanário da praça apressou-se a ouvi-lo. O dirigente do Partido Liberal Português esclareceu, no que ao partido se refere, que «a seu tempo se decidirá da oficialização do P. L. P., tendo em vista a sua oportunidade no contexto político nacional e internacional, bem como o facto de existir um Partido Liberal em praticamente todas as democracias ocidentais, nomeadamente em França, onde o liberalismo — tal como eu o concebo (é ele, Almeida Araújo quem fala) — se encontra no Poder». E o correligionário de Valéry e de Chirac recusou qualquer envolvimento do P. L. P. «num golpe de Estado, como prova a minha presença neste País». Conspirador, não. Precursor, sim. O político liberal reconhece que a «abortada manifestação da Maioria Silenciosa foi de facto um movimento precursor, o primeiro detonador a nível nacional de outras manifestações semelhantes, nomeadamente a manifestação realizada pelo P. S. em 19 de Julho de 1975, a qual deveria culminar com o 25 de Novembro». E a culpa do «28 de Setembro» não ter resultado cabe ao dr. Mário Soares. Di-lo, sem rodeios, o liberal Almeida Araújo. E ter-se-ia «evitado muita tristeza a este País se naquela data, infelizmente, o dr. Mário Soares não andasse de braço dado com o mais conhecido vendedor de banha de cobra do nosso mercado político».

Textual. Registam-se, a tempo, as declarações do «liberal» que regressou. Almeida Araújo fugiu a tempo; agora, considerou, que era tempo de regressar. As suas declarações a um semanário de Lisboa, dão-nos, sem equívoco, uma exacta medida da sua estatura política. O futuro Governo deverá ter em conta as suas opiniões. Da «verdade do 25 de Abril», ele propõe-se leccionar o General Ramalho Eanes. E se as premissas que enuncia, ele, o «liberal», não forem respeitadas, Portugal terá, como destino inexorável, «um novo totalitarismo, de Esquerda ou de Direita».

E Almeida Araújo, de novo, fugirá a tempo, ou, com tempo, se instalará na «resistência». Ele, o «liberal». Ele, o «precursor».

Nacional

Presidência de alicerces

NUNO BRAGANÇA

Francisco da Costa Gomes, 13.º Presidente da República de Portugal: tem faltado uma apreciação a frio do que foi o seu trabalho, exercido entre paixões acesas e num período ebulidor. O cargo que desempenhou — o de Presidente designado no epicentro de uma crise — tinha de exercer-se em condições difíceis, de Direito e de facto. Como ele próprio recordou recentemente, o vazio constitucional foi uma ausência de rede sob os voos difíceis a que obrigava a chefia do Estado português após o 25 de Abril. A queda de Spínola, que nela ficou estropiado, mostrou que, na Presidência provisória da II República, qualquer distracção era a morte do artista. E se Costa Gomes não esqueceu essa lição, a sua flutuação preservante não se limitou a garantir-lhe o gosto e a glória de ser ele a transmitir o testemunho ao primeiro Presidente eleito. Porque dificilmente haveria agora em Julho de 76, um Presidente democraticamente eleito no âmbito de uma Constituição democrática caso Costa Gomes tivesse sucumbido numa das crises graves que o seu mandato atravessou.

Este facto bastava para que à Presidência cessante se pudessem atribuir louvores de missão cumprida.

Poderá dizer-se e diz-se que se perdeu tempo. Contudo, esta verdade relativa não implica que seja fácil atribuir sem erro a culpa disso a esta ou àquela instância. Um período de confusão é sempre inevitável quando a queda de uma ditadura não dá lugar a outra. As forças contraditórias que o 25 de Abril pôs à solta no plano interno somaram-se as pressões internacionais, cujo X de atmosfera foi proporcional à grande importância estratégica do que nos restava de um império quase inexplicável.

E a reforçar toda a tensão que assim se foi gerando, o refluxo dos últimos portugueses do ultramar veio assinalar fisicamente que a expansão iniciada em 1415 terminava agora uma longa e dolorosa regressão.

Neste contexto, o Presidente designado podia optar por um exercício do poder mais definido, de tonalidade quase partidária, ou pelo menos em favor de uma dada coligação. Resta saber se era essa a melhor escolha por parte daquele a quem sobretudo se exigia que assegurasse um mínimo de paz e liberdades, indispensáveis à formação dos instrumentos democráticos essenciais. E quando escrevo «paz», refiro-me ao que, desse objectivo ainda tão longe do alcance contemporâneo, era possível aqui e agora, sem governação de cariz ditatorial. Costa Gomes, ao decidir-se ser fiel de uma balança em permanente oscilação, expunha-se inevitavelmente a ser acusado de uma indecisão que, na verdade última dos factos, emanava do **todo** do País. É de lembrar que uma população despolitizada durante meio século se viu subitamente bombardeada pelas solicitações contrárias de forças que se digladiavam numa luta sem tréguas.

A partir de certa altura, houve um ponto em que uma parte perigosamente vasta dos portugueses esteve de acordo, e a frase que o formulou — «isto só vai à porrada» — foi proferida tanto por «homens da rua» como por responsáveis com poder armado.

Essa desesperada inclinação daria uma espécie de consenso nacional, no absurdo, ao político militar que pudesse e quisesse apostar num embate violento, embora expondo o País às mais lamentáveis consequências. Em clima assim, dizer-se que «entre irmãos, a negociação é sempre melhor e mais eficaz do que a confrontação» pode parecer irónico. Não está longe a tarde em que, na varanda de Belém, Costa Gomes se viu vaiado por manifestantes gonçalvistas a quem tivera a audácia de falar em «amor».

De Setembro de 74 a Julho de 76, a dialéctica dos interesses e dos partidos mais aparentemente identificados com eles agitou o País, dando-lhes os dados suficientes para uma resposta que as três primeiras eleições livres desde 1926 iam começar a formular. Assim se tornou possível empossar um Presidente da República democraticamente eleito, embora segundo um resultado eleitoral de leitura difícil para quem quiser fazê-la a sério. Ramalho Eanes conta, indiscutivelmente, com melhores instrumentos de consulta e regra do que aqueles de que o seu predecessor dispôs. A utilização que deles fizer determinará o rasto que vai deixar na História.

Costa Gomes, seja qual for a cadeira em que se sentar na cerimónia do empossamento, tem já o nome ligado à democracia não retrógrada a que foi possível aceder, evitando-se a ditadura e a guerra civil. É de reconhecer que ele quis que se alcançasse esse objectivo, e que ajudou a consegui-lo. O seu esforço foi obra de homem, no sentido amplo da expressão.

Homenagem do Conselho da Revolução ao Presidente cessante Costa Gomes

Costa Gomes, que hoje cessa as suas funções como Presidente da República, presidiu ontem em Belém, pela última vez, à reunião do Conselho da Revolução, que teve a presença de todos os membros que dele fazem parte, com excepção do almirante Pinheiro de Azevedo e do brigadeiro Pires Veloso, ainda hospitalizados, e do almirante Souto Cruz, ausente nos Estados Unidos, aonde se deslocou para assistir às comemorações do bicentenário daquele país. A sessão foi muito curta e, além de ter sido iniciada a discussão do decreto-lei sobre as eleições para as autarquias locias, apenas foram abordados assuntos de rotina.

A meio da reunião os repórteres fotográficos foram autorizados a entrar na sala para registarem as imagens deste último Conselho presidido por Costa Gomes e que assinala o final de um período histórico da Revolução Portuguesa, fértil em situações difíceis mas ao mesmo tempo rico como experiência de libertação de um povo longos anos oprimido.

Sousa e Castro classificaria a reunião como uma sessão de trabalho calma, que não produziu decisões, discutindo-se apenas assuntos de rotina.

«Abordou-se apenas o projecto de decreto-lei para as eleições das autarquias locais, mas não foi nada decidido sobre isso. Carência de promulgação do Presidente da República, mas necessariamente volta a ser discutido. O Conselho iniciou a discussão mas não a terminou, porque é um decreto extenso» — confirmou o porta-voz do C.R.

Interrogado sobre a exactidão de certas notícias divulgadas, segundo as quais os anexos do relatório do 25 de Novembro, ontem tornado públicos, haviam sido alterados, afirmou o capitão Sousa e Castro: «Determinados jornais falaram em alterações. Saiu agora a versão oficial que está contida nos anexos ao relatório do 25 de Novembro. Factualmente não foi nada alterado. Houve de facto alguns órgãos de informação que especularam sobre isso. Depois de terem ilegalmente publicado documentos confidenciais, como eram aqueles que publicaram como sendo a versão oficial do relatório, disseram que havia uma segunda versão o que é falso».

HOMENAGEM

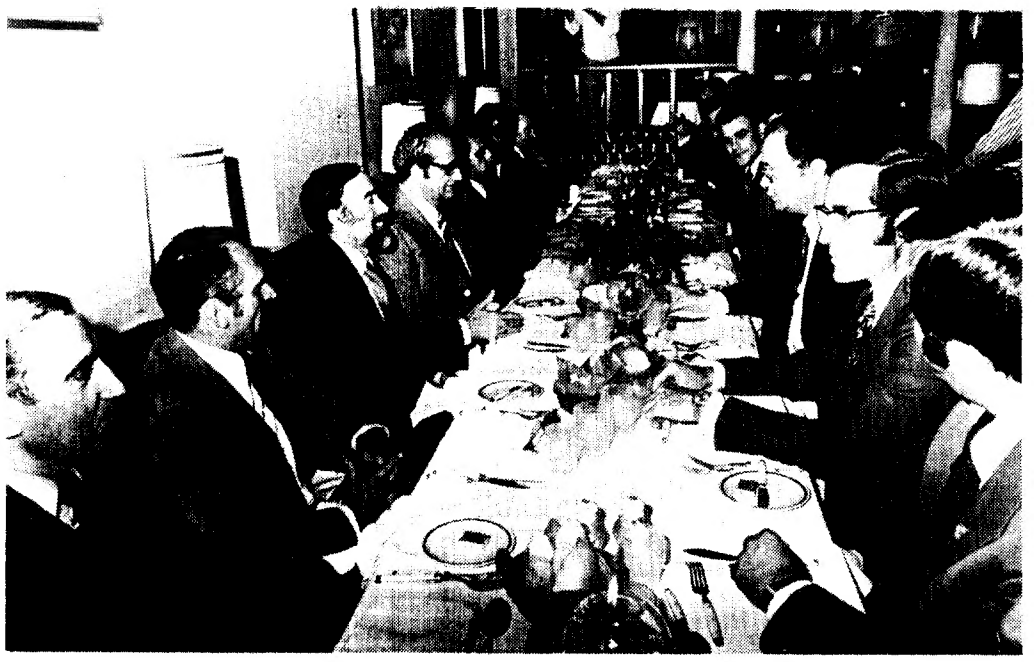
Após a reunião de ontem os membros do Conselho da Revolução ofereceram um jantar ao general Costa Gomes que amanhã passará à reserva. Estiveram presentes todos os conselheiros, à excepção do almirante Pinheiro de Azevedo, brigadeiro Pires Veloso e almirante Souto Cruz, pelas razões já referidas.

O jantar teve lugar num restaurante do bairro de Alfama e segundo o capitão Sousa e Castro os membros do Conselho da Revolução «quiseram apenas demonstrar a camaradagem que sempre existe entre militares».

Ao ser-lhe perguntado por um jornalista se não haveria um «significado mais profundo» naquela homenagem, Sousa e Castro respondeu apenas: «Os senhores tirem agora as conclusões que acharem por bem».

Conselheiros ofereceram também uma prenda ao general Costa Gomes: um exemplar da Constituição Política, na versão original, tal como foi publicada. Uma primeira folha em papiro foi rubricada por todos os conselheiros.

Este gesto dos membros do C.R. contrastou vivamente com os ataques que nos últimos dias foram lançados contra o general Costa Gomes por forças diversas, a maior parte delas directamente ligadas ao fascismo e que não têm perdido oportunidades para tentar a divisão das Forças Armadas aos mais diferentes níveis.



Costa Gomes sentado com os seus companheiros do Conselho da Revolução no restaurante Faz Figura

TROCO

Os seus móveis usados por novos, modernos ou de qualquer estilo. Grande variedade em exposição. Fabricação por desenhos. Facilidades de pagamento. **Artis Móveis e Decorações** — Rua Maria Andrade, 64. Telef. 84 87 19 (perto Igreja dos Anjos).

post-scriptum

Nós os pescadores estamos fartos de ser sugados até ao tutano

Hoje, como ontem, nós os pescadores continuamos a ser vítimas de uma desenfreada exploração. Nós, e o povo em geral, continuamos a ser sugados por outros, que até se dizem trabalhadores. Até quando?

Vem isto a propósito do que foi por mim, e por outros companheiros de faina, presenciado no dia 8 do corrente. Depois de uma noite inteira de pesca, fomos vender o nosso peixe à chamada «Lota da Trafaria». Cavala fresquinha, vendê-mo-la a 2$00 o quilo; congros, da família dos samilros, à razão de 30$00 o quilo. E o que vimos nós, meia hora depois?

O mesmo peixe, a ser vendido no mercado da Trafaria: a cavala, a 20$00 e o restante a 70$00, portanto, com um lucro de 18$00 e 40$00, respectivamente. Não será isto um roubo?

Se o pescador é obrigado (pela força do seu trabalho e pela lei) a entregar o peixe pelo preço que ele sai da lota, por que razão se autoriza a venda ao público com tal margem de lucro?

Cabe na cabeça de alguém (ó povo), que os pescadores lutem noites inteiras para ganharem uma miséria, e os outros, que se dizem também trabalhadores, depois de dormirem regaladamente na sua cama, venham arrecadar lucros chorudos, por meios gritantes ilícitos?

. Isto assim não pode ser. E nem pode continuar. Cabe às autoridades competentes tomar as medidas necessárias para que esta escandalosa exploração acabe. Por nossa parte, não estamos dispostos a continuar a engordar parasitas. É preciso, é urgente, que a justiça neste País se instale. Os trabalhadores estão fartos de ser sugados até ao tutano. Isto tem que acabar.

Armando Mateus — *Docapesca* — Pedrouços

Justiça social: para quando?

O caso que vou contar (relativo a um amigo meu) diz respeito a muitos milhares de jovens portugueses, a quem não deixaram estudar, nem trabalhar, obrigando-os a defender ideais capitalistas e colonial-fascistas. Mais precisamente, e encher a bolsa de alguns, matando populações e destruindo-se a si próprios e às suas famílias.

Trata-se de um rapaz que, como todos nós, viveu sempre sob o regime opressor. Quando acabou o curso dos liceus, não pôde continuar a estudar, porque foi cumprir o serviço militar obrigatório. «Passeou» por vários sítios desde Santarém a Lisboa, passando por Santa Margarida, onde esteve mobilizado 4 meses para Angola. Nessa altura teve bastante sorte, o seu batalhão não chegou a ser enviado para aquela ex-colónia e foi colocado em Lisboa. Acaba agora o seu serviço militar e vai passar à disponibilidade, melhor dizendo, ao desemprego. Anda a tentar arranjar emprego, mas já está farto de promessas, como todos nós.

Há dias, em conversa, este meu amigo disse-me:

«Já viste isto! Como é que eu me vou governar? Vivo em casa dos meus pais; vivemos, «infelizmente», honrada e honestamente, e a minha mulher ganhar 4 000$00. Não vou passar o resto da minha vida debaixo do tecto deles, quero ter uma casa, quero trabalhar, como tem direito todo o ser humano. No entanto, o nível de vida vai aumentar, empregos não existem e casas com as rendas que nós sabemos (e arranjá-las!...).

Eu sei que revoluções não se fazem num dia, mas para quando um ordenado máximo democrático (como prevê a Constituição da República Portuguesa) e não como muitos que ainda existem a ganharem ordenados chorudos, conseguidos à custa do negro (nas ex-colónias) e do branco (cá em Portugal), ou outros com 10 contos aqui — nesta empresa, mais 10 ali — naquela outra, etc., etc.

Justiça Social, para quando?».

R.S. — Lisboa

Coisas que nunca lembrou nem aos pides

Nos Serviços Municipalizados de Leiria foi instaurado inquérito a um funcionário progressista acusado (entre outras hipotéticas e mistificadas faltas) de não comparecer ao serviço no dia da eleição do Presidente da República. Por detrás da acusação está uma untuosa personagem que esteve envolvida numa célebre sociedade que o próprio Salazar mandou dissolver, esquecendo, porém, o procedimento disciplinar. É tanta a sanha vingativa deste sujeito e da sua camarilha, que ignorou o facto de estar o acusado adstrito, nesse dia, a uma mesa de voto. E que, de harmonia com a lei respectiva (que nem todos ali cumprem) a única atitude que poderia tomar era marcar-lhe uma falta injustificada. Levar esta infracção a um processo de inquérito foi coisa que nunca lembrou nem aos Pides...

De um leitor devidamente identificado

FOLHETIM ARTISTICO — **José-Augusto França**

LICENCIATURAS EM HISTÓRIA DA ARTE

Devem começar em Outubro próximo os primeiros cursos de licenciatura em História da Arte que a Universidade portuguesa oferece ao País. Primeiros — em 1976! Longo, longuíssimo atraso em relação à Europa e aos principais países da América. Digamos que Portugal é o último país europeu a ter um ensino específico e curricular de História da Arte — numa decisão oficial em que culmina cerca um século de esforços, iniciativas e abandonos, se como é devido contarmos o tempo desde Joaquim de Vasconcelos que criou, individualmente e com o maior sacrifício pessoal, a historiografia da arte portuguesa.

Em 1973, congressistas reunidos em Braga, para se estudar o século XVIII português, redigiram um documento dirigido ao governo de então em que se propunha a criação de tal ensino, naturalmente articulado com uma acção de pesquisa no quadro da disciplina. Tenho à mão o rascunho onde com colaboração de professores estrangeiros presentes, se registaram as intenções, e na lembrança o resultados negativo, ou passivo, da parte dum ministério da Educação que tinha mais que fazer — e totalmente se mostrava alheio aos problemas em questão. Por ignorância, por incultura — que são os dois polos em que a questão desde sempre oficialmente se definiu.

Um novo acto se representou depois do 25 de Abril, ou logo a seguir, quando, a 15 de Maio, a Universidade Nova de Lisboa aceitou o primeiro esquema de organização de um Instituto ou Departamento de História da Arte. Dois anos passaram desde então, entre gavetas e despachos tardios — até que, finalmente, se oficializou o referido ensino, para o próximo ano lectivo. Na verdade, já agora, no termo do ano que está terminado, podíamos ter os primeiros licendiados em História da Arte entre nós. Perderam-se, portanto, dois anos — dois por cento, apenas, de todos quantos por outras e encadeadas culpas se tinham perdido já...

O novo curso da Universidade Nova de Lisboa define-se idealmente ao nível duma pós-graduação de bacharelato em História — mas nele serão recebidos também outros bacharéis (ou licenciados) que tenham cursado, nas Faculdades de Letras (por opção) ou nas Escolas de Belas Artes (curricularmente), o que os programas oficialmente oferecem nesta disciplina, de modo a que um curso de especializa possa dirigir-se a pessoas minimamente informadas das generalidades da matéria. Desejou ainda a Secretaria de Estado que sejam admissíveis, após provas «ad hoc», outros bacharéis ou licenciados de qualquer formação de Ciências Humanas ou Exactas que se sintam aptos a receber tal ensino com proveito regulamentar. Num país onde a grande maioria das pessoas interessadas em História da Arte têm tradicionalmente situação de amador, este despacho parece justificar-se — embora convenha, à própria cultura nacional, cumpri-lo com a necessária responsabilização não amadorística.

Vai durar dois anos, ou quatro semestres, o curso de licenciatura, com cadeiras de história da arte cronologicamente definidas e outras, convergentes, que tratem da sociologia, da psicologia, das teorias estéticas e da metodologia da disciplina, ou da profissão — que profissionais se pretende criar, ou não valeria a pena o esforço a professores e alunos nem as despesas ao País.

Profissionais de quê? — é caso para perguntar, se não está habituado a tê-los nesta matéria. Profissionais de História da Arte, como os há e muitíssimos das história das literaturas e da história política, social ou económica, para o ensino e para a investigação, para a preparação cultural dos estudantes portugueses, secundários ou universitários, e para a produção duma historiografia que todos sabem ser actualmente (e desde sempre) insuficiente, mínima — e amadorística. Salvo raríssimas excepções (lembremos o caso da «Arquitectura Gótica em Portugal» de M.T. Chicó) — a maior parte das quais são devidas a professores de Universidades estrangeiras (lembremos R.C. Smith e G. Kubler). A saída profissional (de resto acumulável à já anteriormente adquirida) parece portanto garantida pelas próprias necessidades da cultura portuguesa — se quisermos realmente que ela exista, e não existirá se não tiver expressão no domínio da História da Arte.

Esta licenciatura que se inaugura (já com inscrições provisórias abertas e com «numerus clausus» indispensável dados os meios práticos e sobretudo humanos de que se pode dispôr entre nós) vai, sem duvida, responder a uma carência gravíssima da vida portuguesa. Mas só o fará se for definida dentro de um espírito de trabalho científico, e de algum sacrifício também, que o gosto de trabalhar na linha duma indispensável vocação certamente compensa. Disso estarão convencidos os professores e se convencerao alunos — de maneira a poderem cumprir uma responsabilidade obviamente nacional mas também internacional. Porque este pequeno Departamento terá que se definir ao nível de outros que em centros universitários estrangeiros existem mantendo com eles as relações possíveis e os intercâmbios desejáveis já assegurados. Se se trabalhar bem, muitos «handicaps» poderão ser ultrapassados, nesta disciplina, como em todas as outras em que igualmente se trabalhe bem.

Muitas coisas que nos inferiorizam há que remover, em Portugal no quadro da história da arte, no seu ensino, na sua investigação e na sua reflexão crítica. Nunca o faremos, porém (dezenas de anos o provam) se não formarmos convenientemente especialistas e profissionais. Apresenta-se agora a possibilidade prática de o fazermos. E com isso se marca uma data que logo em si é importante — e que bom será que possa ser seguida de outras, em outros quadros universitários.

RESPOSTA A UM APELO DE ANTÓNIO BROTAS

A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E O FUTURO GOVERNO

J. VASCONCELOS COSTA

A orgânica do Governo, não sendo obviamente o factor determinante da política que o Governo se propõe seguir, reflecte no entanto opções políticas e pode constituir um factor de entrave ou de facilitação da resolução de problemas sectoriais. Por isso mesmo, ainda antes da apreciação da política adoptada, em programa e principalmente na prática, a estrutura do Governo e do aparelho de Estado deve merecer logo alguma discussão. Neste momento, desconhece-se ainda como vai ser estruturado o próximo Governo e apenas nos podemos pronunciar, com toda a incerteza que daí decorre, sobre algumas notícias vindas a público e não confirmadas. No entanto, já que o exemplo vem de um membro do actual VI Governo, atrevo-me a correr esse risco. Vem isto a propósito de uma carta do eng.º António Brotas, secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, dirigida ao Sindicato dos Professores e transcrita no «Diário de Lisboa» de 23/6/76. Nessa carta, o eng.º Brotas apela para um debate sobre o eventual risco de desmembramento do M. E. I. C., que poderia vir a ser mutilado pela passagem da S. E. do Ensino Superior e Investigação Científica para a dependência directa do Primeiro-Ministro. «A verificar-se seria profundamente atentatória e de graves consequências, talvez irreparáveis, para o ensino, para o desenvolvimento científico, para o progresso e para a evolução democrática do País», afirma o eng.º Brotas, «durante nove meses responsável pelos sectores citados».

No que se refere à investigação científica, importa começar por esclarecer que a responsabilidade da Secretaria de Estado se limita de facto, apesar da ambiguidade da designação, à investigação científica praticada no âmbito do M. E. I. C. e fundamentalmente nos Centros do Instituto de Alta Cultura e Universidades. E, antes do mais, refira-se os dados constantes do último Inventário da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (J. N. I. C. T.) que, apesar de se reportarem a 1972, se mantêm válidos no essencial. Verifica-se que a investigação universitária corresponde apenas a 14,6 por cento das despesas totais com «investigação e desenvolvimento» e a 29,1 por cento do total dos trabalhadores científicos com qualificação universitária. Com toda a consideração pela investigação universitária, parece desde logo apressada a generalização em que cai o eng.º Brotas quando afirma que «a investigação científica egoisticamente separada do ensino para melhor se desenvolver só poderá morrer estiolada pela própria pequenez e inutilidade do projecto». Presumo que a referência a «inutilidade» significa estar o eng.º Brotas a pensar principalmente em investigação fundamental. Se cinge as suas preocupações à investigação universitária, de facto a investigação fundamental representa aí (ainda segundo o inventário) 62,9 por cento dos trabalhadores científicos e 67 por cento do orçamento para investigação do M. E. I. C. Mas já nos institutos de investigação do Estado, não universitários, os valores correspondentes descem a 8,3 e 8,4 por cento, cabendo cerca de 58 por cento à investigação aplicada e 31 por cento ao desenvolvimento tecnológico.

Quer-me parecer que o eng.º Brotas não desconhece estes números e que é a louvável dedicação à universidade, a que pertence, que o impede de propor um mecanismo e um quadro institucional que tenha em conta a mais conveniente articulação entre o sistema científico e técnico e outros sistemas. Defender a ligação preferencial entre o sistema científico e técnico e o sistema educacional é unilateralidade que não avança muito mais que uma perspectiva estritamente economicista da actividade científica ou que o seu oposto, a tão justamente criticada concepção purista, «cultural», alienada da ciência — torre de marfim. Com isto caímos nas questões fundamentais da política científica e técnica que não poderemos discutir em pormenor no âmbito deste artigo (1). Entretanto, já a própria Constituição, embora com a generalidade dos princípios, estabelece que «a política científica e tecnológica tem por finalidade o fomento da investigação fundamental e da investigação aplicada, com preferência pelos domínios que interessem ao desenvolvimento do País, tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos» (Art.º 77.º). Esta formulação, não obrigando a um estreito utilitarismo economicista, traduz uma clara opção desenvolvimentista da actividade científica e tecnológica. A relação entre o sistema científico e tecnológico e a totalidade das actividades produtivas faz com que a política científica e tecnológica (P. C. T.) seja uma das bases fundamentais do planeamento social e económico. A P. C. T. tem ainda um âmbito mais amplo que o simples plano de investigação científica, devendo abranger ainda as operações de desen-

Continua na pág. 4

Geral

Expropriações no Alentejo

Duas portarias do ministro da Agricultura e Pescas declaram a expropriação de um total de 272 prédios rústicos com áreas que oscilam entre 0,025 e 1412 hectares. Nestas expropriações são abrangidos mais de uma centena de agrários ex-proprietários de terras situadas nos concelhos de Avis, Alter do Chão, Portalegre, Crato, Elvas; Arronches, Fronteiras, Ponte Sor, Monforte, Évora, Alandroal, Mora, Borba, Montemor-o-Novo, Portel, Reguengos de Monsaraz, Arraiolos, Redondo, Viana do Alentejo, Estremoz e Vila Viçosa.

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

INFORMAÇÃO

Construção da passagem desnivelada na Damaia

A partir do próximo dia 16 de Julho do corrente ano iniciam-se os trabalhos relativos à construção de uma passagem inferior — destinada a veículos automóveis e peões — junto à passagem de nível da Damaia, aumentando assim a segurança naquele ponto da linha de Sintra.

Como é compreensível os trabalhos a desenvolver obrigam — por questões de segurança — a um afrouxamento para os 10 km horários por parte dos comboios que circulam naquele local entre a estação da Damaia e a de Santa Cruz de Benfica, provocando um possível retardamento de horário.

Esta situação prolongar-se-á até princípios de Dezembro do corrente ano — data prevista para a conclusão dos trabalhos — pelo que a CP apela para a compreensão dos Srs. passageiros face a esta situação criada em benefício de todos.

A investigação científica e o futuro Governo

Continuação da pág. 3

volvimento tecnológico, as actividades de alta tecnicidade, as actividades de apoio à investigação (gestão, informação e documentação, inventariação crítica, etc) e a formação especializada de quadros científicos e técnicos, e não faz sentido nem se traduz em contributos para o desenvolvimento se não se articular, influenciando-se mutuamente, com o sistema económico, em particular com a produção de bens e serviços, com o sistema educacional e com o sistema científico e técnico internacional. Assim, a P. C. T. deverá ser o ponto de encontro do plano de investigação científica, das opções económicas, da política educacional e dos recursos humanos e ainda da política de relações externas, em especial no domínio da cooperação. Vista no conjunto, a actividade científica e técnica nacional não pode quebrar nenhuma dessas ligações sob pena de acentuada quebra qualitativa e quantitativa na contribuição, embora ainda modesta, mas fundamentalmente inaproveitada, que o nosso sistema científico pode dar ao desenvolvimento. Isto não obsta a que um ou outro sector da actividade científica, um ou outro tipo de investigação não privilegie a sua ligação ao aparelho económico ou ao sistema educativo. Assim, parece-me correcto, como tónica e não como esquema rígido, que a investigação fundamental se mantenha mais estreitamente relacionada com a Universidade e a formação de quadros, aí encontrando uma das vias de inserção social, e que a investigação aplicada, logicamente muito ligada às actividades económicas, caiba principalmente aos institutos extra-universitários. Mas, sob pena de cairmos em esquematismos simplistas ou em falsas alternativas que não consideram a riqueza das relações entre os vários tipos de investigação, a sua especificidade e a sua complementaridade, é necessário instituir rapidamente mecanismos integradores que sejam suporte e factor do desenvolvimento harmónico do sistema científico e técnico e das suas relações com os outros domínios já referidos. E é aqui que a estrutura, dependências e articulações dos órgãos de direcção da investigação e desenvolvimento tecnológico e de definição da P. C. T. se revelam críticos, tanto mais que, a muito curto prazo, será necessário tomar decisões, já com muito atraso, tendentes a criar as condições mínimas para o desenvolvimento científico e técnico e responder às solicitações que a nossa economia deve apresentar à investigação e à tecnologia nacional.

Até este momento, tal organismo não existe de facto, diluindo-se as responsabilidades, sem visão de conjunto, pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, no que respeita à investigação universitária, e pelos Ministérios que comportam importantes unidades de investigação (Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Laboratório de Física e Engenharia Nuclear, Instituto Nacional de Investigação Agrária — I. N. I. A., etc). A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, apesar dos bons quadros de que dispõe, não tem sabido ultrapassar o isolamento burocrático em que sempre viveu. E de esperar, apesar de tudo, que mediante reestruturação possa vir a desempenhar um papel importante no apoio técnico ao órgão de decisão política em matéria de ciência e tecnologia. Quanto ao futuro Instituto Nacional de Investigação Científica, que dirigirá e apoiará a investigação no âmbito do M. E. I. C., não poderá, por todas as limitações já apontadas, pretender substituir-se ao órgão central de direcção do sistema científico e tecnológico até porque, como escreveu oportunamente o seu provável responsável, é «errado pedir à nossa Universidade que formule globalmente as grandes motivações sócio-económicas para a actividade científica e tecnológica do País. (...) Essa formulação virá da economia, isto é da indústria e dos sindicatos, das finanças e da balança comercial; da agricultura que se quer bastante e da pesca que se quer compensadora; do ambiente que se quer viver e da saúde que se ambiciona; e, finalmente e sobretudo, da trajectória política que se quer percorrer».

O primeiro nível de organização deve ser sectorial, no âmbito de cada Ministério, a que corresponderiam planos sectoriais de investigação e desenvolvimento, articulados entre si e reflectindo os domínios mais importantes da vida económica e social bem como, no caso do I. N. I. C., a especificidade das suas ligações (ensino e formação de quadros). O I. N. I. A. é, no essencial, um exemplo possível deste nível de organização.

Os planos sectoriais deverão conjugar a especificidade do sector com as linhas gerais da política científica e tecnológica. Nas condições portuguesas, com uma forte tradição burocrática, não parece aconselhável a atribuição do encargo de direcção e planeamento da ciência e tecnologia a um Ministério próprio (muito menos um possível Ministério da Cultura e Ciência), provavelmente incapaz de dinamizar todo o complexo de relações entre a actividade científica e as outras actividades económicas e sociais. A melhor solução parece ser — e já tem sido proposta (2) — a de um organismo interministerial ligado funcionalmente ao Conselho Nacional do Plano (Art.º 94.º da Constituição) para o que respeita à elaboração da P. C. T. e ao Ministério do Planeamento (?) no que respeita à concretização dessa política e à direcção da actividade científica e técnica. Esse organismo deve dispor de poderes para pôr em prática a política adoptada e controlar o seu cumprimento sectorial. Não deverá ainda ser amputado da responsabilidade sobre qualquer dos componentes da actividade científica e tecnológica, isto é, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, a informação e documentação científica, os recursos humanos científicos e técnicos e a cooperação internacional.

Finalmente, «last but not the least», a centralização do planeamento e direcção da actividade científica tem como contrapartida a descentralização das iniciativas, o estímulo à criatividade e à dinamização do sistema pelos trabalhadores científicos e a sua participação democrática e organizada nos vários níveis de decisão, única forma de conferir aceitabilidade a um plano que se deseja mais imperativo que vagamente normativo. O organismo central de decisão deverá portanto incluir, para além dos representantes dos diversos ministérios interessados, os representantes da comunidade científica e dos sectores sociais e profissionais mais directamente interessados na actividade científica e tecnológica.

(1) Remete-se o leitor interessado para um artigo mais exaustivo a publicar no n.º 3 de «Economia — E.C. — questões económicas e sociais».

(2) A Organização dos Trabalhadores Científicos entregou há algum tempo uma proposta concreta e pormenorizada, neste sentido, ao subsecretário de Estado do Planeamento. As posições expressas neste artigo estão também de acordo com as resoluções E/4026 e E/4178 da Comissão da O. N. U. para aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento e com a Recomendação da 18.ª Conferência Geral da Unesco.

ELEIÇÕES NA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA da Ordem dos Engenheiros

COMUNICADO

O Conselho Regional de Lisboa termina agora o mandato que lhe foi conferido pela classe em 1973, apesar das dificuldades decorrentes do regime político de então.

Este conselho Regional prosseguiu a acção iniciada em 1969 pela lista encabeçada pelos Engs. Prof. Henrique de Barros e Cunha Serra, com a qual se introduziu uma prática democrática na Ordem.

Os objectivos fundamentais do seu programa consistiam na defesa intransigente dos legítimos direitos da classe e na preocupação de que esta exprimisse livremente a sua vontade. Defenderam-se engenheiros independentemente das suas ideologias, designadamente alguns dos que agora nos atacam.

A classe foi sempre consultada, em Assembleias Gerais, quando estiveram em causa tomadas de decisão importantes.

No entanto, há quem utilize a desinformação para acusar o Conselho Regional de Lisboa de dirigismo e de enfeudamentos à Intersindical, para influenciar a classe nas eleições que, no próximo dia 14, se vão realizar na Ordem.

Embora os elementos do Conselho Regional de Lisboa não se condidatem a estas eleições, não podem, no entanto, deixar de repudiar tais acusações.

Há cerca de um ano que a Ordem transferiu para os Sindicatos de Engenheiros as suas atribuições sindicais, pelo que, desde então, não está filiada na Intersindical, nem poderia estar.

De resto, nos tempos em que isso aconteceu, esteve o Conselho Regional de Lisboa representado na Intersindical precisamente pelo candidato que encabeça a Lista A, patrocinada pelo grupo de engenheiros que agora nos hostiliza.

Aliás, há que reconhecer como muito estranho que, em substância, os candidatos da Lista A não tenham qualquer proposta programática de acção e se limitem, a coberto de acusações infundadas, ao lugar-comum de «Por uma Ordem dos Engenheiros Democrática», para com isso tirar dividendos eleitorais. E mais se estranha, ainda, que da mesma Lista A façam parte engenheiros que, em tribunal, impugnaram o referendo como modo de escolha do estatuto ao abrigo do qual se candidatam agora.

O Conselho Regional de Lisboa não pode também deixar de repudiar acusações dirigidas à Lista B, encabeçada pelos Engs. Francisco Lino Neto e José Brito Folque, onde figuram não só colegas da mais alta reputação profissional como alguns correligionários de candidatos da Lista A.

O Conselho Regional de Lisboa, perante as acusações mencionadas, exprime as mais fortes dúvidas de que, vencendo a Lista A, a Ordem venha de facto a ser democrática.

Lisboa, 12 de Julho de 1976.

O CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, 6, 3.º, D. — LISBOA-1
TELEFONES 4 17 51 — 53 55 47

CONVOCATÓRIA

O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul convoca todos os seus associados para uma Assembleia Geral a realizar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, dia 16/7/76 (6.ª Feira), pelas 20.30 horas.

ORDEM DE TRABALHOS

1 — INFORMAÇÕES
2 — TABELA SALARIAL
3 — PONTO DA SITUAÇÃO DA CARTA DE ENFERMEIRO
4 — FUNÇÃO PÚBLICA
a) Decreto-Lei n.º 294/76
b) Artigo 50 da Lei Sindical
c) Despacho de 19/3/1976

COMPARECE !
NÃO DEIXES QUE OS OUTROS DECIDAM POR TI !
A TUA OPINIÃO CONTA !

Pel'A COMISSÃO DIRECTIVA
(Ilegível)

NOTA : No acto da entrada é necessário a apresentação da Carteira Profissional ou documento que a substitua.

1 SEMANA EM LONDRES

FÉRIAS OU NEGÓCIOS
PARTIDAS em avião especial TAP:
TODOS OS DOMINGOS
Junho 6, 13, 20, 27
Julho 4, 11, 18, 25
Agosto 1, 8, 15, 22, 29
Preços excepcionais desde * 3.850$
* a vantagem dos voos especiais
Milhares de pessoas dizem com satisfação. "Fui a Londres numa daquelas viagens baratas da abreu!
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 180 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Geral

Portugal em breve no Conselho da Europa?

. Portugal poderá tornar-se, a partir de Outubro, o 19.º membro do Conselho da Europa, segundo anunciou ontem o secretário-geral desta organização, Kahn-Ackermann.

Durante uma conferência de Imprensa realizada em Estrasburgo, Ackermann revelou que os dirigentes portugueses lhe comunicaram, durante a sua visita a Lisboa em Maio passado, que Portugal poderia pedir a entrada para o Conselho da Europa, depois do Presidente da República eleito tomar posse do cargo, o que acontecerá amanhã.

«Se Portugal fizer então o pedido» — acrescentou Ackermann — «o Conselho estudará o pedido rapidamente e o comité ministerial convidaria em breve, formalmente, Portugal para tomar parte nos nossos trabalhos.»

Segundo esclareceu, delegados portugueses poderão ter assento na próxima reunião da Assembleia Parlamentar do Conselho.

Falando sobre as hipóteses de também a Espanha ser admitida naquele organismo internacional, Ackermann afirmou que tal só poderia acontecer quando fosse eleito um Parlamento democrático e depois de tomar posse um Governo que satisfaça o desejo do povo.

Deputados à Assembleia da República têm o mais alto salário da Função Pública

● Primeira reacção: P.C.P. denuncia o facto

. Vencimentos de deputados à Assembleia da República que rondarão os vinte e seis mil escudos para os representantes de círculos fora de Lisboa e os vinte mil escudos para os da capital, continuam a suscitar natural polémica, já que a atribuição destas remunerações corre em paralelo com a promulgação de algumas das chamadas «medidas de austeridade» afectando as classes trabalhadoras portuguesas economicamente desfavorecidas.

Os salários dos deputados, segundo proposta do Partido Socialista, apoiada pelo PPD e o CDS, são equivalentes à letra «A» do funcionalismo público, isto é, dezoito mil escudos, com ajudas de custo que abrangem os 450 escudos para os deputados fora de Lisboa e os 150 escudos para os de Lisboa, por cada dia de funcionamento da Asssembleia. Assim, aos dezoito mil escudos mensais, adicionar-se-ão ajudas de custo que se aproximarão dos oito mil escudos mensais para os primeiros casos e dos três mil escudos para os segundos, isto durante a sessão legislativa anual que decorre entre 15 de Outubro e 15 de Junho, portanto, durante nove meses. Anote-se, porém, que a Assembleia se pode reunir fora do período da sessão legislativa, por iniciativa própria ou da sua Comissão Permanente ou por convocação extraordinária do Presidente da República.

Em nota divulgada ontem pela sua Secção de Informação e Propaganda, o Partido Comunista Português, a propósito da difusão de um desmentido a uma recente notícia do semanário «O Jornal», em que se afirma ter sido o PCP um «entusiástico» defensor dos montantes fixados, revela:

«A questão da remuneração dos deputados foi suscitada com carácter de urgência por, não estando a Assembleia da República em condições de definir tal matéria por não estar sequer elaborado e aprovado o seu Regimento, se colocar aos deputados a situação de não começarem a auferir a sua remuneração antes de um prazo indefinido e necessariamente longo.

Tal situação foi discutida em reunião dos representantes dos grupos parlamentares com o Presidente interino da Assembleia, tendo-se concluído em propor que o Governo definisse as remunerações dos deputados através de um decreto-lei provisório a ser posteriormente revisto e confirmado pela Assembleia. Os representantes do PCP estiveram de acordo com a utilização deste método. Mas de todos os partidos representados na Assembleia da República foram os únicos a discordar dos quantitativos propostos. Em relação a estes, depois de se terem considerado várias propostas mais modestas, surgiu uma proposta do Partido Socialista, que teve a pronta adesão do PPD e do CDS, nos termos da qual os deputados venceriam o equivalente à letra «A» do funcionalismo público com ajudas de custo correspondentes, isto é, 18 mil escudos mensais mais 450$00 para os deputados fora de Lisboa e 150$00 para os de Lisboa por cada dia de funcionamento da Assembleia. O PCP manifestou-se contra tais quantitativos por entender que devem começar pela Assembleia da República os exemplos da austeridade que se exige ao Povo português, não sendo admissível que os deputados, a quem cabe a função de legislar, fixem para si próprios o mais alto vencimento da função pública.

A oposição do PCP a tais quantitativos foi mantida na reunião do Conselho de Ministros em que o assunto foi discutido, tendo o ministro comunista votado contra a fixação de tais verbas. Esta posição foi igualmente sublinhada por dirigentes do PCP, designadamente por Álvaro Cunhal (Comício do PCP em Setúbal no dia 19.6.76).

Em face de tudo isto, não pode a SIP do PCP deixar de manifestar a maior estranheza pelas fontes com que se abona «O Jornal» e que o fazem incorrer em deturpações, que aliás já estão a servir para especulações anticomunistas».

Vítor Crespo à M.T.I.

Melhorar relações com C.E.E. e com os países de Leste

. «Portugal deve melhorar as suas relações com a C.E.E. e com a E.F.T.A., mas isto não deve ser à custa das suas boas relações económicas e políticas com os países socialistas e com a União Soviética», afirmou o ministro Vítor Crespo em entrevista concedida ao correspondente em Lisboa da agência de informação húngara MTI.

Paralelamente, o comandante Vítor Crespo, que é também membro do Conselho da Revolução, realçou a necessidade de se estreitarem os laços que ligam Portugal às suas antigas colónias, salientando que é do interesse de Portugal que se consolidem os respectivos regimes e se façam esforços conjuntos no apoio à libertação dos povos da Namíbia e do Zimbabwe.

Depois de sublinhar a importância de Portugal ter aderido ao movimento de libertação da África Negra, o ministro português de Cooperação defendeu a normalização das relações entre Portugal e Angola, sem a qual se verificarão graves consequências no âmbito económico e financeiro para ambas as partes.

Durante a entrevista difundida pelos meios de comunicação social da Húngria, Vítor Crespo analisou também a situação as relações entre Portugal e Macau e Timor, reafirmando, em relação àquele, que é um território chinês sob administração portuguesa, mas quase independente e sobre Timor Leste que Portugal não aceita a integração pela Indonésia. Sublinhou também que Portugal esperava que o Conselho de Segurança da O.N.U. fosse capaz de conseguir tornar válidas as suas decisões e de assegurar o direto à autodeterminação para o povo de Timor.

Que bacalhau é este?

. A Comissão de Trabalhadores da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau denuncia, através de um comunicado, que no passado dia 5 chegaram aos armazéns frigoríficos desta empresa três camiões com um carregamento de sessenta toneladas de bacalhau congelado, procedente do porto espanhol de Vigo, sem que o seu descarregamento tenha sido efectuado, embora viesse dirigido pelo despachante à referida empresa.

O mesmo comunicado afirma que a Comissão de Trabalhadores foi informada por um elemento do Conselho de Gerência de que não havia qualquer contrato de importação de bacalhau congelado e que um pedido anterior de autorização para a importação de 172 toneladas de bacalhau congelado nao tinha sido autorizado. A Comissão de Trabalhadores chama a atenção para o facto do nome de um organismo estatal ter sido usado abusivamente como destinatário do produto. O comunicado termina a dizer que o bacalhau foi descarregado em Vigo de um cargueiro soviético e depois transportado, em camião, para Lisboa e a perguntar qual a razão do produto não ter sido descarregado directamente no porto de Lisboa. A mesma Comissão quer ainda saber qual o destino dado às sessenta toneladas de bacalhau, se o produto ficou em Portugal, se foi autorizado algum boletim de importação e para que país foram transferidas as divisas respeitantes ao pagamento: se para o país produtor, se para o país intermediário.

A.D.I.M. tem maioria na Assembleia de Macau

. A Associação para a Defesa dos Interesses de Macau, que teve um deputado na Assembleia Constituinte, ganhou as eleições para a Assembleia Legislativa de Macau, contando com quatro dos seis deputados eleitos daquele órgão regional.

Com um deputado ficaram o Centro Democrático de Macau e o Grupo de Estudos para o Desenvolvimento Comunitário de Macau. O outro concorrente às eleições, o Grupo Independente de Macau, não conseguiu fazer eleger nenhum dos seus candidatos.

Diamantino Reis, que foi deputado à Assembleia Constituinte fará também parte desta Assembleia Regional, como representante da ADIM.

Dos restantes deputados da Assembleia, que tem um total de 17 membros, seis foram eleitos por sufrágio indirecto e os restantes nomeados pelo governador, coronel Garcia Leandro.

A C. P. INFORMA:

NOVOS HORÁRIOS DOS COMBOIOS

Linha do Oeste, Linhas do Vouga (Aveiro a Viseu), Linhas do Vouga e Dão (Espinho a Sernada do Vouga), Ramal da Lousã e Linha de Coimbra a Figueira da Foz (Via Pampilhosa)

A partir de 11 de Julho de 1976, são alterados os horários de diversos comboios das linhas acima citadas, pelo que se aconselha aos senhores passageiros consultem os respectivos Cartazes - Horários, que se encontram afixados nas nossas estações.

Também qualquer esclarecimento sobre o assunto pode ser prestado pelas seguintes secções de informações:

— Estação de Lisboa (Rossio) — Tel. 326226

— Estações de Porto (S. Bento) e Porto (Campanhã) Telefs. 311616/555699

— Estação de Coimbra — Telef. 27263.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

2.ª Vara

ANUNCIO

Publicado no jornal n.º 19100 de 12/7/76

Nos autos de Execução Ordinária pendente na 1.ª Secção desta Vara, em que são: Exequente, Abílio Dias Cardoso, e Executado, José de Sousa Cintra, divorciado, comerciante, actualmente ausente em parte incerta e que teve o seu último domicílio conhecido na Rua Luciano Cordeiro, 83, 2.º Esq.º, em Lisboa, foi designado o dia 7 de Outubro próximo, pelas 15 horas, para a abertura de propostas de preço superior ao de 750 000$00, oferecido pelo exequente para a adjudicação de 9/32 avos de prédio sito em Famões, Freguesia de Odivelas, concelho de Loures, denominado Cabeço do Bispo ou Casal de Carolina, inscrito na matriz rústica sob o art.º 11, secção A, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Loures sob o n.º 29587, a fls. 103 do livro B-85, penhorados naqueles autos e pertencentes ao executado;

Na mesma data (7/10/1976), à mesma hora (15 horas), irá pela 1.ª vez à praça, à porta deste Tribunal, para ser arrematada pelo maior lanço oferecido acimado seu valor nominal, a quota do valor nominal de 1 995 000$00, que o executado possui na firma Abrisol — Sociedade de Investimentos Hoteleiros, Ld.ª, com sede na Rua Mãe de Água, n.ºs 16-20, em Lisboa, igualmente penhorada nos autos supra mencionados.

Lisboa, 9 de Julho de 1976

O Juiz Corregedor,
(Aurélio da Costa Mouro e Martins)

O Escrivão de Direito,
(José Teixeira Alegre)

Grupo Desportivo Estoril-Praia

Rua do Viveiro — MONTE ESTORIL

AVISO CONVOCATÓRIO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ao abrigo do Artigo 19.º dos nossos Estatutos, convoco para o dia 15/7/76, na nossa sede, às 21.30 horas com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

a) Apresentação e discussão do Relatório e Contas da Gerência de 1974-75 e parecer do Conselho Fiscal.

b) Eleição dos Corpos Gerentes para 1976-77.

Não estando presentes à hora marcada nesta convocação os sócios em número suficiente para que a Assembleia possa funcionar legalmente, a mesma funcionará meia hora depois com qualquer número de sócios.

Monte Estoril, 30 de Maio de 1976.

O Presidnete da Assembleia Geral

Dr. Honorato da Costa Ramos

MOÇAMBIQUE-SUAZILANDIA

Ligação ferroviária automatizada

MAPUTO, 13 — (Pelo correspondente do DL) — Duas mil e duzentas toneladas de minério de ferro, 126 mil toneladas de polpa de papel, 225 mil toneladas de açúcar 106 mil toneladas de carvão, 21 mil de fruta diversa e 68 mil de melaço é o volume de mercadorias previsto para transitarem da Suazilândia para o porto de Maputo.

Estes dados e outros referentes ao mesmo tráfego no sentido inverso, constando fundamentalmente de gasolina e seus derivados e prefazendo um total de três milhões de toneladas de mercadorias manuseadas foram divulgados a propósito da entrada em funcionamento para muito breve dum sistema de automatização centralizada no troço ferroviário Machava-Goba. Este sofisticado empreendimento adquirido pelo antigo governo colonial à República Federal da Alemanha, por 125 mil contos, depara com uma dificuldade fundamental para o seu funcionamento: a falta de técnicos para solucionar problemas de manutenção e eventuais reparações.

No entanto, segundo responsáveis do sector das comunicações dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique será vantajosa a sua entrada em funcionamento devido ao dinheiro que já custou a Moçambique. Por isso está a projectar-se um curso de formação para os alunos vindos do ensino industrial uma vez que, pelo menos, serão precisos quatro especialistas em electrónica.

Este curso será ministrado por especialistas estrangeiros.

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

LIGAÇÃO FERROVIÁRIA AO ALGARVE

Dada a afluência de público aos fins de semana, particularmente nesta época do ano, a C. P. decidiu efectuar um desdobramento ao comboio n.º 8013 com partida do Barreiro e que segue pela Linha do Sul por Beja.

O desdobramento em questão seguirá pela linha do Sado com partida daquela estação pelas 19.05 horas.

A referida circulação servirá as estações de Pinhal Novo, Setúbal, Funcheira, Tunes, Algoz, Alcantarilha, Poço Barreto, Silves, Estombar (Lagoa), Portimão, Mexilhoeira Grande e Lagos, onde chegará pelas 0.35 horas.

Nacional

Festival aéreo e eleições dão inquérito na RTP

Os depoimentos de duas crianças a propósito das eleições para a Presidência da República, encontram-se na origem de um inquérito ordenado pela Administração da RTP ao jornalista Jaime Saint-Maurice. Um dos miúdos dissera que não votaria em Otelo porque ele «não tinha cabeça para ser Presidente», e o outro recusava-se a votar em Eanes porque as letras do seu nome sugeriam as iniciais de uma determinada frase que a Administração da RTP considerou insultuosa para o então candidato. Supomos que se trataria da ladainha «Este-ainda-não-esqueceu-Salazar». Aliás, recorda-se que nenhum dos candidatos escapou à anedota mais ou menos mordaz do eleitorado.

Curiosamente, e a julgar pelos termos em que foi decidido o inquérito, parece entender-se que só no segundo caso, o do general Ramalho Eanes, houve ofensa.

OUTRO INQUÉRITO

Entretanto, também o redactor Mira Godinho foi sujeito a inquérito, mas por motivos bem diferentes: quando da reportagem efectuada em Sintra, por ocasião do Festival da Força Aérea, o jornalista fez perguntas consideradas «impertinentes». Junto de um oficial, ele quis saber se seria ou não supérfluo o consumo de combustível num festival coincidente com as medidas de austeridade decididas pelo Governo.

Outra questão levantada por Mira Godinho, foi a da presença de dois «Mirages» franceses entre os aviões portugueses.

Tanto quanto se sabe, as perguntas teriam desagradado ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Morais e Silva.

Tal circunstância, levou a chefia da Redacção da RTP a repetir, no sábado à noite, a reportagem do festival, mas desta vez sem as perguntas «impertinentes» (que na reportagem original se ouviram em «off), e que foram substituídas por música de Strauss.

Orfeon Académico de Coimbra denuncia campanha de calúnias

A direcção do Orfeão Académico de Coimbra emitiu um esclarecimento, através do qual alerta os antigos orfeonistas e a população em geral, para um encontro realizado há dias, em Lisboa, por ex-elementos daquele grupo coral sublinhando que os «anónimos organizadores da reunião, pretendem manipular os sentimentos de amizade pelo Organismo presentes nos antigos sócios, para os pôr ao serviço das suas claras intenções políticas, de impedir um Orfeon sintonizado com as aspirações culturais, estudantis e populares».

No seu comunicado, a direcção do mais antigo e prestigioso organismo coral do País, depois de recordar a expulsão do grupo aquando da crise académica de 69, de elementos que democraticamente acataram as decisões da Assembleia Magna de Estudantes e de registar o enfeudamento do Orfeon, a partir daí, ao «fascismo, em troca de viagens e chorudos subsídios» (viagens à África do Sul, Japão, ex-colónias, Rodésia, Malawi, etc.) faz o ponto da actividade do organismo, após o 25 de Abril.

Lembra que foram reabertas as inscrições, elaborados e discutidos os novos estatutos, eleita a nova direcção e aprovado um programa de actividades e salienta o atraso ocorrido no cumprimento do respectivo programa pela partida para França do seu maestro, como bolseiro, além das dificuldades surgidas com a contratação do novo maestro, ainda não homologada pelo MEIC.

RTP AJUDA...

Depois de citar, apesar das dificuldades, os espectáculos já realizados recentemente pelo Orfeon, em Anadia, Quintães e Penela, os responsáveis do Orfeon Académico de Coimbra, referem os que já estão marcados para datas próximas, e denunciam o facto de no momento em que o OAC preparava o seu reaparecimento em público «ter sido alvo de várias calúnias e ataques violentos à sua pretensa inactividade».

É referida, a propósito, a intervenção ocorrida no programa da RTP, «Terra a terra, minha gente», a qual apesar da carta enviada pela direcção do Orfeon à TV, nunca foi desmentida, e ainda a recente entrevista divulgada pelo órgão de Informação a um ex-presidente da direcção do OAC (ligado do tempo, aos sectores fascistas que «dissertou sobre a pretensa paralisação do Orfeon e da sua vontade de o «reestruturar», com um descaro apenas compatível com a falta de princípios de quem vendeu um organismo académico e numerosos colegas por subsídios e viagens».

A direcção do Orfeon considera finalmente que a «lamentável e suspeita cobertura que a RTP deu a tal indivíduo e a tal iniciativa, sem se informar minimamente da veracidade das suas informações», e da legitimidade que não possui» se insere no «actual ataque» campanha mais vasta de ataque às posições ultimamente defendidas pelos estudantes de Coimbra em Assembleia Magna.

A.P.E. define posição face ao futuro Governo

Chamar a atenção para as responsabilidades dos futuros governantes na estruturação do sector cultural e no respectivo funcionamento, é o objectivo de uma tomada de posição pública da Associação Portuguesa de Escritores (APE), expressa num comunicado ontem publicado, em que sublinha a propósito:

«Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra no seu texto a participação de todo o povo, e dos seus diversos organismos representativos, na resolução dos problemas nacionais;

«Ciente de que nem sempre, no período que ora finda, tal ideia presidiu à actividade dos departamentos competentes;

«A associação Portuguesa de Escritores afirma, uma vez mais, a sua qualidade de representante dos escritores portugueses, tanto no foro moral como profisional e exprime publicamente o voto de que, após a posse do novo Governo, o futuro Ministério (ou Secretaria de Estado) da Cultura tome a iniciativa de agrupar à sua volta todas as organizações interessadas no âmbito das actividades desse departamento governamental, de molde a que esses mesmas activisades possam exprimir efectivamente o consenso de todos os sectores intelectuais portugueses».

Concelho de Loures tem noventa anos

Loures festeja até ao fim do mês o seu nonagésimo aniversário com diversas manifestações culturais e desportivas. Para coordenar as diversas actividades previstas, foi constituída uma comissão que se propõe continuar a dinamizar a vida do concelho.

A criação desta comissão deve-se a uma deliberação da 2.ª Assembleia Nacional Popular do concelho que, face à descoordenação que preside à vida das diversas associações locais, resolveu criar um plano comum que, permita aproveitar as suas potencialidades.

Estão previstos, dentro do plano dos festejos, dez espectáculos realizados pelo Teatro Independente de Loures, quatro pelo Grupo de Mem Martins, sete pelo Grupo de Teatro da Cooperativa Colóquio, um pelo Conjunto Cénico Caldense, um pelos Bonecreiros, três pelo Grupo «Os Cómicos», oito pelo Grupo Infantil da Escola Nova de Santo António dos Cavaleiros e dois pelo Teatro Infantil de Lisboa. Serão, ainda exibidos numerosos filmes; o grupo de bailado da Gulbenkian dará um espectáculo; as bandas das diversas localidades do concelho realizarão concertos e haverá um baile.

SUPER LONDRES 2000
Viagens de 4, 5 e 8 dias a LONDRES
Preços desde
4.650.00
Agora pode visitar neste nosso sistema, duas cidades, tais como:
ROMA
MILÃO
LUGANO
VIENA
FLORENÇA
VENEZA
RIMINI
Consulte-nos sobre estas novas modalidades
CONSULTE
BUISSON
VIAGENS TURISMO
RUA BRAAMCAMP, 15-D
Tels. 40459-40468-560388
Telg. BUISTOUR-Telex 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

Avenida Almirante Reis, 45, 1.º — Telefs. 83 93 18 / 84 86 33 — LISBOA - 1

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 31.º alínea J), dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para reunir em Sessão Extraordinária, no próximo dia 28 do corrente mês de Julho, pelas 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência a Voz do Operário, sita na Rua Voz do Operário, 9 a 17, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Deliberar sobre a integração do Sindicato nos Sindicatos Rodoviários.

Informam-se os associados que para tomarem parte nos trabalhos da referida Assembleia é indispensável a apresentação do respectivo cartão de sócio, devidamente actualizado.

Lisboa, 12 de Julho de 1976

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
José Duarte

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

TECIDOS ..... Concurso Público n.º 60/76

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 8 de Julho de 1976

O CHEFE DO SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

a) **Manuel Brioso Pina de Jesus**

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

Em reunião de Delegados Sindicais efectuada na sede do Sindicato no dia 9/7/76, os Dirigentes e Delegados presentes decidiram:

1.º Repudiar o corte de energia, decretado pelo VI Governo, sem qualquer espécie de esclarecimento e consulta aos trabalhadores, assim como a prévia opinião dos técnicos responsáveis da C. P. E..

2.º Exigir a anulação do Decreto-Lei n.º 530/76, por ser um atentado ao direito ao trabalho e anticonstitucional. Exigir ainda o cumprimento integral da Constituição e da Contratação Colectiva de Trabalho em vigor.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

CONVOCATÓRIA

CONVIDAM-SE OS DELEGADOS SINDICAIS A ESTAR PRESENTES NA REUNIÃO A REALIZAR NO CÍRCULO CATÓLICO, RUA DUQUE LOULÉ, 202, NO PRÓXIMO DIA 14, PELAS 16 HORAS, COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

— **ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS**
— **POSIÇÃO A TOMAR EM RELAÇÃO AO CORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA**
— **DISCUSSÃO DOS DECRETOS-LEIS N.ºs 422/76 E 530/76.**

IGUAL REUNIÃO TERA LUGAR NA DELEGAÇÃO DA TROFA, À AV. PARADELA, NO DIA 14, PELAS 16 HORAS, COM A MESMA ORDEM DE TRABALHOS.

A DIRECÇÃO

Um aspecto da cerimónia da entrega dos aviões em Beja

OFERTA DA ALEMANHA FEDERAL

F.A.P. recebeu catorze Fiat

Mais 14 aviões a jacto do tipo «Fiat G-91 R 3», foram ontem entregues à Força Aérea Portuguesa, elevando-se assim para 20 o número de aviões de combate fornecidos gratuitamente pela Alemanha Federal a Portugal no curto espaço de cinco meses. Os 14 recém-chegados têm 15 anos, já cumpriram metade da sua possibilidade de vida e, segundo um oficial da FAP, acelerarão a renovação da Força Aérea. Na cerimónia de entrega, realizada na Base Aérea n.º 11, em Beja, o coronel Langer, chefe da delegação militar alemã em Portugal, disse que a oferta era forma de contribuição e ajuda para a reestruturação da FAP e que visava «cimentar a amizade que existe, ha já tantos anos entre as nossas Forças Aéreas, as nossas Forças Armadas, entre os nossos países, e, finalmente, na nossa qualidade comum de parceiros da N. A. T. O.». O brigadeiro Lemos Ferreira, subchefe do E. M. F. A. para a Logística agradeceu e no discurso, onde falou nos problemas das FAP, disse que a RFA era «o primeiro aliado a facultar-nos uma contribuição significativa e gratuita».

A esquadrilha de «Fiat G-91 R 3» é composta de jactos de reconhecimento e ataque ao solo em apoio às forças de superfície, armados com dois canhões de 30 mm e equipados com máquinas fotográficas e gravadores para reconhecimento. Desenvolvem uma velocidade de 850 km/h, voando a baixa altitude, têm autonomia de voo para 80 minutos, podem carregar «cargas bélicas» em quatro suportes sob as asas e valem, aproximadamente, 30.000 contos cada um.

Com esta entrega, a FAP fica a dispor de 40 aviões deste tipo.

CASO DE INSANIDADE MENTAL?

Manuel da Silva confessa-se autor do incêndio de Maceda

. PORTO, 13 — «Sou só eu. Não está mais ninguém metido no caso» — declarou o autor confesso do incêndio da mata da Maceda, aos jornalistas que o ouviram na esquadra da P. S. P. de Ovar enquanto aguardava que o conduzissem á cadeia regional de Abeiro, para onde transitou depois de ter sido ouvido pelo juiz do tribunal da comarca de Ovar, dr. António Neto Parra.

O preso, Manuel Jesus da Silva, de 24 anos, solteiro, com residência no Porto, à Rua D. Afonso Henriques, 747 (Areosa), desmentiu tudo quanto afirmara na véspera ou seja que o teriam aliciado à prática do crime de fogo posto.

«Falei em nomes porque os conheço do café da Areosa. Mas não estão metidos em nada. Sou só eu. Não está mais ninguém metido no caso», afirmou aos representantes dos órgãos de Informação.

Dadas as contradições do Manuel da Silva, avolumam-se as hipóteses de se estar perante um indivíduo que sofre de graves perturbações mentais. «Tive ataques de meninguite aos 5 anos e de vez em quando dá-me para sair de casa e deitar fogo às bouças ou às matas», foi mais uma das afirmações do detido que esteve — disse — internado aos 18 anos no Hospital do Conde de Ferreira.

Reafirmaria, ainda, ter sido o autor dos fogos postos no Verão passado na serra da Agrela e nas matas de Valongo.

O Manuel da Silva aguardará agora, na prisão, o seu julgamento. Entretanto, caberá aos médicos psiquiatras pronunciarem-se sobre a sanidade mental do detido.

Polícia abate um rapaz de 15 anos

Um jovem de 15 anos, foi abatido por um agente da P. S. P., em Coimbra, quando se encontrava nas imediações da Piscina Municipal. Tomado por ladrão, quando apenas pretendia, com um grupo de amigos, tomar banho na piscina, o estudante José Pedro Teixeira da Veiga e Moura foi atingindo mortalmente por uma bala disparada a cerca de 35 metros de distância.

Os factos ocorreram por volta da meia-noite e meia hora, quando o José Pedro e os seus colegas se decidiram a dar um mergulho, seguindo aliás uma prática que vinha desde há algum tempo, apesar do acesso à piscina ser considerado interdito àquela hora. Rodeando-se eas precauções mínimas aconselhadas pelas circunstâncias, os rapazes frequentavam todas as noites, a piscina municipal.

Entretanto, alguns assaltos verificados no sítio, teriam justificado uma vigilância especial por parte da Polícia.

A morte do José Pedro, estudante do 6.º ano do Liceu Infanta D. Maria, deve atribuir-se a uma vigilância que se deplora pelo excesso. Perante a fuga desordenada de alguns dos jovens, cujo único crime fora, afinal, o de frequentar uma piscina sem atender ao horário, a Polícia abriu fogo para o ar, segundo a versão policial). Uma das balas, porém, teve trajecto «caprichoso»: a morte do José Pedro foi ocasionada por um projéctil que lhe furou uma omoplata e saíu pelo externo.

O comandante da P. S. P. de Coimbra, Lestro Rodrigues, afirma que haverá inquérito.

Saiu o "Viva Voz"

Acaba de publicar-se o primeiro número do «Viva Voz», jornal mensal sob a iniciativa da Direcção-Geral de Educação Permanente e cujo objectivo de acordo com o editorialista, se destina a «ser um instrumento de educação ao dispor de todos os grupos locais dedicados à educação e cultura», pelo que a sua distribuição é gratuita.

Embora o suporte financeiro para esta iniciativa esteja garantido, pela ajuda pecuniária dada por paises interessados nestas experiências, teme-se que este número não tenha sequência. Neste sentido as críticas e o apoio das populações e colectividades a quem o novo jornal se dirige são vitais para a sua continuação, que pode desempenhar um importante papel relativamente às actividades pedagógicas no nosso pais.

Torre da Equimetal flutua para Sines

. O pessoal da Equimetal, empresa metalomecânica que até recentemente fazia parte do grupo CUF viveu ontem momentos de satisfação quando, pelas 15 horas, o maior aparelho completo construído em Portugal foi posto a flutuar sem incidentes.

Trata-se como nos informou o engenheiro Simões Carvalho, de uma torre processual com destino à refinaria de Sines, para a destilação de petróleo com um diâmetro de 5,300 m., o cumprimento de 36 m., o peso de 100 toneladas e a capacidade de 640.000 litros.

A particularidade deste acontecimento reside no facto deste aparelho quer pelas suas dimensões quer pelo seu peso, não poder ser transportado pelas nossas estradas, havendo sido necessário encontrar uma outra via capaz de o transportar inteiro para Sines, como havia sido pedido pelo cliente da Equimetal, a empresa empreiteira geral da Refinaria de Sines. Foi assim que surgiu a ideia de o transportar por mar, de barco ou a flutuar. Finalmente foi decidido pô-lo a flutuar e transportá-lo desta maneira, o que foi tentado pela primeira vez no nosso país. Para o efeito foram realizados estudos especiais referentes a este meio de transporte, incluindo estabilidade e corrosão.

O carregamento deste aparelho iniciou-se no dia 9 do corrente, e a sua deslocação foi feita em camião nos dias 9 e 12 havendo chegado ontem pelas 12 horas ao cais da C. U. F. e posto a flutuar, com uma cábrea fornecida pela Administração do Porto de Lisboa, pelas 15 horas. Esta manhã procedeu-se ao reboque deste aparelho para Sines.

. No mar, a torre de ferro da Equimetal flutua como um submarino, para o que lhe foi aplicada um peso suplementar de cerca de duas toneladas de ferro, cuja função é servir de lastro para que mantenha a «proa» da torre um pouco acima da linha de água. Para evitar a oxidação ao contacto com a água do mar durante cerca de quarenta e oito horas, foram aplicados ao aparelho diversos ânodos de zinco de protecção catódica.

A fim de impedir que a torre se movimente demasiado durante o trajecto, o que poderia quebrar os cabos de suporte, foram aplicados três estabilizadores, assim como o peso extra de ferro a que já referimos. O trajecto que a torre vai percorrer foi traçado sobre uma carta com a rota marítima, onde estão assinaladas as profundidades, para, no caso de acidente, que provocasse o afundamento da torre, por exemplo, se tornar mais fácil a recuperação do aparelho.

A torre da Equimetal quando era posta ontem a flutuar com a ajuda de uma cábrea de A.G.P.L.

Transplantação de órgãos regulamentada por lei

A transplantação de órgãos humanos foi legalizada e regulamentada, com a publicação de um decreto-lei que estabelece as respectivas normas.

Os médicos que procederem à colheita de tecidos ou órgãos no corpo de uma pessoa falecida poderão ser punidos com pena até dois anos de prisão, se o fizerem sem a certificação do óbito, e até um ano, se tiverem conhecimento da oposição expressa do morto.

A lei estabelece que a referida colheita é permitida, nos termos do presente decreto-lei, proibindo-a, no entanto, quando houver supeita de que uma morte violenta resultou de acção criminosa, ou houver conhecimento de qualquer forma de oposição por parte da pessoa falecida.

A família ou herdeiros do falecido não devem ter conhecimento da aplicação concreta dada aos tecidos ou órgãos colhidos, nem ao beneficiário deve ser dito qual a origem dos que foram utilizados para a transplantação ou outros fins terapeuticos.

Estas são algumas das regras estabelecidas por decreto-lei do Ministério dos Assuntos Sociais, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 162, que define os termos em que poderão ser colhidos no corpo de pessoa falecida tecidos ou órgãos necessários para transplantação e outros fins terapêuticos.

Liamba e profamina vão dar ao Rossio

Agentes da Polícia prenderam ontem, no Rossio, António Lopes, de 21 anos, solteiro e canalizador. Trazia consigo pacotes de liamba. Eram cinco da tarde.

À mesma hora e ainda no Rossio, foi preso o Carlos Carloto, 18 anos, estudante. Tinha profamina na mão.

Nacional

DIVULGADOS OS ÚLTIMOS ANEXOS AO RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO

Confirmação de responsabilidades e descrição dos acontecimentos

Otelo, o Copcon, o P. C. P. a F. U. R., a U. D. P. a Intersindical, vinte sindicatos, diversas unidades militares, principalmente do Exército, o S. D. C. I. e dezenas de nomes, não só de militares mas também de civis, constam como implicados responsáveis nas acções relativas ao «25 de Novembro», segundo os oito anexos do relatório final ontem enviado aos órgãos de Informação que a imprensa matutina de hoje insere já nas suas páginas. Ressalta, naturalmente, para a curiosidade interessada do público, o comprometimento que o relatório atribui a Otelo e ao Copcon. Mas são ainda de assinalar os demais, designadamente o S. D. C. I. e o nome de Almada Contreiras, unidades da R. M. L., como o RALIS e o R. P. M, por exemplo, organizações integradas na F. U. R. como o P. R. P. e a LUAR, e bases do P. C. P. O relatório é muito extenso, são 350 folhas dactilografadas. Na impossibilidade técnica de o divulgarmos na íntegra, resumi-lo-emos com um mínimo pormenor, chamando a atenção dos nossos leitores para o facto de ele ter sido publicado por alguns matutinos de Lisboa e do Porto na íntegra. Deve ainda registar-se que o relatório divulgado de ontem para hoje é uma versão do texto elaborado pela competente comissão entretanto dissolvida. O facto, porém, e de acordo com o porta-voz do C. R. capitão Sousa e Castro, é insignificante, na medida em que a versão tornada pública não representa qualquer alteração, no domínio factual, em relação ao texto elaborado pela comissão competente.

OTELO E COPCON

Enquanto o comandante do Copcon, o major Otelo Saraiva de Carvalho tinha preparado uma «força dissuasora de esquerda» (nas palavras do relatório, no anexo respectivo), a que projectava fazer a entrega de sete mil G-3. Além destas, milhares de outras armas viriam a ser distribuídas por Otelo a unidades militares da sua confiança. Estas armas, — segundo o relatório, Otelo confessou-o — destinar-se-iam a ser utilizadas por civis em caso de emergência. Além de Otelo, o relatório cita outros nomes de militares do Copcon, ou com este comando relacionados, como igualmente comprometidos, na situação espoletada em 25 de Novembro. Otelo saberia do paradeiro das «armas em boas mãos» que então foram assunto escaldante: parte delas, pelo menos, foram para a posse do P. R. P. O Copcon aparece largamente incriminado: terá sido lugar de inúmeras reuniões, aí se coordenaram muitas das acções depois levadas a efeito, com êxito ou frustradas. O relatório articula com o Copcon, a F. U. R, o P. C. P. (citando o nome de Jaime Serra). O nome de Otelo aparece ainda associado aos «SUV's» e às «intercomissões de Praças»: segundo o relatório, o então general graduado estaria sempre, pelo menos com o seu apoio tácito, muito próximo destas iniciativas. O nome de Otelo surge assim como representativo da responsabilidade pela situação que se vivia nos quartéis. A este propósito, o relatório fala de «surrealismo revolucionário». Especificando: a participação dos militares das forças sob o comando de Otelo em manifestações, a cobertura de protecção que eles deram a ocupações, a movimentos de trabalhadores em luta nas fábricas, nas empresas, nos órgãos de Comunicação Social. Não são apenas para o relatório, os oficiais do Copcon: são também os oficiais afectos à linha política representada por Vasco Gonçalves.

Ainda Otelo, além de responsabilizado pela situação de indisciplina em que se encontravam os quartéis, é acusado de colaborar na campanha destinada a derrubar o VI Governo Provisório (citam-se, a propósito, a sua ida a Beja e a mensagem enviada à manifestação no Terreiro do Paço). Mas o momento culminante do comprometimento de Otelo naquilo a que a linguagem oficial chama «golpe» ou trabalhos preparatórios, é o apoio dado aos pára-quedistas de Tancos sublevados contra a hierarquia da Força Aérea. O relatório lembra o fornecimento feito à Base-Escola de Tancos de inúmeras e várias armas e munições. Descreve-se sumariamente os movimentos registados nos dias anteriores a 25 de Novembro, nos meios político-militares. O relatório é muito mais pormenorizado quando fala de movimentos a nível inferior ao das cúpulas político-militares e omite praticamente tudo quanto poderia dizer-se a respeito do que se terá passado ao nível, por exemplo, do Conselho da Revolução. Otelo é acusado de ter tido conhecimento prévio de que as bases áreas iam ser ocupadas pelos páras sublevados em Tancos. O relatório diz textualmente que «foi do Copcon que partiram as ordens para a ocupação das bases». A mensagem segundo o relatório, foi enviada pouco depois de Otelo sair do Alto do Duque. De par com Otelo, outros nomes altamente responsabilizados pelos acontecimentos, são, por exemplo, Varela Gomes, Dinis de Almeida, Costa Martins, Arlindo Ferreira, Tasso de Figueiredo, Rochete, e naturalmente Fernandes. Fala-se dos comandos e outros oficiais de unidades pertencentes à R. M. L.

25 de Novembro: a E.P.C. de Santarém, sob o comando de Salgueiro Maia, inicia a marcha sobre Lisboa

EXÉRCITO

Um dos oito anexos de que a parte final do relatório ontem divulgada se compõe, diz respeito ao Exército. Fala-se aí da «degradação» que caracterizava a situação em inúmeras unidades, e acentua-se a situação em que se encontravam as unidades da R. M. L. directamente afectas ao Copcon: o Ralis, a E. P. A. M., o R. P. M., o D. G. M. G, o R. A. C., o D. M. F. A., o B. E. N. G. 3, o R. I. A, e outros como o R. I. S., a E. P. A., o R I. F. A descrição dos factos registados nestas unidades, e entre elas antes do «25 de Novembro», envolve inúmeros nomes de militares e ainda civis. Entre estes Isabel do Carmo, e Carlos Antunes, do P. R. P. Fala-se ainda de militantes do P. C. P, do M. E. S., do M. D. P. e da U. D. P., entre outras organizações políticas, como factores preponderantes da situação de indisciplina que se vivia nos quartéis, com reflexos na marginalização progressiva da cadeia hierárquica tradicional.

Esta parte do relatório é uma enumeração exaustiva de ocorrências nas unidades em questão, e à sua margem, mas com elas estreitamente relacionadas. O relatório parece considerar de especial melindre ou gravidade a criação (que então se preparava, como o texto denuncia) de formas de articulação entre as unidades militares e a população, representada esta por militantes de organizações políticas, sindicais, e populares, e de base (trabalhadores, moradores). O texto denuncia a prática de detenções, prisões e torturas levadas a efeito, por militares de colaboração com civis.

P C P-F U R-U D P E SINDICATOS

São frequentes ao longo de todo o texto as alusões às principais organizações de esquerda. Fala-se do P. C. P. da L. U. A R., do P. R P. e das outras organizações que integraram a Frente de Unidade Revolucionária, e bem assim da U. D. P. Paralelamente acusam-se vinte sindicatos de implicação directa no desencadear dos acontecimentos. A saber: Electricistas do Sul, Industrias Químicas, Indústrias Farmacêuticas, Escritórios, Construção Civil, Ferroviários do Centro, Pintores da Construção Naval, Vidreiros da Marinha Grande, Metalúrgicos, Indústria Hoteleira, Cobradores, Artes Gráficas, Ourivesaria e Relojoaria e Correlativos, Construtores Civis, Indústria de Panificação, Telecomunicações e Radiodifusão, Cerâmica, Professores e Transportes Rodoviários. São ainda citadas responsabilidades do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, a Intersindical, a União dos Sindicatos do Sul, Sindicatos Agrícolas de Santarém e Beja nomeadamente, comissões de trabalhadores ou trabalhadores de várias empresas.

Lembra-se que esta componente do processo do «25 de Novembro» era objecto de outra parte do relatório anteriormente divulgada. Igualmente a parte respeitante às responsabilidades a atribuir às principais organizações políticas tinha sido anteriormente tornada pública. As referências que nos oito anexos de ontem para hoje ocorrem são menos objecto de explicitação detalhada e mais recurso para descrever as acções que envolveram unidades militares.

ARMADA E FORÇA AÉREA

Dois dos oito anexos são dedicados um ao que se passou na e com a Armada, outro com o que se passou com e a Força Aérea. No respeitante à Armada, é de salientar a conclusão de que o comandante naval do Continente (cap.-de-mar-e-guerra Costa Santos) esteve comprometido com as forças sublevadas da Força Aérea. Fala-se de reuniões apontadas conotadamente com as forças que depois se sublevaram, e em que participaram, Rosa Coutinho, Martins Guerreiro, Almada Contreiras (chefe do S. D. C. I.), o primeiro-tenente Miguel Judas compartilha responsabilidades com o C. N. C. O relatório descreve minuciosamente o que se passou nos (e com os) fuzileiros desde vários dias antes do «25 de Novembro» até ao dia 26.

O relatório historia pormenorizadamente os antecedentes das ocupações das bases aéreas e outras dependências das F. A., detendo-se depois com minúcia nas ocupações feitas pelos páras de Tancos Acentua-se uma vez mais o comprometimento de elementos civis pelo menos nas operações realizadas. Estes civis são citados em conotação com organizações políticas, sindicais e de trabalhadores a nível de locais de trabalho.

A ACÇÃO DO S.D.C.I.

As «acusações» mais graves contidas no relatório dirigem-se ao S. D. C. I. e reportam-se à actividade deste Serviço Director e Coordenador de Informação, chefiado pelo comandante Almada Contreiras. O relatório começa por historiar as acções psicológicas empreendidas pela iniciativa dos Serviços, logo a seguir ao 11 de Março, passa pela enumeração exaustiva de diversas acções ao longo de todo o Verão de 75, demora-se depois na participação que aquele órgão teve no «25 de Novembro».

Lembrando que a missão essencial do S. D. C. I. era produzir informação nacional, isenta e apartidária, o relatório acusa-o de se ter desviado do sentio da sua função essencial. O S. D. C. I. segundo o relatório, fez «buscas, detenções, prisões, irregulares, por vezes com a colaboração de civis e emprego de armas». Desconhecem-se pormenores relativos a prisões efectuadas, mas sabe-se — o relatório diz — que algumas delas foram feitas sem ordem de captura, e sem que, depois, os detidos fossem entregues à autoridade competente. Depois do «25 de Novembro» foram encontrados nas suas instalações mandados de captura em branco assinados por Otelo. Segundo o relatório, as informações conseguidas pelo Serviço eram depois fornecidas sob a forma de relatórios especiais ao Gabinete do então Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves. Ainda segundo o relatório, os Serviços cediam essas informações a organizações políticas, como a F. S. P., o P. R. P., o M. D. P. e o P. C. P. O relatório fala de nomes que o Serviço articulava, por exemplo, entre sargentos da Força Aérea e denuncia a realização de reuniões nas suas instalações numa altura em que preparava o que o mesmo relatório chama «golpe» e a actuação declaradamente comprometida do Serviço nos acontecimentos que tiveram lugar nesse dia e, depois, até à sua extinção.

Segundo o texto, o apuramento de responsabilidades individuais, disciplinares e criminais, constitui competência exclusiva das autoridades judiciais e tribunais militares.

Nas imediações da P.M., onde se travou tiroteio, viveram-se os momentos mais graves do 25 de Novembro

Trabalho

POR ACLAMAÇÃO

Secretariado da Inter mandatado para dialogar com o Governo

A poucos dias da entrada em funções do primeiro Governo «definitivo», reuniram-se em Plenário que decorreu ontem no Instituto Superior Técnico, por iniciativa da Intersindical Nacional, os representantes de mais de cem sindicatos, abrangendo cerca de um milhão e 200 mil trabalhadores.

Depois da discussão do ponto número um da ordem de trabalhos — situação político-económica — foi aprovada por unanimidade e aclamação uma proposta que mandata o secretariado da Intersindical como interlocutor, ante os órgãos do Poder, em todas as questões que digam respeito às classes trabalhadoras. De notar que entre os sindicatos representados no plenário contavam-se alguns considerados «não afectos» ao secretariado da «Inter». A unidade alcançada é aliás o elemento que mais ressalta, terminados, já noite adiantada, os trabalhos do plenário.

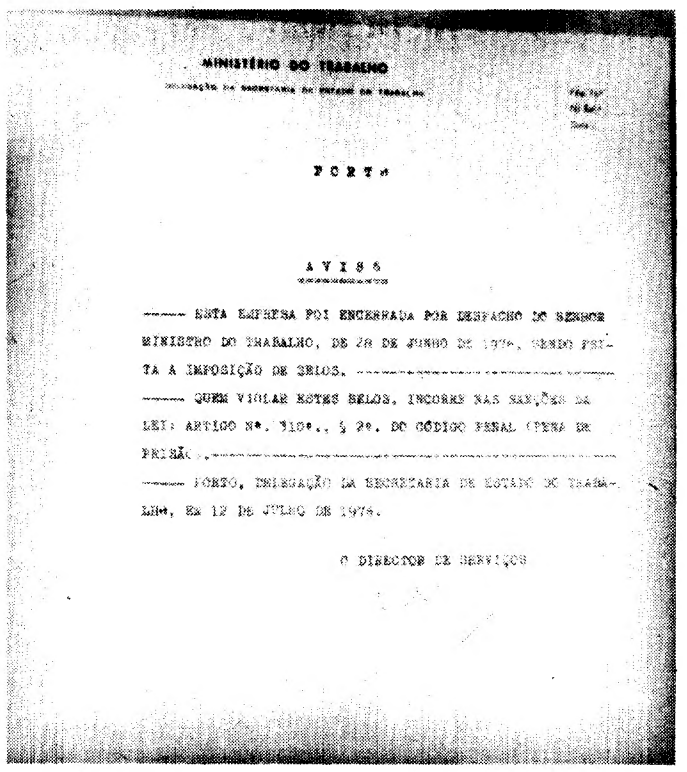
Para o diálogo com o futuro Governo, foi decidido criar também uma comissão de apoio ao secretariado, a qual será constituída pelas associações sindicais dos mais importantes ramos da actividade económica: metalúrgicos, texteis, rodoviários, comércio, escritórios, ferroviários, panificação, cerâmica, químicos, bancários, electricistas e farmacêuticos. A proposta aprovada inclui, por outro lado, a consulta a todos os sindicatos, filiados ou não na «Inter», pelo secretariado e respectiva comissão de apoio, procurando-se assim «combater todos os contactos paralelos de outros órgãos de trabalhadores» susceptíveis conforme considerou o plenário de causar «a divisão dos trabalhadores e do próprio movimento sindical».

A discussão da situação político-económica foi antecedida da leitura de um texto do secretariado da Intersindical no qual se afirma: «Os trabalhadores estão vitalmente interessados em que os órgãos do Poder, nomeadamente o Governo que se irá formar, respeitem os seus direitos, consignados na Constituição, atendam às suas opiniões, gozem da sua confiança, única possibilidade de contarem com o seu apoio activo».

ENERGIA: GOVERNO É RESPONSÁVEL

Estiveram também em debate questões como sejam as relacionadas com os cortes de energia, política salarial, contratação colectiva e despedimentos. Relativamente aos cortes de energia, os sindicalistas presentes, depois de vincarem, condenando o facto, que, mais uma vez, os órgãos de poder agiram sem consulta prévia às organizações dos trabalhadores, responsabilizaram o Governo pela situação criada, repudiaram a falta de planificação no sector e exigiram um inquérito que determine os verdadeiros motivos da situação de crise a que se chegou. As consequências dos cortes de energia eléctrica estão entretanto a alastrar ao campo do direito do trabalho, havendo casos em que, o grande patronato, a coberto das restrições, avança já com ilegalidades em matérias de horários de trabalho e de pagamento das horas de paralisação conforme foi denunciado.

«Esperando que os órgãos do Estado fiquem cientes de que os trabalhadores jamais darão o seu aval a medidas postas em prática sem previamente terem intervido em amplas reuniões de discussão», os sindicalistas reunidos no Técnico reiteraram a necessidade de uma participação efectiva dos trabalhadores na busca das soluções para problemas que lhes dizem respeito a eles mais do que a ninguém, participação que deverá vir assumir formas concretas por intermédio da Intersidical e da comissão de apoio ontem criada.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

PORTO

AVISO

——— ESTA EMPRESA FOI ENCERRADA POR DESPACHO DO SENHOR MINISTRO DO TRABALHO, DE 28 DE JUNHO DE 1976, SENDO PROIBIDA A IMPOSIÇÃO DE SELOS. ———

——— QUEM VIOLAR ESTES SELOS, INCORRE NAS SANÇÕES DA LEI: ARTIGO Nº. 310º., § 2º. DO CÓDIGO PENAL (PENA DE PRISÃO). ———

——— PORTO, SECRETARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EM 12 DE JULHO DE 1976.

O DIRECTOR DE SERVIÇOS

Fim do conflito na Coronado?

Passados cinco meses sobre o início do conflito surgido na fábrica de Confecções «Manufacturas Coronado», em S. Romão do Coronado (Santo Tirso) onde se mantinham impedidas de regressar ao trabalho 36 operárias, o M.T. tomou uma atitude enérgica: selou as portas, com auxílio de forças militarizadas que ocuparam as instalações na madrugada de ontem.

Com efeito, pouco depois das 2 horas, um numeroso efectivo da G.N.R. composto por alguns blindados, cercou a empresa, procedendo pouco depois os agentes do M.T. à selagem da fábrica. O complexo continua cercado com as forças militarizadas de guarda às instalações, para evitar qualquer alteração da ordem ministerial.

Entretanto, no local começa a circular a versão de que o cerco à fábrica foi para evitar que as 36 trabalhadoras e o Sindicato a assaltassem. A versão é facilmente referenciada, uma vez que as forças de direita se recusam a aceitar que o Governo, desta vez, se impôs com determinação para fazer cumprir a lei.

Há uma semana que a fábrica se encontrava encerrada para férias do pessoal, estando o proprietário ausente do País.

O «sr. cônsul», é acusado pelo Sindicato como responsável pela divisão cavada entre os trabalhadores e pelo surgimento do conflito em si.

Recorde-se que depois do despacho ministerial de fins de Maio que impunha a reintegração imediata das operárias suspensas compulsivamente da firma, foi tentada três vezes a reintegração. Em todas elas foi notória a passividade das forças da G.N.R., acontecendo que da última vez (há 15 dias) a violência se abateu sobre alguns agentes do M.T. que compareceram no local para dar cumprimento à decisão governamental.

O Sindicato de Vestuário do Porto que em vez da decisão agora tomada preconizava a intervenção estatal, mantem-se numa posição de espectativa quanto à solução do conflito, segundo nos informou um dirigente, esta manhã.

Promessa de agravamento no sector das conservas

Com adesão na ordem dos cem por cento, prossegue a «greve» dos 12 mil trabalhadores do sector de indústria de conservas, sem qualquer solução à vista. Na verdade, um encontro que hoje se realiza em Setúbal não visa o debate da actual situação e de qualquer modo o único interlocutor da parte do patronato, hoje, serão os Armadores de Pescas Longíncuas.

Entretanto, os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Conservas mantêm-se decididos a sentar-se à mesa de negociações única e simultaneamente com as três associações patronais: do Norte, do Sul, e das Pescas Longínquas. Até agora, têm surgido propostas com diferentes datas para reuniões da parte de cada uma destas associações.

A greve, iniciada ontem, consiste numa baixa de produção progressiva com impedimento da saída da produção das fábricas e podem chegar à paralisação total. Ontem, em alguns pontos do Norte, originaram-se conflitos com base na posição dos trabalhadores. Teria sido o caso na Uniconserva, em Vila do Conde, quando o patrão tentou agredir um delegado sindical no que foi impedido pelas operárias que assistiam à cena.

Matosinhos foi palco de outro tipo de actuação por parte do patronato, que ameaçou com o encerramento de fábricas, não pagamento de salários e inclusivamente com a intervenção de forças da «ordem».

Recorda-se que o patronato conserveiro se tem recusado pura e simplesmente, ao diálogo com os sindicatos do sector.

INCIDENTES NO PORTO

Segundo informação do Sindicato dos Conserveiros do Norte a adesão à greve de zelo é de 80 por cento.

Pressões e ameaças recaíram, ontem, sobre alguns trabalhadores em empresas do Norte tendo-se verificado até algumas tentativas de agressão. Nas fábricas «Brandão» e «Vasco da Gama» os patrões ameaçaram reduzir para quatro os dias de trabalho. Na «Vasco da Gama» a entidade patronal tentou mesmo encerrar a fábrica da parte da tarde, mas os trabalhadores mantendo-se lá dentro impediram que tal se concretizasse. Na fábrica «Botelhos», a entidade patronal ameaçou que fecharia a fábrica, tentanto fazer sair a conserva contra a vontade dos trabalhadores. Gerou-se um conflito a que dirigentes sindicais acorreram tendo entretanto um deles, Manuel Carvalho da Costa sido vítima de tentativa de agressão por parte do encarregado.

Durante a noite, homens e mulheres fizeram piquetes à porta das fábricas «Independência», «Vasco da Gama», «Uniconser» e «Pátria», evitando possíveis tentativas de saída das latas de conserva.

Veterinários continuam em greve

A justeza da luta dos médicos veterinários pelo menos no que se refere a um dos pontos que os levaram a entrar ontem, em greve nos municípios respectivos é uma das conclusões que se tiram de uma nota oficiosa do Ministério da Agricultura e Pescas. Quanto aos outros pontos, ainda não tomaram posição os departamentos governamentais envolvidos.

Ontem, um dirigente do Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários afirmou que a greve quase com 100 por cento de adesões só terminará quando a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários e a Junta Nacional dos Produtos Pecuários em concelhos de deficiente assistência sanitária derem satisfação às suas reivindicações: preenchimento das vagas, cumprimento da Portaria 84/75, de 14 de Fevereiro, e actualização de acordo com os vencimentos da função pública.

Caso as reivindicações dos veterinários não venham a ser atendidas, a luta poderá agudizar-se, deixando, então, aqueles profissionais de prestar os serviços de inspecção sanitária dos alimentos e de vacinas anti-rábicas. Tal facto perturbará certamente os abastecimentos públicos de carne, ovos e pescados.

Restrições na energia podem ser aproveitadas contra os trabalhadores

— ALERTAM C.T.'s DA METALOMECANICA PESADA

A situação criada pela redução e corte periódico no fornecimento de energia eléctrica pode ocasionar alguns «perígos» para os trabalhadores, ao ser aproveitada para justificar a necessidade de implantação de centrais nucleares sem uma ampla discussão nacional, ou o não cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e o adiamento das negociações de novos contratos — alerta a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalomecânica Pesada.

As restrições recentemente decretadas foram objecto de análise durante a última reunião daquele organismo, que concluiu «para além das justificações oficiais, que só foi possível chegar a esta situação por uma incorrecta política energética e por não terem sido tomadas em devido tempo as medidas mais convenientes».

Justifica aquela Comissão, em comunicado final:

«Tendo este País, de há longo tempo, um nível de produção energética que é ultrapassado pelas necessidades de consumo, o que obriga a importações de elevadas quantidades de energia eléctrica, recorrendo-se à rede internacional, nomeadamente à Espanha e França, e sendo do conhecimento das entidades responsáveis que a Europa há já alguns anos se encontra em situação de seca o que, face a estudos elaborados, permitia prever com antecedência as implicações no futuro — estranhamos que só agora seja dado ao assunto a importância de que o mesmo se reveste verificando-se que medidas concretas e alargamento ao domínio público só aparecem quando a situação é por de mais inadiável. Parece-nos que idêntica actuação não foi seguida nos outros países.

O facto de só agora as medidas restritivas serem postas em prática leva-nos a concluir uma vez mais do aproveitamento político de situações cuja resolução deverá ser norteada apenas pelo interesse nacional. Isto é, apesar da inexistência de uma política energética correcta, as restrições deveriam ter sido iniciadas há já alguns meses atrás independentemente de uma situação de eleições».

CONSEQUÊNCIAS

Esta situação poderá ser aproveitada segundo a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Metalomecânica Pesada para justificar a necessidade de implantação de centrais nucleares sem uma ampla discusão nacional, uma política de horário nacional sem discusão prévia pelos trabalhadores, o não cumprimento dos contratos colectivos, ou o não aproveitamento por conversão dos circuitos normais de fabricação, recorrendo-se a alterações de horários.

Agentes de viagem desafiam ministro para debate público

Os agentes de viagem vão continuar a greve do passaporte até ser revogada a portaria dos 7 mil escudos, mas agora com nova modalidade: o registo das transferências turísticas no passaporte só se faz se for conveniência do turista. A decisão foi tomada no plenário nacional realizado ontem, no Teatro Maria Matos.

Os trabalhadores decidiram também manter contactos com o Ministério do Comércio Externo e Turismo, a fim de obter a garantia dos seus postos de trabalho, nos órgãos estatais em vigência na altura em que os actuais postos de trabalho corram o risco de desaparecer.

Outra decisão tomada no plenário de ontem foi o esclarecimento da opinião pública sobre esta forma de luta que visa essencialmente a manutenção dos postos de trabalho de milhares de agentes de viagem e o evitar do mau gasto de divisas. Relacionado com este segundo objectivo, os trabalhadores lançam um repto ao ministro das Finanças para um debate público. Ficou também estabelecido exigir a criação do Operador de Turismo Nacional nos moldes aprovados no Congresso de Hotelaria e Turismo, realizado em Fevereiro.

Estas medidas foram tomadas a nível nacional, pelo que tanto o Porto como Faro ficaram a elas vinculadas. No Funchal decorre hoje um plenário para que os trabalhadores madeirenses se pronunciem sobre a questão.

As outras medidas anteriormente deliberadas de boicote à importação de turismo e à saída de membros do Governo foram anuladas, a primeira definitivamente pelas consequências que traria a outros trabalhadores e a segunda até que se consiga a solidariedade da TAP.

Estrangeiro

A fase da reconstrução nacional é trilhada com entusiasmo pelo povo angolano. As dificuldades são enormes. O país está desvastado. Mas há boas perspectivas de superação dos obstáculos, de forma a avançar rapidamente rumo à opção estratégica definida pelo M. P. L. A.: o socialismo, a abolição completa da exploração do homem

R.P.A.: RUMO AO SOCIALISMO

O povo angolano para a reconstruçã

POR UMA INFORMAÇÃO CORRECTA

Após alguns meses de permanência em Angola, é possível finalmente estar em condições de fornecer um breve quadro da vida na República Popular de Angola. A tarefa não é fácil, por vários motivos. Antes do mais, a dificuldade em analisar uma realidade pujante mas tão complexa como é a dos novos países africanos. Por outro lado, faltam estudos económicos, elementos estatísticos.

Estas dificuldades, a juntar ao curto período de permanência, limitam logicamente estas notas essencialmente descritivas.

A leitura de alguns jornais portugueses, enviados por pessoa amiga, foi uma razão de peso que me «obrigou» a pegar no papel e começar a redigir. As notícias sobre Angola são simplesmente espantosas.

O «Diário Popular» de 17 de Abril, na secção dedicada a África, insere no seguinte título: «1500 cadáveres de cubanos num barco frigorífico ancorado ao largo do Congo». O «Jornal Novo» de 20-4-76, na pág. 13, escreve: «Cresce a tensão entre cubanos e angolanos». A seguir a este título, vem a informação de que «notícias recebidas hoje de Luanda, de fonte absolutamente fidedigna, dão conta de que crescem naquela cidade as tensões entre cubanos e angolanos. Registaram-se vários incidentes na baixa da capital de Angola e em locais de distração».

O mesmo jornal extrai a seguinte conclusão no seu número de 17 de Abril: «Com a prisão de Gentil Viana rompe-se o mito da revolução nacionalista». Na parte final, o autor que assina A. G., afirma peremptoriamente: «Acaba de ser preso para vergonha de uma revolução. Para vergonha de quem traiu a revolução angolana. O único crime autêntico de que o podem acusar é ser um nacionalista revolucionário». Outro título: «Governo quer fuzilamentos». No artigo, referem-se as prisões de Gentil Viana e Pinto de Andrade e indica-se que «entretanto, correm rumores de uma tentativa de golpe de Estado em Angola».

Para terminar estas referências, assinalemos agora outro artigo publicado no mesmo número do «Jornal Novo» e intitulado «A guerra civil desconhecida». O autor do artigo, Luís Rodrigues (?), descreve a «luta da U. N. I. T. A.», lendo-se no último parágrafo: «Savimbi disse-me: «no sofrimento encontraremos a razão da nossa força moral. Aqui temperaremos, de novo, o aço da nossa vontade, que a súbita transição do 25 de Abril tinha feito flectir, pelo emburguesamento de alguns quadros e pela inflação de militantes de base, a quem não foi possível enquadrar e instruir devidamente. A nossa guerra começa agora. E vamos vencer...»

As citações poderiam prolongar-se, mas o leitor português conhece-as melhor do que eu. Não deixa realmente de ser espantoso como, na ânsia de caluniar uma revolução triunfante, órgãos de Informação que se dizem «independentes», recorrem à invenção mais torpe e à mentira descarada.

O objectivo é claro: prejudicar as relações de amizade e de cooperação entre o povo português e o povo angolano, favorecendo assim o planos belicosos do imperialismo.

Felizmente que nem toda a Imprensa portuguesa alinha nesta campanha. A informação correcta ainda existe. E a verdade está ao alcance daqueles que realmente a desejem conhecer...

HÁ UMA GUERRA CIVIL EM ANGOLA?

Fala-se muito em «guerra civil». Certamente o hábito de considerar a luta de libertação do povo angolano como uma «guerra civil» levou o articulista do «Jornal Nvo» a afirmar que na R. P. A. há «uma guerra civil desconhecida».

É verdade que persistem, nalgumas regiões do país fronteiriças com o Zaire e a Zâmbia, focos de guerrilha. A U. N. I. T. A.-F. N. L. A. actuam nalgumas zonas das províncias do Uíge, Cabinda, Moxico e Bié.

O reconhecimento da existência da guerrilha nalgumas zonas é insuficiente se não for completado por algumas considerações acerca do seu significado e dos meios utilizados.

É necessário, em primeiro ligar, delimitar o conceito de guerrilha. Este termo é geralmente empregue para designar a luta armada dos movimentos revolucionários, que se situa fora dos esquemas da guerra militar clássica. Todavia, por guerrilha deve entender-se um **método de combate**, com abstracção do carácter ideológico e político das forças que o utilizam num determinado país.

Assim se explica a aceitação do termo guerrilha para referir a actividade contra-revolucionária dos movimentos fantoches. **Essa guerrilha nada tem a ver com a luta de libertação.**

O factor decisivo para o sucesso deste método de combate, a sua grande força, reside o apoio da população. Sem tal factor, está votado ao fracasso.

Para que o apoio da população exista, numa base permanente, é indispensavél uma linha ideológica que corresponda às aspirações do povo e um sério trabalho político dos guerrilheiros.

Quando faltam estes pressupostos, a guerrilha pode ter êxitos temporários, mas o seu futuro está condenado. Temos um exemplo na Bolívia, Che Guevara pagou com a vida a ausência de um trabalho político em profundidade que mobilizasse o campesinato deste país.

Nas então colónias portuguesas, o PAIGC, o MPLA e a Frelimo só passaram à luta armada após criadas as condições lara o seu desencadeamento.

Vejamos melhor o caso de Angola: Porque razão apenas MPLA lutou contra o colonialismo, granjeando o apoio popular? Precisamente pelo facto de apresentar um programa de libertação correspondendo às aspirações mais profundas do povo, programa esse testado através de uma prática consequente dos seus militantes. A FNLA e a UNITA nunca chegaram efectivamente a empenhar-se na luta anticolonial. Daí a sua fraquíssima implantação no interior de Angola.

Agora, uma vez conquistada a independência política, que levou o povo, ao Poder, qual o futuro dos grupos fantoches? É óbvio que a sua sorte foi já traçada pela derrota clamorosa infligida durante a segunda guerra de libertação, no ano passado.

Financiados pelo imperialismo e defendendo soluções neocolonialistas, estes grupos recorrem agora a acções de desespero que se centram em emboscadas e ataques às populações. Esta é a prática corrente por exemplo no Bié e Moxico, havendo inúmeros casos que o testemunham. Ainda recentemente a UNITA atacou na povoação de Chicala (linha do CF de Benguela), trabalhadores indefesos, provocando 11 mortos. O objectivo é evidenge: atemorizar a populacão, levá-la a fugir da produção e actividade normal sob a direcção do M. P. L. A. Embora servindo-se do «mito» de Savimbi e alardeando a sua «ressureição próxima», os fantoches não conseguem enganar aquela parte do povo que anteriormente se deixou ludibriar pelo tribalismo.

Esta a razão pela qual as acções de guerrilha, com as caracteristicas aqui referidas, estão condenadas ao fracasso.

A cultura do tabaco, atingida pelo êxodo de retorn

AS DIFICULDADES ECONÓMICAS

Mais de 100 pontes destruídas, estradas intransitáveis, culturas inteiras desvastadas, eis algumas das dificuldades económicas com que se debate a R. P. A.

As dificuldades foram extraordinariamente agravadas na altura da retirada dos invasores. Centenas de camionetas foram levadas para o estrangeiro, as repartições públicas destruídas, as casas saqueadas. É impossivel descrever a amplitude dos estragos. Conscientes da irreversibilidade da vitória das FAPLA, os fantoches destruíram tudo quanto puderam.

No plano da produção industrial, cerca de 50 por cento das fábricas estão paralisadas ou com um fraquíssimo rendimento, devido à fuga dos técnicos e aos estrangulamentos nos circuitos produtivos. A sabotagem económica dos colonialistas atingiu proporções gravíssimas. Muitos patrões levaram máquinas caríssimas nos incontáveis caixotes que seguiram para Lisboa e Windhoek.

A febre de saquear Angola alastrou a tal ponto que as lojas ficaram completamente vazias. Na Guiné-Conakry, os franceses levaram, em 1958 as maçanetas das portas e os fios dos telefones. Em Angola, retornados houve que chegaram ao cúmulo de levar baldes em plásticó!

A produção agrícola sofreu também uma grande quebra. No Norte não se efectuou ainda a colheita do café No Sul, a ocupação da UNITA redundou no assassinato de muitos camponeses e na destruição de plantações.

Se bem que difícil, a situação não é catastrófica. A vida decorre normalmente, apesar das repercussões económicas.

Por exemplo, em Luanda, formam-se grandes bichas para comprar a carne, que no entanto é vendida a cerca de 80$00 o kg, portanto mais barato do que em Lisboa. Os produtos encareceram bastante, sentindo-se a falta de vegetais e de fruta.

O «mercado negro» de géneros alimentícios atinge dimensões relativamente grandes, com as quitandeiras a açambarcarem os produtos para, seguidamente, os venderem três vezes mais caro.

As dificuldades que aqui assinalámos são reais. As causas também são conhecidas. Aqueles que hoje traçam um quadro trágico da vida em Angola, para seguidamente deduzirem a responsabilidade do M. P. L. A. e do Governo, «esquecem-se» que a herança legada pelo colonialismo foi duplicada pelos efeitos da intervenção imperialista.

Entretanto, quais as medidas tomadas pelo Governo?

A própria enunciação da presente fase do processo revolucionário como sendo de reconstrução nacional mostra-nos já a direcção principal dos esforços do povo angolano.

No plano agrícola, estudam-se a forma de eliminar as distorções no campo. Prevê-se a formação de cooperativas de camponeses ao lado de fazendas estatais. O Governo anunciou já uma grande campanha de mobilização da população com vista à recolha do café, de forma a que a safra deste ano se não perca.

As vias de comunicação estão a ser reparadas. Um trabalho não negligenciável pertence às brigadas de desmontagem das minas profusamente colocadas pelos invasores.

As fábricas recompõem-se, sobretudo, pela inciativa dos trabalhadores. Após a fuga dos patrões, muitas empresas continuaram em laboração, instituindo os trabalhadores o controlo operário da produção. Houve, naturalmente casos de oportunismo; nalgumas fábricas e oficinas, certos trabalhadores tentaram substituir-se aos patrões. Em muitos casos, fizeram-se reivindicações salariais exageradas e incomportáveis. **Mas no geral este período foi caracterizado pela demonstração de uma elevada consciência política dos trabalhadores angolanos.**

A nacionalização de algumas das principais empresas, como a CUCA e a Textang, anunciada nas comemorações do 1.º de Maio pelo presidente Neto, foi acolhida com um grande entusiasmo. Os dirigentes angolanos acentuam agora a importância da elevação da produtividade e a necessidade de um trabalho árduo.

Alguns agitadores reaccionários tentam afanosamente criar situações de confronto. Aires Machado, ministro do Trabalho, alertou recentemente os trabalhadores para o isolamento dos reaccionários nas empresas.

Esboçam-se medidas com vista a garantir um sistema de abastecimento de mercadorias. Além das iniciativas dos trabalhadores de serviços públicos e empresas, organizando cooperativas de consumo, as comissões populares de bairro criaram formas originais de distribuição dos produtos.

A reorganização do comércio interno, é imperiosa, pois estas iniciativas não chegam para satisfazer a população, que, muitas vezes, recorre ao «mercado negro».

Algumas cidades do sul do país, como Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e Huambo estão em situação mais favorável, visto localizaram-se em

Nos mercados de rua faltam géneros alimentícios, mas a situação está em vias de normalização

Estrangeiro

EDGAR VALLES

o arranca
ão nacional

nados, está de novo em fase de arranque

giões agrícolas.
Foi já anunciada a prepaação de um plano económico ra Angola, o que sem dúvida ntribuirá para o desenvolviento industrial.

SOLIDARIEDADE INERNACIONAL

Os boatos de confrontos encubanos e angolanos, que, gundo o «Jornal Novo» se rificariam até na baixa de anda, não podem deixar de er rir mesmo a pessoa mais uda.

É comovente constatar no a-a-dia o apreço popular pejuda dos cubanos. Desde militares das FAPLA até à pulação das áreas suburbas tratada por médicos de Cu, demarca-se perfeitamente sentimento generalizado de mbo pelos combatentes inacionalistas.

Os angolanos compreendem rfeitamente a relevância da lidariedade progressista. ada a essa consciência, junse a facilidade de convincia dos cubanos que, pelo u comportamento, identifim-se completamente com os bitos e maneira de ser dos golanos.

A ajuda não se limitou ao pecto militar. Para que o denvolvimento de Angola possassentar em bases sólidas, ndispensável a criação de forte sector estatal e o estalecimento de relações de operação económica com os ados naturais do movimento libertação nacional. Os ordos recentemente assinas em Moscovo pela delegação angolana chefiada pelo primeiro-ministro, inserem-se nessa necessidade objectiva.

Angola precisa ainda de técnicos dos países socialistas, que, conforme as palavras do presidente Neto em Moçamedes (21-5-76), «vão dar-nos a ajuda necessária para que nos possamos desenvolver de uma maneira desejável, sem abandonar a opção revolucionária».

Significam estas relações um «enfeudamento»? Certamente que não. A cooperação económica entre países soberanos é radicalmente distinta da pilhagem efectuada pelos imperialistas nos países do chamado «Terceiro Mundo». A primeira enquadra-se na coincidência objectiva de interesses na luta anti-imperialista, na igualdade entre os países. A segunda verifica-se em países como o Zaire e a Costa do Marfim, onde o poder político encontra-se subordinado aos apetites dos monópolios internacionais.

Os defensores do imperialismo, face ao afastamento de Angola do seu sistema de economia, não podem deixar de criticar e amaldiçoar a opção do povo angolano.

ALFABETIZAR A POPULAÇÃO

«Que cada angolano que saiba ler e escrever alfabetize pelo menos um angolano!», esta a palavra de ordem lançada há cerca de três meses pelo ministro da Educação e Cultura, António Jacinto.

Estudantes, funcionários públicos, operários, constituirão brigadas com a função de efectuar uma grande campanha de alfabetização. Num futuro próximo, cada cidadão será obrigado a apresentar o seu cartão de alfabetizador, que terá a mesma importância que o Bilhete de Identidade.

Será assim eliminado o grande atraso que representa uma maioria da população sem saber ler nem escrever.

Os problemas do ensino estão a ser alvo de grande atenção. Apesar da carência de professores, o ensino primário, secundário e terciário estão em funcionamento normal. A maioria dos programas foram reformuladas. Anteriormente, as crianças da 4.ª classe tinham de decorar os nomes das serras de Portugal. Agora, estudam a realidade angolana.

A Universidade de Luanda registou uma redução de alunos, por motivos compreensíveis. Este grau do ensino estava reservado aos sectores economicamente privilegiados, que se incorporaram na vaga dos retornados.

A necessidade de quadros qualificados origina uma grande afluência à Universidade. Realizaram-se em quase todas as Faculdades cursos preparatórios, de curta duração, que permitiram o acesso à Universidade de muitos trabalhadores que não tinham o 7.º ano. Grande número dos alunos provém do funcionalismo público.

Estuda-se também a forma de ligar o ensino à produção. Prevê-se que, já neste ano lectivo, os alunos tenham dois meses de trabalho no campo ou noutras actividades produtivas. Em Medicina, desde os primeiros anos os estudantes fazem «banco», suprindo em parte a falta de médicos. Os tribunais estão já a socorrer-se de defensores oficiosos junto da recém-criada Faculdade de Ciências Jurídicas e Administrativas. Muitos estudantes são professores no ensino secundário.

Forma-se assim um novo tipo de estudante. Desapareceram aqueles que aceleravam os seus automóveis último modelo, embriagando-se à noite nas «boites», e formam-se homens para quem o estudo é uma forma de servir o povo de que fazem parte.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Muitas das pessoas que regressam a Luanda, vindos de Portugal, perguntam a medo: «É verdade que estão a desaparecer brancos?».

A pergunta tem uma certa razão de ser, já que indica a profusão de boatos espalhados pela reacção internacional a fim de «provar» que em Angola reina o caos, sendo os angolanos incapazes de se governar a si próprios.

Qual a situação da justiça na R. P. A.? Estão realmente a «desaparecer» pessoas? Até há quem fale em Portugal na «nacionalização das crianças pelo Estado»!

Para a compreensão desta questão é importante apercebermo-nos de alguns aspectos da táctica adoptada, nesta fase, pelas forças do imperialismo. As acções de sabotagem e os atentados contra as populações, descritas anteriormente, visam «destabilizar» o país, de modo a gerar um clima de insatisfação, cepticismo e insegurança. Este objectivo pode ser atingido através de várias formas, utilizadas conjuntamente. A paralisação da produçao, o fomento de acções reivindicativas incomportáveis pelo Estado, os boatos e o racismo, constituem outros tantos métodos a acompanhar as acções de guerrilha.

O racismo ocupa um lugar importante nos planos dos inimigos de Angola. Como se sabe, muitos dos retornados foram vítimas da FNLA-UNITA, que os enganaram pela demagogia. Cidadãos portugueses houve, no entanto, que optaram pela permanência em Angola, contribuindo corajosa e dedicadamente na reconstrução nacional. Muitos dos técnicos que cá se encontram são portugueses, identificados com a luta do povo angolano. Esses técnicos ocupam um lugar importante na produção, pelo que os reaccionários tentam provocar um clima de insegurança à sua volta de forma a que estes sigam as pegadas dos retornados, privando assim Angola do seu trabalho.

É assim que se explicam alguns atentados ocorridos recentemente em Luanda, que vitimaram três cidadãos de raça branca. As características que rodearam os atentados demonstram inequivocamente que os seus autores obedeceram únicamente a motivos de carácter político, enquadrando-se assim na táctica da reacção.

As FAPLA continuam em missão de vigilância, enquanto a RPA envereda pela reconstrução nacional

Uma mulher-soldado da RPA: o povo agora trabalha em paz mas não esquece a terrível guerra que teve que travar

O Governo tem tomado medidas. A repressão a criminalidade é um facto. Os tribunais estão a funcionar, pese as limitações, e a Polícia encontra-se numa fase de reestruturação.

A justiça é aplicada com severidade e adquire um carácter sobretudo preventivo. Sucedem-se rapidamente julgamentos que se tornam célebres.

Um dos mais conhecidos, que vamos tentar relatar, foi presidido pelo cda. Macedo, do Tribunal Militar. Aí se celebram os casamentos dos militares. Dias antes da data do casamento de um comissário político, uma rapariga de 16 anos dirigiu-se ao camarada Macedo, dizendo-lhe que sabia que o homem com quem vivia ia casar com outra. O homem em questão era o comissário político, cujo casamento estava anunciado com grande pompa em Luanda, pela importância dos noivos.

No dia do casamento, perante os convidados bem aperaltados, estabeleceu-se o seguinte diálogo entre o juíz presidente Macedo e o noivo.

«Juíz-Presidente-Cda Comissário, diga-me, o que pensa sobre o casamento?

Comissário Político — Para mim o casamento não significa nada.

Juíz-Presidente — Então quais são os seus deveres para com a sua futura esposa?

Comissário Político — Deveres não tenho nenhum.

(Nessa altura, o Juíz-Presidente faz entrar na sala a rapariga de 16 anos a pergunta ao Comissário Político).

Juíz-Presidente — Conhece esta mulher?

Comissário Político — É minha amante.

Juíz-Presidente — E não casa com ela porquê?

Comissário Político — É só minha amante, não é minha mulher.

Juíz-Presidente — Então você enganou esta rapariga de 16 anos e agora vai casar com outra?».

A cerimónia transformou-se rapidamente de casamento em tribunal. Perante o horror e mágoa dos convidados, que se preparavam para o banquete, chamou-se um escrivão, e o julgamento culminou na pena de 4 anos de prisão para o noivo».

Assim se faz justiça em Angola, disciplinando-se a vida social. Não podia ser de outra forma. A maioria dos juízes e advogados puseram-se a andar, e tem de se enveredar por uma justiça rápida e severa, com todas as garantias de defesa.

«REVOLTA ACTIVA»

Claro que a propaganda burguesa oculta esta actividade criativa. Aponta, como exemplo, do «fim da revolução», as prisões de Gentil Viana e de Pinto de Andrade.

Dirigentes da «Revolta Activa», grupo criado para dividir o M. P. L. A., estes homens continuaram, após a independência, a exercer actividades contrarevolucionárias. O primeiro foi preso e o segundo encontra-se em liberdade.

Qualquer Estado existe para defender os fins prosseguidos pela classe que detém o poder político. O que nos leva a distinguir uns Estados dos outros é o facto de se saber qual a classe que detém o poder político, quais os fins prossguidos. No caso de Angola, a via de transição para o socialismo exige que se tomem medidas firmes e enérgicas contra os inimigos da revolução. A extensão dessas medidas depende do carácter das actividades reaccionárias.

Será de deitar as mãos à cabeça e lançar anátemas contra a revolução angolana pelo facto de se reprimirem inimigos do povo? Não seria antes preferível denunciar os que em Portugal se bateram pela libertação dos «pides»?

Poder-se-á argumentar: mas Gentil Viana não é um reaccionário. Não queremos aqui dissecar o que significa a «Revolta Activa», pela manifesta falta de espaço necessária a uma análise completa. Recordamos apenas que o conceito reaccionário não deve ser interpretado de uma forma abstracta. É um conceito que tem de ser aplicado à luz da dinâmica social. Tal como nem todos os antifascistas portugueses se batem hoje pela democracia, nem todos os anticolonialistas acompanharam a evolução do processo. Uns ficaram pelo caminho. Outros, opuseram-se ferozmente à luta do povo angolano, traindo o seu passado.

«A LUTA CONTINUA»

Focámos alguns pontos que nos pareceram importantes da vida em Angola. Aspectos positivos e negativos. A síntese do processo está claramente expressa na palavra de ordem «A Luta Continua!»

A independência de Angola não constituiu um fim em si. Ela é um meio para a conquista da independência económica, para a edificação de uma sociedade justa, liberta da exploração. O povo martirizado de Angola está profundamente empenhado nesta via, sob a direcção do M. P. L. A.: : O FUTURO PERTENCE-LHE!

Estrangeiro

1.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

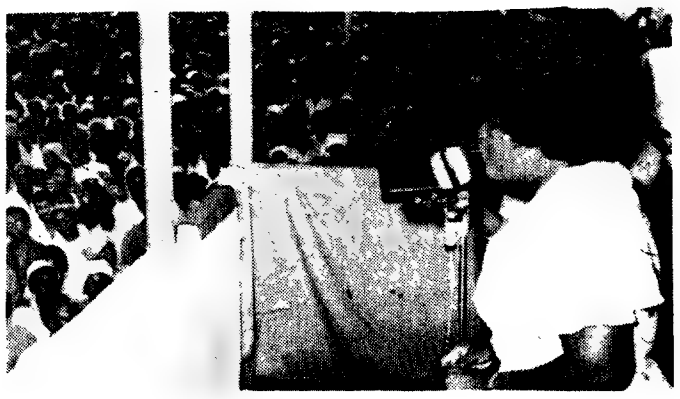
Para quando uma Associação de Amizade com Portugal?

A última reunião da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Ex-Colónias Portuguesas) teve lugar em S. Tomé de 28 a 31 de Maio. Da esquerda para a direita, durante uma das sessões, Abílio Duarte (Cabo Verde), Fidelis Almada (Guiné-Bissau), Manuel Pinto da Costa (S. Tomé e Príncipe), Óscar Monteiro (Moçambique), Saidy Mingas (Angola) e Leonel d'Alva (S. Tomé e Príncipe)

Comemorou-se o primeiro aniversário das duas pequenas ilhas de S. Tomé e Príncipe, abrigadas no Golfo da Guiné onde a monocultura foi ao longo dos séculos a principal causa de exploração das populações.

Oitenta por cento das roças foram nacionalizadas, em 30 de Setembro passadao, sendo actualmente património nacional. Após a expulsão dos roceiros a luta prosseguiu pela batalha da produção apontada pelos dirigentes do MLSTP como a única garantia possível para a independência nacional.

Por ocasião das celebrações do 1.º de Maio, o ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente da Assembleia Popular, Leonel Mário D'Alva, afirmou: «Condenamos todos os trabalhadores (tanto agrícolas colo funcionários), que ainda não compreenderam que é preciso aumentar a produtividade para fazer face a dificuldades de toda a ordem existentes no país. Nós condenamos, e o Governo tomará medidas, as mais adequadas, contra todos esses exploradores do nosso povo».



Uma militante da Organização de Mulheres do M. L. S. T. P. é escutada por uma multidão consciente da importância da mulher em qualquer processo revolucionário

O desenvolvimento da consciência politica, a diversificação das culturas e a consolidação da independência nacional são geralmente apontados como os aspectos mais positivos após este ano de libertação. Contudo, os géneros de primeira necessidade, alimentos, confecções, combustíveis e equipamentos continuam a ser importados, sobretudo de Angola e Portugal.

Em contrapartida, as exportações, ainda assentes no cacau, café e copra são realizadas com o Benelux, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, ao todo estes países detêm 90 por cento da exportação.

Nos últimos meses tem-se intensificado a cooperação com vários países nomeadamente Cuba, China, Coreia do Norte, República Democrática Alemã, URSS, Roménia, Holanda (uma delegação encontra-se actualmente em S. Tomé), França e diversos países africanos em que as ex-colónias portuguesas ocupam certamente um lugar de destaque.

A AGRICULTURA MONOPOLIZA A ECONOMIA

Embora o funcionalismo continue a empregar largas centenas de trabalhadores, a agricultura mantém-se a base económica do arquipélago. A indústria reduz-se a algumas unidades que se dedicam à panificação, saponificação, cervejaria, tijolaria, água mineral, aguardente, serração, plásticos, enchidos e banhas. Necessitam urgentemente de equipamentos, reestruturação, e trabalhadores especializados.

Quanto à pesca, que ocupa cerca de dois mil trabalhadores, desenvolve-se a um nível artesanal. Para o seu incremento preconiza o Governo a criação de cooperativas e a construção de barcos com maior capacidade.

Sobre a importância decisiva da agricultura no desenvolvimento do arquipélago recorremos à informação da actual embaixadora de S. Tomé e Príncipe, em Lisboa, dr.ª Maria Amorim.

«A agricultura e o sector-chave no desenvolvimento do nosso país. Consideramo-la o centro da produção e o ponto de partida na transformação radical da nossa sociedade. Por isso, o nosso objectivo é a socialização da agricultura, na qual o produtor agrícola toma a responsabilidade de todas as operações de produção.

No prosseguimento deste objectivo iniciou-se a organização de uma Comissão Administrativa Provisória (CAP) preparando-se assim as bases da organização para a eleição de um Conselho de Gestão de Exploração. A CAP é constituída por trabalhadores agrícolas detectados pelos técnicos da reforma agrária em função da experiência, consciência política, relações humanas e aceitação no grupo de trabalhadores.

Posteriormente, a designação das CAP far-se-á por via de eleição, à medida em que o trabalhador agrícola for adquirindo o mínimo de consciência política.

Sobre o modo como deverá processar-se a reforma agrária em S. Tomé e Príncipe, têm sido estudados os vários sistemas e as suas vantagens e inconvenientes: distribuir terras aos trabalhadores, criar empresas do Estado, empresas autogeridas ou cooperativas. O sistema que vamos utilizar é o seguinte: os agricultores e trabalhadores rurais organizar-se-ão em associações de modo a constituir as unidades de produção. Os objectivos destas associações são portanto, essencialmente produtivas.

O Estado dará a sua cooperação a todas as unidades de produção a fim de melhorar a produtividade. Além disso, serão tomadas medidas para aumentar o valor dos produtos no interesse dos trabalhadores e assegurar uma repartição justa das suas receitas.

ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES

Quisemos saber qual a situação dos proprietários não expropriados.

«Cerca de 10 por cento de proprietários ocupam 10 por cento das terras cultivadas. Preconizamos dois tipos de associações para este caso: Associações de Explorações Individuais (AEI), a constituir por explorações individuais que não foram expropriadas. A responsabilidade de organização dos trabalhos em cada exploração caberá ao respectivo proprietários que está em relação com outros proprietários para efeitos de avaliação das suas necessidades materiais e financeiras, assim como para satisfação de compromissos relativos à venda dos produtos. Para isso será formado um Conselho de Gestão em cada associação.

Por outro lado, as Associações de Explorações Colectivas (AEC) seria constituídas por grupos de trabalhadores agrícolas ou produtores rurais, excluindo os proprietários das explorações agrícolas individuais. O trabalho seria colectivo, os benefícios repartidos, após transformação e venda pelo organismo de comercialização do Estado. Em princípio pretende-se uma AEC por zona agrícola.

Em todas as Associações de Exploração (individuais ou colectivas), seria formado um conselho de gestão. Da assembleia formada pelos presidentes da AEC e por um representante da AEI seria constituído o Conselho Superior da Produção Agrícola responsável pela produção agrícola de todo o país».

PAPEL DO M.A.R.A.

Verifica-se que a partir das estruturas coloniais existentes nas roças (esta designação tem vindo a ser substituída por exploração agrícola ou empresa agrícola), o Governo tem procurado criar novas condições de vida para o trabalhador agrícola no que respeita à habitação, relações sociais, políticas e humanas. Como se tem processado o apoio prestado pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (M.A.R.A.).

«O M.A.R.A. — informou a dr.ª Maria Amorim, «através das suas direcções e serviços, tem apoiado as empresas agrícolas fornecendo matérias necessárias à produção, venda de produtos e fundamentalmente na coordenação da actividade da exploração agrícola e suas relações com os serviços de outros ministérios.

Os objectivos imediatos da política agrária visam obter das culturas existentes níveis de produção mais elevados possíveis tendo em linha de conta a situação actual do equipamento, procurando para além da reorganização do sector agrícola, restaurar, transformar e completar os equipamentos de modo a diversificar, aumentar e valorizar melhor os produtos».

Está em estudo a introdução de novas culturas de exportação, a pimenta por exemplo, e em curso o desenvolvimento das culturas alimentares tanto nas grandes explorações como nas pequenas. São igualmente preconizados os tratamentos industraisis para a obtenção de produtos mais elaborados e variados.

Nas exportações colectivas está previsto o desenvolvimento do cultivo do cacau, copra, café, pimenta, fruta (ananás e maracujá), produtos alimentaes (arroz, sorgo, feijão, banana, tec). O aspecto tecnológico e a erradiação da tuberculose e «ranchin» são igualmente decisivos.

Para as explorações individuais está previsto a intensificação da produção de legumes, frutas, baunilha, pimenta, açúcar, culturas alimentares e criação de porcos e animais de capoeira.

É POSSÍVEL A DEMOCRACIA DIRECTA

Embora existam presos de delito comum em S. Tomé e Príncipe, não ser verifica qualquer prisão por motivos políticos. O MLSTP é o partido único que dirige a transformação política, social, económica e cultural iniciada após o 25 de Abril. Segundo a Constituição nacional o poder pertence ao povo enquadrado pelo MLSTP organizado nos comités de freguesia, de empresa, agrícola, de localidades, de oficinas e repartições.

A Assembleia Popular, órgão máximo do poder do Estado, é constituída por representantes dos comités do MLSTP, membros do «bureau» político e representantes das organizações de massas. Devido às características especiais das ilhas, onde as distâncias são fáceis de vencer e acessível o conhecimento entre as populações, as condições são as mais indicadas para o exercício da democracia directa.

Quanto ao aspecto de comunicação e cultura, as circunstâncias presentes obrigam a grandes esforços que estão a ser desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Informação, que embora até ao presente se tenha dedicado à formação e reciclagem dos professores primários, poderá em breve vir a estender a sua acção no campo agrícola, sanitário e comercial.

Por falta de equipamentos e pessoal especializado o jornal «Revolução», órgão do Miniséério da Informação de S. Tomé e Príncipe, que em princípio é semanal, muitas vezes acaba por aparecer, uma vez por mês.

Por seu lado, o teatro conhece um desenvolvimento notável com espectáculos frequentes por parte de organizações de mulhres, pioneiros e juventude ligadas ao MLSTP.

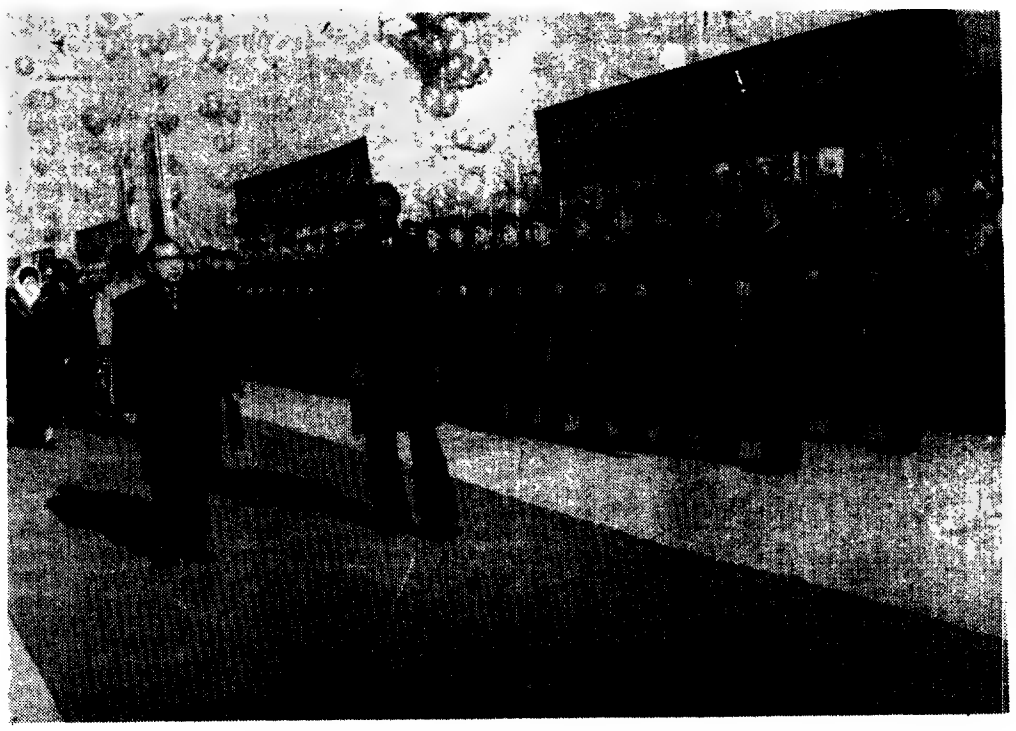
O mesmo não se pode dizer do cinema cujos circuitos de distribuição continuam a passar os filmes que nos tempos do colonialismo ajudavam, com as aventuras dos «cow-boys», a esquecer a miséria do quotidiano.

A colaboração que a Igreja tem dado ao recente processo de transformação nem sempre se tem colocado ao lado das opções progressistas. Lembramos que o Estado de S. Tomé e Príncipe é laico, elevando-se a meia dúzia o número de sacerdotes católicos que, à excepção de um, são todos portugueses.

Segundo a embaixadora de S. Tomé e Príncipe, há um certo número de realizações da maior urgência a efectuar para uma resolução imediata dos problemas: «criação de um porto de pesca para a ilha de Príncipe, transformação progressiva das roças em explorações agrícolas que integrem todas as actividades vitais, distribuição uniforme da população acabando com as zonas desabitadas, desenvolvimento da pecuária, construção de um aeroporto e de um porto comercial, barragens hidroeléctricas, rede de distribuição eléctrica e um sistema de telecomunicações entre S. Tomé e Príncipe.»

Com uma superfície de pouco mais de mil quilómetros quadrados para uma população que rona os 70 mil habitantes o arquipélago de S. Tomé e Príncipe cuja resistência ao colonialismo não passou pela luta armada, espera retomar em mãos o seu destino libertando-se da culpabilidade de uma resistência que levou durante três séculos de gerações a trabalharem sob o chicote. Hoje continuam a viver em S. Tomé cerca de 200 portugueses, entre os quais alguns técnicos, ao abrigo dos acordos bilaterais de cooperação que já começaram a ser postos em prática, enquanto outros ainda não passaram de uma fase embrionária.

Para que a população portuguesa possa inteirar-se da transformação profunda que varre as sequelas do colonialismo e também para que se desenvolva um intercâmbio entre os dois povos, torna-se urgente a criação de uma Associação de Amizade entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.



A visita à China Popular e à Coreia do Norte foi um dos mais significativos passos dados pela diplomacia da jovem República são-tomense neste seu primeiro ano de vida. Na gravura, o presidente Pinto da Costa é recebido no aeroporto da capital da República Popular e Democrática da Coreia

Estrangeiro

PARA LEVANTAR O MORAL

Um porta-aviões americano navega para o Quénia

NAIROBI, 13 — (R.) — As relações entre o Uganda e o Quénia estão a piorar quando cada um dos dois países acusa o outro de concentrar tropas na fronteira comum.

No entanto, ambos os lados desmentem as acusações mútuas.

Até agora têm sido apenas uma guerra de palavras desde que o Uganda acusou o Quénia de cumplicidade no ataque de comandos israelitas contra o aeroporto de Entebbe, que permitiu salvar mais de cem reféns, há nove dias. O Quénia nega a alegação.

Rádio Uganda afirmou ontem que pessoal militar israelita e norte-americano circula livremente no meio de soldados quenianos no aeroporto de Nairobi e que os Estados Unidos deram ao Quénia um avião de reconhecimento para vigilância da fronteira.

Um informador da embaixada dos Estados Unidos em Nairobi confirmou que um avião Lockheed P-3 de recohecimento fotográfico se achava no Quénia, desde sábado, e também que uma fragata norte-americana efectuava uma visita de rotina ao porto de Mombaça neste país.

Fontes bem informadas disseram que o porta-aviões norte-americano «Ranger» da força naval do Pacífico navegava para Mombaça com quatro barcos de apoio. Essa deslocação foi considerada em Nairobi como destinada a levantar o moral no Quénia.

Um comunicado do governo queniano dizia: «Não convidamos soldados estrangeiros a vir para o Quénia». E notava que Nairobi não tencionava «acabar com facilidades portuárias internacionais em Mombaça para assustar o governo militar do Uganda».

Por seu lado, Rádio Uganda citou ontem, à noite, o presidente Idi Amin como afirmando que notícias da Imprensa do Quénia de que quenianos vivendo no Uganda estavam a ser massacrados eram «um disparate». Amin disse que todos os quenianos que residem no Uganda, especialmente da raça luo, «que vivem como prisioneiros na sua pátria, o Quénia, são nossos irmãos.»

Um alto funcionário queniano, contactado pelo telefone na cidade de Busia, declarou ontem que refugiados do Uganda contaram casos de rusgas em Kampala visando apenas indivíduos da raça luo.

Um comunicado ugandês, emitido antes, dizia ainda que o presidente Amin «tinha repetidas vezes, tornado claro que o Uganda não retaliará contra o Quénia, a despeito de provocações que incluem entraves ao comércio ugandês os quais têm causado escassez de gasolina...»

O Uganda tem falta de gasolina e depende do Quénia para o acesso ao mar.

Encontrado o corpo da refém desaparecida no Uganda

NAIROBI, 13 (R) — O corpo da sr.ª Dora Bloch, a refém britânico-israelita desaparecida no desenrolar do drama de pirataria aérea em Entebbe, foi descoberto, segundo se anunciou hoje, nos arrabaldes de Kampala, a capital do Uganda.

O jornal queniano «Daily Nation», afirma que o cadáver da sr.ª Bloch fora encontrado, meio carbonizado, numa floresta perto de Kampala.

Achava-se junto dos cadáveres de três funcionários da comunidade oriental africana que trabalhavam no centro de radar no aeroporto de Entebbe quando comandos israelitas salvaram mais de 100 reféns sequestrados por piratas do ar, em 4 de Julho — prossegue o jornal.

Um ugandês é citado como afirmando que o corpo da sr.ª Bloch fora descoberto na segunda-feira, 5 de Julho, um dia depois do ataque israelita.

A sr.ª Bloch, passageira do avião da Air France assaltado nos ares e desviado para o aeroporto de Entebbe, fora internada num hospital de Kampala por se ter engasgado com comida.

Um diplomata britânico comunicou-lhe a visita do num hospital, algumas horas depois dos comandos israelitas salvarem os reféns.

O Uganda afirmou que a sr.ª Bloch regressara ao aeroporto, antes do ataque dos comandos. Contudo, a Grã-Bretanha rejeitou essa versão e asseverou ontem estar convencida de que a sr.ª Bloch estava morta.

Hoje, o diplomata britânico que se anunciou ter visto a sr.ª Bloch no hospital, após o ataque, foi expulso do Uganda. Trata-se de Peter Chandley, um segundo secretário do Alto Comissariado britânico em Kampala. Sua mulher, norte-americana de nascimento, foi também expulsa.

Dois outros residentes britânicos foram igualmente advertidos de que deveriam abandonar o Quénia até à meia-noite local (22 horas em Lisboa).

Nas Nações Unidas, a iniciativa da Grã-Bretanha de pedir ao Conselho de Segurança para condenar os actos de pirataria aérea poderia ter repercussões para mais de 500 britânicos que vivem no Uganda — notaram hoje diplomatas.

O embaixador britânico declarou ontem, à noite, ao Conselho de Segurança que existiam também «ameaças sérias contra a comunidade britânica, em geral» por parte das autoridades ugandesas.

Notou que um «aspecto particularmente sinistro dessas ameaças» era o de coincidirem com o debate do Conselho de Segurança sobre acusações africanas de que Israel cometeu agressão, em 4 de Julho, ao desencadear o ataque de comandos contra o aeroporto de Entebbe.

O Conselho de Segurança, que iniciou ontem o debate sobre o drama de Entebbe, prossegue esta noite os seus trabalhos.

Os dois cosmonautas soviéticos da estação espacial em órbita Salyut-5 iniciaram ontem um programa de experiências e informaram o controlo de Terra de que estão totalmente habituados à imponderabilidade. O comandante da missão, Boris Volynov, e o engenheiro de voo, Vitaly Zholoboy, encontram-se no laboratório orbital desde quarta-feira, pode ser uma tentativa de superar o recorde, em poder dos norte-americanos, de permanência do homem no espaço: 84 dias.

Parlamento Europeu: eleições em 1978

BRUXELAS, 13 — (R.) — Dirigentes do Mercado Comum terminam hoje em Bruxelas uma cimeira de dois dias, que decorreu da melhor forma, após darem um grande passo em frente para a criação do primeiro Parlamento eleito da Comunidade Económica Europeia.

O presidente Valéry Giscard d'Estaing da França descreveu o acordo de ontem sobre o número e distribuição de lugares num Parlamento eleito como «uma data importante para a Europa».

As primeiras eleições efectuar-se-ão em meados de 1978 e o Parlamento escolhido terá um total de 410 membros de nove países, representando cerca de 255 milhões de pessoas, o maior eleitorado no hemisfério Ocidental.

O acordo sobre a forma do Parlamento, que será eleito de quatro em quatro anos, terminou meses e meses de disputas entre os nove Governos da C. E. E.

A actual representação parlamentar é de 198 deputados e todos eles são nomeados pelas legislaturas nacionais.

Funcionários da C. E. E. esperam que o acordo de ontem dê novo alento ao objectivo da C. E. E. de integração política e económica mais estreita.

Contudo, poderá haver algum desacordo na sessão final de hoje, entre os «quatro grandes» — França, República Federal Alemã, Grã-Bretanha e Itália — por um lado e os associados mais pequenos da Comunidade, do outro.

Países como a Dinamarca e os três Estados do Benelux mostram-se preocupados por a C. E. E., como tal, não ter estado representada na recente conferência económica de Porto Rico, convocada pelo presidente Gerald Ford dos E. U. A. e a que assistiram dirigentes da França, R. F. A., Grã-Bretanha, Itália, Japão e Canadá.

A cimeira de hoje deve também emitir, segundo se aguarda, uma declaração de intenções de que a Comunidade Europeia deveria ter um limite de pesca de 200 milhas.

Dirigentes da C. E. E., a pedido da R. F. A., discutirão ainda que medidas devem ser tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para se concretizar uma convenção contra os actos de pirataria aérea, especialmente à luz do drama do avião da Air France no aeroporto de Entebbe, no Uganda.

"O ANO DOS DEMOCRATAS"

Começo festivo da convenção que nomeará Jimmy Carter

NOVA IORQUE, 13 — (R.) — No meio de grande regozijo, democratas dos Estados Unidos iniciaram a sua convenção de investidura em Nova Iorque dispostos a alcançar a vitória e prontos a proclamar Jimmy Carter como seu candidato presidencial.

Apinhados no Madison Square Garden sob o brilho das luzes da Televisão, os delegados estaduais do Partido Democrático aplaudiram e asobiavam enquanto orador após orador atacava a política republicana e declarava que este era o ano dos democratas.

O presidente do partido, Robert Strauss, assinalou o ambiente festivo da convenção ao declarar: «o nosso partido, tenho a satisfação de o anunciar, é organizado, vibrante, progressista e voltado para a vitória».

A sala da convenção estava decorada com faixas vermelhas, brancas e azuis e serpentinas. Os delegados usavam chapéus de palha nas mesmas cores ostentando os nomes dos principais políticos dos seus Estados como parte do espírito carnavalesco tradicional da convenção.

Muitos transportavam cartazes e um tinha um gigantesco amendoim artificial com um grande sorriso desenhado — um símbolo de Carter, que é agricultor de amendoim.

Democratas da velha guarda admitiram que os delegados estavam muito mais felizes do que aqueles, profundamente divididos por disputas internas, que assistiram à última convenção democrática há quatro anos.

A única falta na noite de abertura era o «rei sem coroa da conferência» — o antigo governador da Georgia, Jimmy Carter.

Por tradição, Carter, como candidato à investidura presidencial do partido, não assistirá à convenção até ser chamado na quinta-feira para aceitar a nomeação.

Carter já tem cerca de 1700 votos delegados estaduais — mais 200 do que os necessários para a vitória.

A única incógnita que paira na convenção é a escolha por Carter de um candidato para vice-presidente e o antigo governador deu a conhecer aos delegados os nomes de seis senadores antes de tomar uma decisão.

A lista dos candidatos inclui os senadores John Glenn, do Ohio, um antigo astronauta, Walter Mondale, do Minnesota, um liberal favorito do partido, Edmundo Muskie, do Maine, um antigo candidato à vice-presidência, Henry Jackson, do Estado de Washington, um conservador em questões externas, Adlai Stevenson, do Illinois, cujo pai foi um derrotado candidato presidencial, e Frank Church, do Idaho, que chefiou um ano de investigações à Agência Central de Informações (CIA).

O único incidente perturbador ocorreu a várias centenas de metros da sala da convenção. Uma dúzia de engenhos incendiários explodiu em quatro armazéns de vendas, mas ninguém se feriu.

Mais tarde, um movimento de independência radical porto-riquenho reclamou a responsabilidade afirmando que tinha feito explodir os engenhos para protestar contra a presença de 22 delegados porto-riquenhos na convenção. Porto Rico é um território da comunidade norte-americana.

Entre os oradores da noite passada, o senador Glenn pediu aos delegados que escolhessem dirigentes que tivessem em vista restabelecer a confiança da América e estabelecer ligação entre o povo e o Governo.

Impasse sobre o Líbano

BEIRUTE, 13 (R) — Tropas esquerdistas e palestinianas estão a lançar operações defensivas contra forças direitistas no Líbano enquanto ministros dos Negócios Estrangeiros árabes entraram num impasse nas suas conversações no Cairo sobre a maneira de pôr termo à guerra civil.

Tropas da aliança esquerdistas-palestiniana efectuaram ontem operações defensivas em torno do porto de Tripoli, no Norte, numa tentativa para impedir os seus inimigos direitistas de cercarem completamente a cidade, um bastião esquerdista.

A agência noticiosa palestiniana Wafa dizia que forças direitistas auxiliadas por tropas sírias tinham lançado com êxito um ataque contra posições alguns quilómetros a sul da cidade, a segunda maior do Líbano.

Próximo de Beirute, o estratégico acampamento palestiniano de Tel Al-Zaatar estava ainda a resistir a noite passada após três semanas de bombardeamentos e ataques das forças direitistas que o cercam — declararam fontes palestinianas.

A agência noticiosa palestiniana anunciou ontem combates renhidos à entrada de Baalbek, uma cidade histórica a cerca de 85 quilómetros a Leste de Beirute, que forças esquerdistas-palestinianas estão a defender contra aquilo que afirmam ser um ataque maciço da Síria.

Caleidoscópio

LONDRES, 13 — (R.) — Os dirigentes militares da Etiópia executaram 18 pessoas envolvidas numa conjura contra o governo — anunciou hoje Rádio Addis Abeba.

A emissora acrescentou que um general etíope foi morto no sábado quando resistia à sua prisão em casa, na capital.

O general foi identificado como sendo Getachew Nadew, antigo presidente da província da Eritreia, onde o governo central tem estado a travar uma guerra contra guerrilheiros secessionistas.

FULLERTON (Califórnia), 13 — (R.) — Um homem matou sete pessoas e feriu mais duas com uma carabina quando entrou, desvairado, numa biblioteca onde trabalhava em Fullerton, gritando que ia assassinar todos os amantes da mulher — revelou hoje a polícia.

Edward Charles Alloway, de 37 anos, contínuo da biblioteca do liceu da Califórnia, seguiu, depois, de automóvel para um hotel próximo onde trabalhava a mulher, de que se achava separado, e pediu-lhe para voltar para a sua companhia — disseram as autoridades.

Alloway entregou-se, então sem luta e uma carabina de calibre 22 foi encontrada no seu carro.

MANILA, 13 — (R.). — O Vietname estabeleceu relações diplomáticas com as Filipinas e admitiu a possibilidade de criar laços similares com outro dos seus vizinhos não comunistas, a Tailândia.

Espectáculos

Novos discos

Verão isso é o movimento discográfico, nesta altura do ano. Daí que apenas mereça certa referência o facto de terem sido lançados «singles» dos «Talk of the town», Emmanuel Booz, Neil Young (com os «Crazy Horse» os «Four Seasons» e os seis de «Graham Central Station».

«Talk of the town» surge em «I Apologize» e «If we got the will», da responsabilidade autoral de uma tripla: Huff White-head-McFadden. Entretenimento curioso.

Espécie de autobiografia do rapaz está patente em «Et l' on m' appelle Emmanuel Booz» que, com o trecho «Chanson liberte», se junta um «single» com a voz do barbudo personagem-título.

Bob Gaudio, um dos integrantes de «Four Seasons», sai à liça com «Who loves you», que preenche as duas faces de um EP produzido por Mike Curb. Há quem goste do estilo.

Por último, mencionemos que os cinco negrinhos e a sua atraente companheira dos «Graham Central Station» se exibem em «It' s alright» e «Luckiest People», talvez a perspectiva para um album que já está anunciado.

Quanto a discos portugueses, estagnação quase absoluta: somente uma citação para uma gravação do «Rancho das Rendilheiras da Praça» (em «Rendilheiras, rendilheiras», «O nosso vira», «Noites de Praça» e «Cantar sempre», basicamente cimentados em melodias de sabor e características populares) e, já agora, para o acordeão de Tony Raposos, a desempenhar-se de «Corridinho de Messines», «Na sombra do fado», «Volta saloia» e «O fugitivo».

A música na Europa

Os discos mais vendidos nalguns países da Europa, na última semana foram: Grã-Bretanha: «Young hearts run free», por Candi Station; Bélgica: «Rocky», por Don Mercedes; Alemanha Federal: «Amigo Charlie Brown», por Benny; Espanha: «Echame la culpa mia», por Ambert Hammon; França: «Comment lui dire», por France Gall; Itália: «No si puo morire dentro», por Gianni Bella, e Holanda: «Arms of Mary», por Stueherland Bros.

Comédia italiana em tom menor

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Pato com laranja" de Luciano Salce

FICHA

Título original: L'anatra all'arancia
realização: Luciano Salce (Itália-1975)
Argumento: Bernardino Zappori, *segundo peça homónima* de Douglas Home e Marc Gilbert Salvajon.
Fotografia: Franco di Giacomo
Música: Armando Trovajoli
Interpretação: Ugo Tognazzi (Lívio); Monica Vitti (Lisa), John Richardson (Johnny), Barbara Bouchet (Patty), etc...
Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes
Cinema: Londres
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos

A comédia italiana não é feita por grandes realizadores. Outros há, como Luciano Salce, que, sem descerem à mediocridade, vão prolificamente assinando obras menores, cheias de algumas das qualidades que tornaram a comédia italiana um dos géneros mais frutuosos da actual produção cinematográfica mas sem ultrapassarem a destreza visual e humorística, isto é, sem visarem mais longe.

Pato com laranja é um desses filmes. Com um argumento relativamente banal mas onde Zappori vai conseguindo incrustar alguns achados curiosos, *Pato com laranja* agarra-se, mais do que a maioria, aos actores como recurso central. Actores, de primeira água mas aqui nem tanto. Monica Vitti está, parecenos a estereotipar de filme para filme o seu personagem, a carregá-lo de tiques e sinais indentificadores deixando o espectador de ver os vários personagens supostamente incarnados por ela e passando a assistir a uma mesma personalidade que se passeia de película para película. É uma opção na carreira de um comediante sempre perigosa e que, frequentemente, se transforma em enquistamento. Mónica Vitti faria hoje os papéis que a celebrizaram nos filmes de Antonioni?

Ugo Tognazzi é, claro, de outro fôlego. Mas mesmo ele não resiste muito a um certo tom profissionalista, um correcto desempenho.

É Barbara Bouchet, uma obscura actrizinha secundária com alguma carreira já, em inúmeros filmes de quarta ordem, que aqui se revela possuir inesperados dotes. A sua composição de Patty, secretária acéfala, é um primor de pequenos pormenores, a demonstrar que para além dos consagrados existem outros valores que só esperam um espaço favorável.

Pato com laranja não é, portanto, o cume da comédia italiana. Não está no fosso, tão só na vertente, sabendo colmatar as falhas com algum brilhantismo, usando de um sábio ritmo para não deixar lugar ao vazio que se presente, levando até ao fim uma proposta que se reduz ao cinema comercial de razoável coturno. Situado num universo de alta burguesia de que só pontualmente se distância, *Pato com laranja* não é a crítica mordaz mas apenas o divertimento brilhantista e superficial. Bastante pouco para o que desejariamos, suficiente porem para o público do Londres que dele está a fazer um pequeno sucesso de bilheteira.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

SECTOR FABRICANTES MATERIAL ELÉCTRICO-ELECTRÓNICO

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Delegados Sindicais do sector para uma reunião dia 14 (Quarta-feira) às 20.30 h., no Sindicato dos Electricistas do Sul (Av. Almirante Reis, 74-G-4.º).

Com a seguinte :

ORDEM DE TRABALHOS

Informações sobre as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho.

x

SECTOR FABRICANTES DE ANÚNCIOS LUMINOSOS

Convocam-se todos os trabalhadores fabricantes de anúncios luminosos para uma reunião dia 13 (Terça-feira) às 20.30 horas, no local acima indicado

Com a seguinte :

ORDEM DE TABLHOS

Não comparência do patronato às negociações do C.C.T. Fabricantes do Material Eléctrico.

Lisboa 12 de Julho de 1976

A COMISSÃO NEGOCIADORA

AOS REFORMADOS DO ARSENAL DO ALFEITE

Realizando-se no próximo dia 31/7/76, no Arsenal do Alfeite, um almoço de homenagem ao conhecido dr. Júlio Nobre Goulartt de Medeiros, pelo motivo da sua passagem a situação de aposentado, participa-se a todos os interessados que queiram tomar parte nesta justa homenagem que podem contactar com a CTAA (Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite).

A CTAA

teatro do bairro alto
R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15
teatro da cornucópia
As Músicas Mágicas
de Catherine Dasté
Amanhã às 17 horas
4.as-feiras às 17 horas
sábados às 16 horas
(Para todos)

ADOQUE
A GRANDE CEGADA
UMA SENSACIONAL REVISTA PLURAL E SINGULAR!
ÊXITO TOTAL!!!
Com:
ERMELINDA DUARTE
NICHOLSON
ANTÓNIO MONTEZ
HENRIQUE VIANA
MAGDA CARDOSO
MARIA TAVARES
FERN. DE OLIVEIRA
Um grande elenco faz um grande êxito!
Hoje às 20.30 e 22.30 h
(Não acons. a men. 18 a.)
4.ª FEIRA, descanso da Companhia

II FESTIVAL DA COSTA DO SOL

Concerto inaugural com Helena Costa e Álvaro Salazar

O concerto inaugural do II Festival de Música da Costa do Sol, a realizar na 5.ª feira, dia 15 de Julho, às 21,30 horas, no Cine-Teatro S. José de Cascais, contará com a presença do maestro Alvaro Salazar na **direcção da Orquestra Nacional de S. Carlos**, e da pianista Helena Sá e Costa, que executarão o Concerto n.º 1, de Mendelssohn, e o concertino para piano de Jean Françaix, obra estreada em Portugal em 1944 pela própria Helena Sá e Costa. O programa inclui também as seguintes obras para orquestra: **«Ibéria», de Debussy,** e Suite n.º 2, de Stravinsky.

Tendo presente o êxito obtido na realização do I Festival, em 1975, o presente certame decorrerá ao longo do próximo Verão, num total de dez concertos, nos quais serão executadas várias obras em primeira audição em Portugal e serão apresentados artistas de renome mundial.

Neste II Festival de Música da Costa do Sol, alem dos artistas já referidos, tomarão parte a Orquestra Gulbenkian, o **Grupo de Música Vocal Contemporâneo** (sob a direcção de Mário Mateus), o compositor espanhol Luis de Pablo, o maestro hungaro Gyula Nemeth, o maestro portugues Silva Pereira, o grande violoncelista Paul Tortelier (que dirigirá também um concerto sinfónico), e os seguintes solistas:

Tania Achot (piano), Marianne Clement (flauta), Dénes Kovács (violino), Férenc Rados (piano), **Raul Sanchez (guitarra)**, Artur Moreira (clarinete), Pinheiro Nagy (guitarra), Olga Prats (piano) e Magdalena Van Zeller (cravo).

Os concertos sinfónicos terão lugar no Cine-Teatro S. José, de Cascais, decorrendo os de música de Câmara no Auditório do Pavilhão de Congressos, do Estoril.

No 2.º concerto, no próximo dia 23, apresentar-se-á, pela segunda vez em Portugal, o conhecido duo Marianne Clement (flauta) Raul Sanchez (guitarra), cujo êxito ficou bem patente quando da sua actuação no festival do ano passado. Desta vez, o seu programa inclui obras de Kaspar Fritz, Willy Burkhard, Lopes-Graça, Manuel de Falla, Edgar Varess, Frank Martin e Hans Haug, algumas das quais serão executadas pela primeira vez em Portugal. De entre elas destacamos os «Tre Capricetti» (1975), para flauta e guitarra de Fernando Lopes-Graca, dedicados pelo autor a este excelente duo.

No corrente mês no dia 28, actuará ainda a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Silva Pereira, tendo como solista Artur Moreira em clarinete. Serão executadas, para clarinete e orquestra, a Primeira Rapsódia, de Debussy, e o concertino de Weber. O programa é completado com o concerto para cordas de Joly Braga Santos; «Intermezzo» (da opera «Goyescas») de Granados e «El Amor Brujo», de Manuel Falla.

Em Agosto e Setembro actuarão os restantes artistas e conjuntos.

Todos os concertos do II Festival de Música da Costa do Sol, terão início às 21,30 horas. A partir do dia 12 de Julho, estarão à venda bilhetes aos **preços de 20$00 e 30$00 (para** os concertos no S. José, de Cascais) e 30$00 (para os concertos no Pavilhão de Congressos, do Estoril), nos seguintes locais: Junta de Turismo da Costa do Sol, no Estoril; Casa Valentim de Carvalho em Lisboa; Livraria Galileu, em Cascais; Cine-Teatro S. José, em Cascais, e na bilheteira do Pavilhão de Congressos do Estoril (à hora dos espectáculos). Nestes locais poder-se-á obter o calendário do II Festival de Música da Costa do Sol.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

A TV ENTRE VARAIS

Continuam as trocas e baldrocas.

No dia certo não houve o Padre Brown, transferido para não disseram quando. Ontem, quando não havia Padre Brown mas sim teatro, teatro, não houve e sim Brown padre.

Explicação: como o VI Governo, nos últimos tempos, não aproveitava os momentos políticos, a RTP deixou de contar com eles. Só que ontem, e apenas ontem, o M.E.I.C. confirmou a ocupação do tal *momento* de ontem.

Razão pela qual o teatro foi mandado para as urtigas e vamos lá buscar o padre, mais o recital da pianista Helena Costa na Radiodifusão Portuguesa.

Os telespectadores, naturalmente, desorientam-se. Mas quem é que vai importar-se com essas ninharias?

Continuam as trocas e baldrocas. Só Deus saberá para que mais estaremos guardados.

A SUA BÊNÇÃO PADRE

O padre. O padre Brown, ele apenas ele, haveria de descobrir as razões de haver em Portugal tão poderosa arma cultural como a televisão, em mãos tão inábeis, tão grosseiras, tão longe de saber quanto a Televisão pode servir o povo. Só tu, padre, poderias descobrir este crime — porque só tu sabes o que mais ninguém sabe.

Perdão. Alguém haverá que sabe mais do que tu. Quem? A Televisão portuguesa. Quando tu, por exemplo, a propósito do contacto com a maldade dos humanos dizes que não lhe foges porque lidar com o mal é a tua profissão, a Televisão corta-te a frase. Na Inglaterra certas coisas podem-se dizer mas em Portugal, não. Portugal é um país tradicionalmente católico, apostólico, romano, cheio de fé até aos autos dela. País onde

a) ser padre não é profissão

b) a sua profissão não é lidar com o mal

c) onde não há mal, só por isso.

Compreende-se o corte. Traduzir não basta. É preciso transpor.

RTP NÃO RESPONDE

Pois logo a seguir ao *Telejornal* foi a comunicação ao País do ministro do M.E.I.C.

Contra a presença do ministro na Televisão não tenho nada. Ou há moralidade ou comem todos: honra ao ministro meiquiano: é o que tem comido menos.

Só que a crítica de Televisão fala, fala e ninguém a escuta. O crítico de Televisão possui sobre os outros telespectadores uma vantagem: não se vai deitar logo a seguir, fica a remoer, e reserva grande parte do seu tempo a estudar essa disciplina difícil que são a TV e os seus efeitos.

A crítica diz: à Televisão portuguesa:

a) evita os monólogos;

b) não alongues as intervenções;

c) evita as leituras, a menos que possuam uma justificação artística;

d) relatório não é televisual; nem estatísticas, nem números em catadupa;

e) os mapas, os gráficos são anti-TV.

De tudo isto houve na presença do ministro.

A crítica aponta, a RTP não quer saber.

Olha vê lá isso. Como o outro que diz, aprende que eu não vivo sempre.

TRÊS NOTAS PARA O BLOCO-NOTAS

I

A propósito da manifestação a favor do estudante Fausto Cruz, noticiava, o telejornal as entidades apoiantes dele: além da Intersindical, a Juventude Socialista e os guedupes.

Outras organizações participaram da manifestação. Aquela menção especial dos guedupes é tão jóia, não é? Ai eu acho que sim. É uma verdadeira ternurinha.

II

Também o *Telejornal*. Não me lembro já a propósito de quê. Ouvimos dizer ao locutor que segundo notícias chegadas da *antiga Lourenço Marques...*

Houve uma cidade chamada Lourenço Marques. Agora tem nome que seu povo lhe escolheu. Chama-se Maputo.

Alguns telespectadores poderiam pensar que se trata de uma provocação. Não é. Muito simplesmente, é ignorância. *O Telejornal,* caramba, também não pode saber tudo o que passa no Mundo.

A rectificação, no entanto, aqui fica.

III

Uma delegação portuguesa partiu em direcção a Pequim. De braço dado, elementos do C.D.S., do P.P.D., do P.S. Uma data deles. Só a complicação que vai ser arranjar pauzinhos com que todos se amanhem...

O acontecimento assumiu aspectos de grandeza nacional, razão pela qual a reportagem do Telejornal não perdeu a ocasião para.

Um indivíduo de apelido Ricardo declara que «os inimigos da República Popular da China o povo português bem os conhece: são os sociais imperialistas russos».

Como se vê, no *Telejornal* não se perde a ocasião de lançar, por interposta pessoa, o veneno anti-soviético. CIA, CIA!, dir-lhe-á o marinheiro sensato e conhecedor dos escolhos.

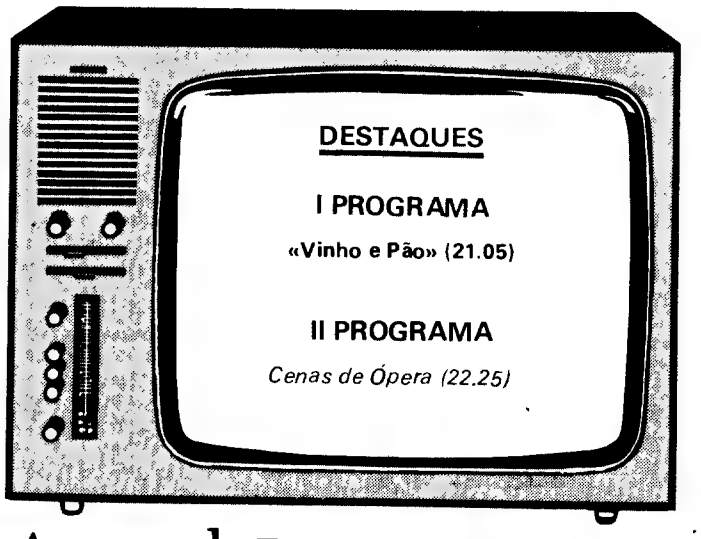
Hoje

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Espaço Visual** — pintor Manuel Baptista.
19.25 **«O Regador Mágico»** — série filmada.
19.55 **Com Todas as Letras** — entrevista com a socióloga itálo-portuguesa Maria Carrilho,
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição.
21.05 **«Vinho e Pão»** — série filmada.
22.10 **Em Debate** — Imprensa regional, que crise?
23.05 **Telejornal** — 2.ª edição
23.25 Fecho.

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Vickie, o Vicking»** — desenhos animados.
20.25 **«Os Goodies»**. Ao serviço da imaginação e da criatividade, equipamentos e homens estão disponíveis para fazer humor. Mais do que isso: «Non Sense».
21.05 **Exercício sobre João XXI**. Um programa da AR-CA-Filme. Sobre a vida do único português que foi Papa.
21.50 **Telejornal**.
22.25 **Cenas de Óperas**. Um programa gravado em 1973 com alguns dos mais famosos cantores de ópera portuguesa de Lisboa dirigida por Manuel Ivo Cruz. Realização de Pedro Martins.
22.45 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **19.00**: Formação — Modelagem; **19.25**: Documentário sobre «Segurança nas Praias»; **19.55**: Educação permanente; **20.10**: Vamos jogar no Totobola; **20.30**: Telejornal (1.ª edição); **21.05**: Noite de cinema. «Estranho Jogo». Filme realizado em 1967; **21.30**: «A Vingança». Filme com Carmen Sevilha, Raff Vallone e Jorge Mistral; **23.05**: Telejornal (2.ª edição); **23.20**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . . **20.00**: Abertura e «O Mundo de Wodehouse»; **20.30**: Perspectiva; **21.00**: «Sweeney». Série filmada; **21.55**: Telejornal; **22.25**: Sabe?; **22.40**: Fecho.

CURSOS DE VERÃO
EXAMES 3.ª ÉPOCA — SETEMBRO
INÍCIO EM JULHO
EXTERNATOS
Marquês de Pombal — Rua Morais Soares, 93 — Tel. 820221 / 834658
Álvares Cabral — Avenida Grão Vasco, 1 (Benfica) Tel. 706974/5
PREPARATÓRIO-LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)
ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

SÃO LUIZ
EM EXIBIÇÃO
Às 18.30 e 21.30 horas
Lola Montes
um filme de MAX OPHULS
com Martine Carol
Peter Ustinov
Anton Walbrook
Panavision — Eastmancolor

HOJE — Às 18.30 h. — «MADAME DE...»
Um filme de MAX OPHULS
(Entradas livres)

SOCIEDADE «ESTORIL»
LINHA DE CASCAIS
AVISO
CARTAZ HORÁRIO H 38
Por motivos técnicos imperiosos, a partir do dia 13 de Julho (noite de segunda para terça) e até aviso em contrário, são suprimidos os comboios n.os 18 e 15, com partida de Cascais às 4 horas e de Cais do Sodré, às 4.30 horas, respectivamente.

EM OBIDOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na ESTALAGEM DO CONVENTO

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA metro PALHAVÃ telef. 77 09 69
grupo 4 apresenta
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
bertolt brecht
JOÃO LOURENÇO
Todas as noites às 21 e 15
Sábados e domingos às 15 e 30 e 21 e 15
Descanso à 2.ª feira

FÉRIAS NA PRAIA
TORREMOLINOS
1 SEMANA
PARTIDAS:
Julho 4, 11, 18 e 25
Agosto 1, 8, 15, 22 e 29
Setembro 5 e 12
Preços excepcionais desde 2.500$
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES abreu fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 190 • Telef. 37154
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3792
COIMBRA Rua da Sofia, 2 • Telefs. 27201
FARO Rua Conselheiro Bivar, 65 • Telefs. 25035
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

LAS PALMAS
AGORA VÔOS ESPECIAIS DIRECTOS TAP
1 SEMANA
PARTIDAS:
Julho
Agosto
Setembro
Preços excepcionais desde 4.440$
a vantagem dos voos especiais
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES abreu fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 190 • Telef. 37134
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3792
COIMBRA Rua da Sofia, 2 • Telef. 27201
FARO Rua Conselheiro Bivar, 65 • Telefs. 25035
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Olimpíadas em ponto de bala

Portugal em Montreal

Uma curiosidade na caravana portuguesa: entre 32 atletas e dirigentes que viajaram para Montreal, estes nove são do Sporting. A contar da esquerda: os lutadores Joaquim Vieira, Luís Grilo e Leonel Duarte, o técnico de Tiro (Mário Ribeiro). o técnico de Atletismo (Mário Moniz Pereira), Carlos Lopes, o presidente do Comité Olímpico (Gaudêncio Costa, também antigo presidente sportinguista), o ten. cor. Garcia Alvarez (actual membro da gerência verde-branca) e Fernando Mamede.

Poisou suavemente, em Montreal, a caravana portuguesa que viaja até aos Jogos Olímpicos. Voaram dirigentes (Luís Caldas, Gaudêncio Costa, Garcia Alvarez), técnicos de várias modalidades (Mário Moniz Pereira, Mário Ribeiro, Orlando Gonçalves, José António Sacadura, Kobaiashi), praticantes de Atletismo (Carlos Lopes, Fernando Mamede, José Carvalho, Anacleto Pinto, Aniceto Simões e Hélder de Jesus), de Natação (Henrique Vicêncio, Botelho de Melo, Rui de Abreu, Gomes Pereira e Paulo Frischknecht), um atirador (armando Marques) e três lutadores (Luís Grilo, Joaquim Vieira e Leonel Duarte). No Canadá já se encontrava a delegação de velejadores: Joaquim Ramada, Francisco Mourão e o dirigente Samuel Dinis. Assim, apenas embarcou ontem, para este naipe, o velejador suplente (Francisco Lufinha).

Na hora da largada, as afirmações esperadas. O costume, a rotina:

— **Pois claro: o que interessa é comparecer. Faremos os possíveis. Todos temos muita fé, muita esperança** (talvez até um bocadinho de caridade...)

Havia os mais animosos:

— **Sim, evidentemente: Carlos Lopes é a nossa vedeta. Pode arrancar uma medalha. Sobretudo, nos 10 mil...**

Cabe aqui dizer que, há alguns dias, o técnico Mário Moniz Pereira conversara com o seu mais prestigioso pupilo e chegaram a acordo: Lopes seria inscrito nos 5 e 10 quilómetros e, também, na maratona. Ontem, Lopes declarou-nos:

— **Não, porque pensei melhor: em princípio, irei aos 10 quilómetros. Na prova de cinco mil metros só estarei se me julgar em boas condições. Na maratona, nem falar...**

Entretanto, a verdade é que Portugal mantém a inscrição de dois representantes na maratona. Daí se perguntar: que parceiro para Anacleto Pinto estará nas cogitações de Moniz Pereira?

Adiante. Mais afirmações de olímpicos:

— **Vamos bater recordes portugueses: e nada mais** (os nadadores).

— **Não tive preparação adequada** (o atirador Armando Marques).

Quanto aos lutadores, foi aquilo que se poderá ver aí para diante...

A verdade é que toda a gente embarcou: feliz, alegre, eufórica, com um batalhão de cronistas atrelados, todos dispostos a contarem, em prosa, verso e imagem, as grandes epopeias destes portuguesinhos aninhados (atrás de Carlos Lopes) numa autêntica odisseia olímpica. Foi muita gente: sessenta e tal pessoas. Houve (até) quem levasse as esposas: Lopes e Mamede, por exemplo. Onde se poderá verificar que, afinal, o importante é **mesmo** comparecer...

ENTRETANTO

Os atletas de Taiwan concordarão em participar nos Jogos Olímpicos de Montreal e em desfilar sob a bandeira olímpica, declarou hoje, em Montreal, um membro da Comissão Executiva do C. O. I.

Os formosanos não têm outra alternativa. A não comparência seria contrária a tudo o que eles procuram e, além do mais, desfilar sob a bandeira dos cinco elos pesará a favor na opinião mundial, acrescentou.

Por seu turno, Henry Hsu (membro do Comité Internacional Olímpico, em representação de Taiwan), declarou à Imprensa antes de ser recebido pela Comissão Executiva do C.O.I.: *Os nossos atletos vieram à América do Norte para participarem nos Jogos e é esse também o nosso desejo. Aguardamos agora que nos digam quais são, realmente, as condições da nossa participação.*

Willy Daume, vice-presidente do Comité Olímpico Internacional, acusou hoje o Governo canadiano de faltar à palavra dada na questão da Formosa.

A reacção juridicamente correcta seria o Comité Olímpico Internacional afastar os Jogos de Montreal — disse o presidente da comissão organizadora das Olimpíadas de 1972, em entrevista radiofónica transmitida desde Montreal.

Daume acrescentou que o C.O.I. decidiu sancionar os Jogos no interesse de 10 mil atletas que se prepararam durante quatro anos para as competições, apesar da sua condenação da posição canadiana perante a disputa da Formosa. O vice-presidente do C.O.I. rejeitou alegações de que este organismo informou o público demasiado tarde sobre a decisão canadiana de impedir a participação da Formosa, sob a designação de República da China.

É um disparate absoluto. O Governo canadiano é o único culpado. O Governo quebrou a palavra dada no último minuto e o C.O.I. reagiu continuamente desde este momento, dia e noite, e tomou todas as iniciativas possíveis — acrescentou Daume.

GREVE

Os técnicos responsáveis pela transmissão televisiva das Olimpíadas para todo o mundo entraram hoje em greve, mas tanto o sindicato como o Governo afirmaram que a acção não afectará a cobertura dos Jogos.

Anteriormente, receara-se que a paralisação privasse os telespectadores (cujo número se calcula em perto de 1000 milhões), das imagens em directo das Olimpíadas.

A greve foi decidida por 350 membros do Sindicato Canadiano das Telecomunicações para o Estrangeiro, os quais têm a seu cargo todas as telecomunicações por televisão, rádio e outras do Canadá para o resto do Mundo, excepto os Estados Unidos. Mas o principal negociador do Sindicato (Fred Cooper) declarou à Reuter que o Sindicato não põe objecções a que o pessoal da direcção mantenha os serviços essenciais para o estrangeiro.

É esse o seu dever (comentou). **Não temos queixas a esse respeito. Não queremos prejudicar as Olimpíadas nem que as pessoas deixem de desfrutar dos Jogos.**

Um informador do Governo declarou que o pessoal administrativo poderia ocupar-se de todas as telecomunicações essenciais para o estrangeiro. **Podem contar com isso** (afirmou).

Segundo Cooper, a greve terá duração indefinida. O sindicato pretende o aumento salarial de 23 por cento: o patronato ofereceu 12 por cento...

TANZÂNIA

O Comité Olímpico da Tanzânia, reunido ontem em Dar-es-Salam, decidiu que os seleccionados olímpicos tanzanianos prossigam a sua preparação, prontos a partir para o Canadá **caso a situação evolua favoravelmente em Montreal.**

Se a Nova Zelândia foi excluída dos Jogos Olímpicos, a delegação tanzaniana (da qual faz parte Fimbert Bayi, recordista mundial dos 1500 metros) voará imediatamente para Montreal, precisou o Comité Olímpico da Tanzânia.

INSÓLITO

As atletas soviéticas foram convidadas a candidatar-se à eleição da Miss Olímpica Nua, soube-se hoje, em Montreal. Por outro lado, a firma americana Coca-Cola enviou um convite à delegação da U.R.S.S., propondo-lhe uma estada de 48 horas num clube particular que possui em Rawdon, localidade situada a 40 km. de Montreal.

Considerando tratar-se de **manobras capitalistas** denunciadoras da **decadência burguesa**, os soviéticos rejeitaram energicamente estes convites.

TAIWAN

Chou Chung Hsun, secretário-geral dos Desportos de Taiwan, declarou hoje que **o espírito dos Jogos Olímpicos extinguiu-se com a aceitação, pelo C.I.O., das decisões do Governo canadiano.**

Quanto a Niu Ping Yi (secretário-geral do Comité Nacional Olímpico) lamentou **a interferência da política no desporto,** aguardando entretanto **as reacções da assembleia plenária do C.I.O. à sugestão do Comité Executivo.**

NOVA ZELÂNDIA

O primeiro-ministro da Nova Zelândia (Robert Muldoon) declarou, em Wellington, que a exclusão do seu país dos Jogos Olímpicos significaria, provavelmente, o fim das Olimpíadas.

Muldoon esclareceu que não ficou muito surpreendido com a retirada da Tanzânia dos Jogos de Montreal, em sinal de protesto contra os desafios dos jogadores neozelandeses de râguebi na África do Sul, mas que o seu Governo não tinha a intenção de modificar a sua política de não ingerência no desporto.

O primeiro-ministro da Nova Zelândia declarou que Abraham Ordia (presidente do Conselho Superior do Desporto Africano) mentia, ao afirmar que o seu país era favorável a segregação racial, acrescentando que os Jogos Olímpicos estão a ser utilizados para fins políticos absolutamente contrários ao espírito que preside às Olimpíadas.

Por último Muldoon afirmou estar convencido que as relações de amizade mantidas pela Nova Zelândia com os países do Sudeste Asiático ilhas do Pacífico, Inglaterra, Estados Unidos, Japão e China, não seriam afectadas.

AUTORIZAÇÃO

Poderão cobrir os Jogos de Montereal os 12 jornalistas soviéticos a quem tinham sido recusados, na semana passada, os «vistos» de entrada no Canadá. Segundo um informador soviético, as autoridades canadianas tinham recusado os «vistos» porque os nomes dos jornalistas tinham sido acrescentados no último momento à lista inicial. Mas, agora está tudo resolvido: e os jornalistas soviéticos vão receber os seus «vistos».

KILLANIN

O presidente do Comité Olímpico Internacional, («lord» Killanin) declarou ontem, numa conferência de Imprensa, que a decisão do C.O.I. de efectuar os Jogos de Montreal sem a participação da República da China foi **um caso extremamente infeliz na história olímpica.** prosseguiu: **Lamento que isto tenha acontecido no princípio dos Jogos. Desejo tornar bem claro que só discutimos princípios e não política chinesa. Em nenhuma altura (repito: em nenhuma altura) até 28 de Maio, houve qualquer indicação do Governo canadiano de que não ia honrar a sua palavra.**

Confesso que foi para nós um grande golpe, esta interferência política. Espero nunca mais me ver em tão execrável posição.

O aristocrata irlandês, a meio caminho do seu mandato de oito anos na presidência do C.O.I., diria ainda, com uma expressão de enfado:

. **Penso que o Mundo está farto dos políticos que se metem no desporto. Este procedente é extremamente perigoso.**

Killanin expressou também o seu pesar pelo facto de os chnineses insulares não poderem competir e, ao ser interrogado sobre se iria demitir-se respondeu: **Claro que não. Continuarei a lutar. Não me importo de ficar com os olhos negros. Irei novamente para frente e o mesmo fará o C.O.I.**

PROPÓSITO

Vinte e cinco membros da equipa olímpica da Formosa, que, ontem, o Comité Olímpico Internacional recomendou fosse excluída dos Jogos de Montreal, deslocam-se hoje, de Boston para Concorde, a fim de assistirem a uma recepção oferecida pelo governo do Estado de New Hampshire, Meldrim Thomson.

Segundo um informador de Thomson, a recepção decorrerá no palácio do Governo, onde serão oferecidas lembranças ao atletas chineses que, no fim, darão uma conferência de Imprensa. Os elementos convidados pelo governador do referido Estado são praticantes de judo, boxe, tiro ao arco e ciclismo.

Por seu lado, um informador dessa delegação da Formosa informou que a equipa aguardava ordens de Taipé e observou: **Mas, esperamos ser instruídos no sentido de desafiar**

Continua na pág 17

Protesto dos lutadores

Aconteceu a nove do corrente: em entrevista dada ao «Mundo Desportivo» o técnico Orlando Gonçalves, que recebera a incumbência de orientar os lutadores portugueses a apresentar nas Olimpíadas, foi drástico. Então, transcrevemos no «D.L.» o seguinte:

«Quando cheguei e me apercebi do nível da modalidade, emiti a opinião de que não se deveria ir aos Jogos Olímpicos. Em reuniões na Federação e na Direcção-Geral dos Desportos foi resolvido ir. Então, sugeri que se mandasse gente nova para ganhar experiência. Também essa ideia não foi aceite. Que eram muito inexperientes...

«Encontrei a modalidade como estava quando parti. Aliás, basta ver os nomes para se chegar à conclusão que nada andou para a frente. Meia dúzia de clubes a praticar, meia dúzia de nomes com algum nível. Tem havido muito descuido. É que dantes, não havia dinheiro, mas havia mais praticantes, mais actividade.

«A nossa Federação tem que se organizar. É necessária uma nova estrutura. As pessoas que trabalham na luta têm que se ambientar ao ritmo moderno. E são necessários um ou dois profissionais para acompanhar os «carolas» que têm a sua vida, os seus empregos.»

Vai (mesmo) longe, atacando frontalmente os colegas:

— «Os nossos treinadores estão um pouco desactualizados para treinar atletas a nível de selecção...»

Estas declarações de Orlando Gonçalves chocaram, como bem se calcula, o trio Grilo-Vieira-Duarte que, ontem, no aeroporto, não disfarçava a animosidade em relação ao seu responsável técnico. O facto de Gonçalves ter estado 11 anos fora de Portugal e, como residente na Alemanha, ser integrado apressadamente na caravana olímpica que se exibiu em Munique, jamais voltando a ter contactos com lutadores portugueses, «não o autoriza a pronunciar-se».

— «Para cúmulo» — diz Luís Grilo — «aceitou o cargo de nosso treinador; aparecendo, imediatamente depois, a declarar que estamos velhos, usados e sem possibilidades algumas de bem representar Portugal. Ora a verdade manda que se diga: começámos os treinos para as Olimpíadas em Novembro do ano passado. Houve uma paragem, por mudança de técnico e ficámos, então, sob as ordens de Norberto Silva, sendo (inclusive) observados pelo treinador búlgaro Bogomil, que nos viu com faculdades suficientes para não desprestigiarmos a luta portuguesa no Canadá.

«Agora, o sr. Orlando Gonçalves, mal nos aparece pela frente, logo nos deita abaixo com uma fúria inexplicável. Parece (até) interessado em que nos «espalhemos». Se fosse coerente com as suas palavras, não ia connosco. Desistia. Ficava por cá: mas o passeio é tão bonito... Enfim: faremos os possíveis por não precisar dele. Nem (sequer) com ele contactarmos mais que o obrigatório...»

O traço de Pargana

Desporto

"TOUR"

Calma antes da tempestade

O belga Michel Pollentier venceu a 16.ª etapa da «Volta à França», em bicicleta. Van Impe conserva a camisola amarela» e José Martins, (chegado em 40.º lugar com o mesmo tempo do vencedor) continua em 13.º lugar da «geral».

A tirada disputada no dia a seguir à ultima corrida na montanha e na vespera da prova contra-relógio, só se animou cerca do fim e não provocou nenhuma modificação da classificação geral, de que Van Impe permanece o «leader», à frente de Zoetmelk, agora diminuído por causa de um furúnculo. Chegou-se a recear que o holandês se visse forçado a desistir, devido à localização incómoda do tal furúnculo. Mas isso não sucedeu e Zoetmelk juntou-se aos outros 87 «sobreviventes», na winha de partida.

A encosta de Berlanne 5.º quilometro) permitiu ao italiano Belini reduzir de três pontos o seu atraso sobre Van Impe na classificação dos trepadores.

A corrida decorreu em pelotão. A primeira aceleração (32 km) veio de Perurena. Depois em Vic-en-Bigorne (38 km), Mintkiewicz ultrapassou Maertens no «ponto quente», após um «sprint» renhido. Notou-se logo a seguir breve tentativa de Perurena e Lasa, seguidos por Teirlinck. Aparte isto, reinou a calma, nas colinas do Gers, e os corredores levavam atraso considerável, em relação ao horário mais baixo, calculado na base de uma média de 36 kms. No alto da encosta de Lavardens (118 kms), classificada de 4.ª categoria, para o prémio dos escaladores Bellini continuava, ainda, folgadamente, em 1.º lugar, diante de Guilloux e Menendez. O pelotão continuava compacto embora com andamento um pouco mais acelerado. A batalha não tardaria a travar-se.

A 23 kms da meta, Perin foi o primeiro a arrancar. Mas os companheiros de Maertens fizeram gorar a sua tentativa. Pouco antes da entrada no circuito de Fleurance, Legeay e Pollentier destacaram-se. Ao cortarem, pela primeira vez a meta, os dois homens tinham doze segundos de vantagem em relação ao pelotão. Faltavam três voltas, ou sejam 16 kms para completar o circuito.

Depois da primeira volta, Pollentier estava sozinho na dianteira. Mas, nada estava ainda decidido, pois o belga tinha apenas 20 segundos de vantagem e o pelotão não se dava por vencido. Quanto a Legeay, vitima de um «furo» foi ainda parar à cauda do pelotão.

Desenvolvendo rara energia, Pollentier iniciava a última volta do circuito com 22 segundos de avanço sobre Vianen, que precedia de 50 metros os outros corredores. O belga aguentou-se até ao fim e triunfou com uma vantagem de 16 segundos.

Ordem de chegada: 1.º, Pollentier (Bélgica), 4 h. 38 m. 49 s.L 2.º Maertens (Bélg); 3.º Kaersten (Hol.); 4.º, Gacezzi It.); 5.º, Esclaran (Fr.); 6.º, Paolini (It.); 7.º, Oslen (It.); 8.º, Antonini (It.); 9.º, Teirlinck (Bélg.); 10.º, Mintkiewicz (Fr.); 40.º, José Martins, todos com o mesmo tempo.

Na geral (individual) Van Impe continua em 1.º, lugar, com 87 h. 84 m. 34 s.; 2.º, Zoetemelk, a 3 m. 18: 3.º, Delisle, a 9.27; 4.º, Ricconi, a 10.22; 5.º, Poulidor, a 11.42; 6.º, Galdos, a 12.13; 7.º, Pollentier, a 12.53; 8.º, Bertouglio a 13.36; 9.º, Maertens, a 14.08; 10.º, Pesarrodona, a 14.45. Em 13.º lugar está José Martins, a 15 m. 34 s., de Van Impe.

No Prémio da Montanha, Van Impe continua no 1.º lugar (com 153 pontos) seguido de Bellini, (com 148) Zoetemelk (97) Galdos (71) e Poulidor (67) José Martins está em 11.º lugar (com 44).

Mortimer (à direita) chega ao Estádio da Luz, acompanhado pelos dirigentes benfiquistas Romão Martins e Germano Campos. Técnico profissional de futebol (e não de «cricket», como já tentaram espalhar...) veio ver as condições de trabalho que a «águia» lhe oferece. Para já, uma afirmação: B«Se assinar, serei o exclusivo responsável pela equipa. Darei preparação física, técnica e táctica. Gosto de poder assumir a responsabilidade integral do bom ou do mau que se consiga».

Ainda (já) há chuto na bola

..Nova lista de nomes de futebolistas cuja situação, em relação aos clubes que os pretendem, ficou perfeitamente esclarecida através da entrega de regulares processos documentais, na Federação: Sérgio, Dario, Valter e Adilson (Feirense); Adriano, Carlos Alberto, Fernando, Folha e Madureira (Leixões); Da Costa e Vítor Gomes (Sporting); Albertino e Artur (Boavista); Alhinho II, Araújo, Marrafa, Costa e Rui Rodrigues (Académico de Coimbra); Reis (Espinho); Sobral e Ferreira (Beira-Mar); José António Varzim); José Luís (Benfica); José Fabian (Covilhã); Mário Ventura (Guimarães), e Rui (F. C. Porto). Todos eles têm contratos validados.

ATLÉTICO

. Abrantes, que já defendeu as redes do Benfica, Barreirense e Sporting de Espinho, transferiu-se para o Atlético.

ESPINHO

..Apareceu morto (por asfixia) o antigo futebolista José Vivas da Silva Júnior (55 anos) que durante várias épocas alinhou pelo Sporting de Espinho e chegou a ser distinguido com a medalha de Comportamento Exemplar.

MONTIJO

O nome de José Augusto é indigitado para novo técnico do Montijo.

SALGUEIROS

Francisco Andrade deve passar a treinar o Salgueiros, na nova temporada.

LÁ FORA

BRASIL

Resultados da 5.ª jornada do campeonato fluminense de futebol, realizada no Rio de Janeiro:

. Botafogo-Flamengo, 2-0; Volta Redonda-Goitacaz, 1-0; Fluminense-América, 4-1; Vasco da Gama-Olaria, 2-1.

Classificação: Botafogo e Fluminense, 10 pontos; Flammengo, 7; Vasco da Gama, 5; Goitacaz, 4; Olaria e América, 3; zvolta Redonda, 2.

Jogos de abertura do 2.º turno do campeonato paulista: São Paulo-Portuguesa, 2-2; Guarani-Noroeste, 1-1; Ferroviária-Ponte Preta, 0-0; Palmeiras-América, 3-2; XV Novembro-Botafogo, 3-2; Corintians-São Bento, 1-0.

Classificação: Corintians e Palmeiras, 2; XV Novembro e Guarani, 2; São Paulo e Portuguesa, 1; Noroeste e Ferroviária, 1; Ponte Preta, 1; América, São Bento e Botafogo, 0.

PORTUGAL

CONFRONTO

. O encontro entre as selecções de atletismo de Portugal e Itália (atletas com menos de 23 anos) foi antecipado para o próximo fim-de-semana.

CICLISMO

Carlos Raimundo (Pinheiro de Loures) e Fernando Vieira (Benfica) são campeões regionais de ciclismo, respectivamente em amadores seniores e especiais.

DISCIPLINA

A Federação de Hóquei em Campo continua a braços com a tremenda onda de indisciplina que rodeia a modalidade. No seu mais recente comunicado, pode notar-se um ror de castigos, que vão desde jogos de suspensão a Álvaro Jesus Coelho, Fernando da Costa Alves, José Torres e Carlos Fernandes (todos do União de Lamas) ate à interdição (com multa) do recinto de Viso, passando por inquéritos instaurados a António Henriques Oliveira e Raul Jesus Ferreira (também do desabaratado União de Lamas).

Igualmente a Federação de Patinagem não desliza em melhores rodas: os castigos são a esmo. Desta feita, foram advertidos e multados o Benfica e o F.C. Porto, advertido o Infante de Sagres, multados a Oliveirense e a Salesiana, suspensos por diversos jogos os hoquistas Alfredo Manuel Macedo Graça (Oliveirense) e Aparício António de Araújo (Académico), interditado o ringue do Sporting de Tomar, suspenso o seccionista António José Carvalhais Costeira (Oliveirense) e irradiados Eduardo da Silva Santos (Candal) e António José Rebelo Morais (Paço de Arcos).

GINÁSTICA

Melhores classificados no «Torneio Olimpico» de ginástica: Avelina Alvarez, Filomena Palma, Leonor Alvarez e Ivone Alvarez (todas do Lisboa Ginásio); José Filipe Abreu (Vitória Clube de Lisboa), Pedro Canavarro (Algés e Dafundo), Miguel Ferraz (Lisboa Ginásio) e Paulo Canavarro (Algés e Dafundo). Por categorias: Avelina Alvarez, Filomena Palma, Alexandra Tomás, Paulo Canavarro, Artur Pereira e J. Fanzeres (juvenis); Leonor Alvarez, Luisa Contreiras, Maria José Oliveira, Pedro Canavarro, Miguel Ferraz e J. Contreiras (juniores); Ivone Alvarez, José Filipe Abreu, J. Calvinho e J. A. Mendes (seniores).

HÓQUEI PATINADO

O jogo de hóquei patinado entre o Sporting e o Valongo, a disputar pelas 17 horas de 18 do corrente, será directamente transmitido pela TV.

«KAYAKS»

. Segundo informa a D.G.D., aquele departamento abriu um curso de autoconstrucao de «kayaks», que decorrerá em Braga, de 19 a 24 do corrente.

PROGRAMAÇÃO

. A Associação de Ciclismo do Sul planificou, para 18 do corrente, a prova «Sabino Henriques», na distância de 94 quilómetros, entre Venda Nova e Lousa.

PUGILISMO

. Em colaboração com o Desportivo do Carmo, a Federação de Boxe realiza um «Torneio Popular» da modalidade, aberto a todos os rapazes maiores de 17 anos, que nunca tenham praticado oficialmente o pugilismo.

REMO

. Campeonatos nacionais de velocidade, em «yolle» e «shell» (para tripulações femininas) levados a efeito pela Fed... de Remo: vão ocorrer em Lisboa, a 25 do corrente, no Rio Tejo. Categorias: jupenis e femininos (percurso de mil metros), juniores (1500) e seniores (2000).

TÉNIS

«Torneio Dunlop» (internacional), de 29 de Outubro a 1 de Novembro, em Vilamoura (Algarve) com bons tenistas no cartaz.

TÉNIS DE MESA

«Grande Torneio da Cidade do Porto», a 17 e 18 do corrente, organizado pela Associação de Ténis de Mesa da capital nortenha. Na jornada está integrado um torneio aberto para praticantes infantis e meninas. Segundo pode ler-se em comunicado dos promotores «Esta Associação pretende, desta forma, proporcionar aos jovens uma prova para si, em compensação de promessas feitas a estas categorias a nivel nacional, com possiveis idas ao estrangeiro e não concretizadas (pela Federação e Direcção-Geral dos Desportos)»

TIRO AO ARCO

Manuela Reia, João Inácio, Manuel Pantana, João Pantana e Clara Pantana, foram os arqueiros mais salientes na disputa do torneio «Dia Olimpico».

VELA

De 17 a 24 do corrente, «Semana Internacional de Finns», em Cascais.

VOLEIBOL

De acordo com um programa aprovado pela Federação de Voleibol (e destinado a praticantes da modalidade que, posteriormente, actuarão como colaboradores-técnicos) está a decorrer um Curso de Formação do 4.º grau, que tem lugar em Coruche, Santo Tirso, Marinha Grande, Porto, Lamego e Coimbra. Ainda este mês (início a 23) funcionará igual curso em Viana do Castelo de Maia, Esmoriz, Vila Real, Leiria e Lisboa.

TOTOBOLA

Jogue connosco

Salgueiros - Montijo	1
Beira-Mar - U. Tomar	1
Vilanovense - Paredes	X
A. Viseu - Vila Real	2
Odivelas - Alcochetense	1
Ostende - GUIMARÃES	2
Oesters - BELENENSES	2
Grasshopp. - Landskrona	1
Teplice - Offenbach	X
Insbruck - Eintracht Br.	X
Brno - Duisburg	1
Naestved - Pogon	X
Kosice - Lodz	X

Lá estamos

Continuação da pág. 16

a decisão do Governo canadiano de nos impedir a entrada no país. Não podemos ir de avião porque nenhuma companhia aérea dos Estados Unidos nos transportaria mas podemos alugar automóveis. Uma coisa é certa: não regressaremos a casa sem lutarmos. E lutaremos até ao fim dos fins.

ISRAEL

Uma forte rede de segurança foi montada à volta de sete membros da equipa olímpica à sua chegada a Montreal. A equipa era acompanhada pelas viúvas de três dos onze israelitas mortos no ataque de guerrilheiros à Aldeia Olímpica, nos Jogos de Munique, há quatro anos.

Um soldado canadiano armado sentou-se à frente da equipa, no autocarro que os transportou ao aeroporto de Montreal, enquanto um helicóptero sobrevoava o veículo. O primeiro-ministro canadiano, Pierre Trudeau assistiu ontem a um serviço religioso em memória dos israelitas mortos em Munique.

CONCURSO N.º 45

RESULTADOS PROVISÓRIOS

— Foi apurada uma aposta com treze resultados certos, de Portugal, a que corresponde o prémio de esc. 2 103 851$70 (valor provisório).

— Com doze resultados certos foram escrutinados 99 apostas, sendo 2 de Moçambique e as restantes 97 de Portugal. A cada uma destas cabe o prémio de esc. 21 250$90 (valor provisório).

MADEIRA
DE 6.ª A DOMINGO/PARTIDAS DE LISBOA
VOOS REGULARES TAP
fins de semana
AVIÃO + HOTEL + P. ALMOÇO
TAXAS + EXC. DE MEIO DIA
DESDE
2.490$
ORGANIZAÇÃO
VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa, 47
Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195

Ensino Particular
- Prazo normal de Matrículas no Ensino Primário até ao dia 15.
- Jardim de Infância, continuam as inscrições.
- Educadores e Professores formados, Psicólogo, Francês (Prof.ª de nacionalidade), Música e Ginástica por professoras diplomadas.
- Formação integral dos homens de amanhã.

C.º Sá de Miranda
Rua Alexandre Braga, 17
Telefs. 4 53 10 / 53 75 32

Geral

PRIMEIRA OCUPAÇÃO DESDE AS ELEIÇÕES

Trabalhadores madeirenses tomaram conta da maior fábrica de bordados da ilha

FUNCHAL, 13 — Os trabalhadores da Fábrica de Bordados «Arte Fina» ocuparam ontem as respectivas instalações fabris encetando desta forma uma luta contra a ameaça de despedimento colectivo.

A «Arte Fina» é uma das maiores fábricas de bordados do arquipélago e emprega 83 trabalhadores. Sobre estes, pairava, desde há algum tempo, a ameaça de desemprego. A determinada altura a entidade patronal pretendeu que «fossem todos para férias». Finalmente, ontem, os patrões decidiram não abrir a fábrica.

Face às circunstâncias, os trabalhadores, apoiados pelo seu Sindicato, não hesitaram na ocupação das instalações, sitas na R. Latino Coelho, entre o Mercado e o Liceu do Funchal.

Entretanto, o Sindicato acusa: os subsídios de que a Fábrica vinha beneficiando, na ordem dos 1600 contos, e que deveriam ser exclusivamente aplicados no pagamento de salários, foram muitas vezes desviados para outros fins.

Numa certa ocasião, os trabalhadores chegaram a ter três meses de vencimentos em atraso.

A ocupação da «Arte Fina», a primeira ocupação de uma fábrica no País depois das eleições para a Presidência da República, tem, para já, o apoio da U.D.P., que emitiu um comunicado sobre o assunto.

NOMES PARA A ASSEMBLEIA

Começam a conhecer-se alguns nomes para a Assembleia Regional.

Sabe-se assim que o líder do Partido Socialista (oito deputados na Assembleia) será o arquitecto João Conceição. Por seu turno, o P.P.D. será liderado por Alberto João Cardoso Jardim.

Para Presidente da Mesa, o P.P.D., partido maioritário na Madeira, sugere o nome do dr. Emanuel Rodrigues, ex-deputado à Assembleia Constituinte e mandatário de Ramalho Eanes no Funchal.

Entretanto, o dr. António Loja, independente eleito pelo P.P.D. à Assembleia da República, foi apontado por este partido para assumir funções de controlo na RTP em Lisboa.

LOPES CARDOSO NA AGRO-76

PORTO, 13 — O ministro da Agricultura e Pescas, eng.º Lopes Cardoso, visitou ontem durante mais de duas horas a Feira «Agro 76», em Braga. Acompanhado pelo secretário adjunto eng.º João Mendes Espada e do chefe do Gabinete de Planeamento, eng.º Vital Rodrigues, o ministro chegou àquela cidade por volta das 18 horas. Foi saudado à porta do Estádio Primeiro de Maio pelo governador civil, eng.º Eurico de Melo, pelo vice-governador do Porto, Mário Cerqueira Correia, pelo presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Braga, e por elementos da Direcção-Geral de Pecuária e da Comissão Executiva da «Agro-76». Estiveram também presentes militantes do Partido Socialista, que se deslocavam à Feira para cumprimentar o ministro.

O eng.º Lopes Cardoso, depois de ter visitado os pavilhões conversou com pessoas ligadas à terra que lhe puseram problemas relacionados com a agricultura, nomeadamente a Lei do Arrendamento Rural e a Reforma Agrária.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado no litoral e a Norte do Cabo Carvoeiro e pouco nublado no restante território e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Ceu pouco nublado ou limpo temporariamente muito nublado durante a madrugada e manhã na faixa costeira e Norte do Tejo; vento geralmente fraco de Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	20º
COIMBRA	20º
PORTALEGRE	21º
LISBOA	23º
FARO	26º
FUNCHAL	23º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.17	4,0 m	10.42	0,9 m
17.32	4,2 m	23.11	0,8 m
DIA 14			
5.58	3,9 m	11.22	1,0 m
18.14	4,1 m	23.51	1,0 m
DIA 15			
6.39	3,8 m		
18.54	4,0 m	12.01	1,1 m

AMANHÃ

NASCER AS 6.23
OCASO AS 21.01

DIA 19 DIA 17 DIA 2 DIA 10

DA EUROPA PARA A C.U.F.:

Cerca de 700 mil contos

. A C. U. F. vai receber um auxílio de cerca de 700 mil contos para a construção de uma fábrica de peletização, modernização da metalurgia de cobre e alargamento da rede dos serviços gerais (água, electricidade), integrado no plano «de ajuda excepcional de urgência» a Portugal, sob a forma de créditos a longo prazo concedidos pela C. E. E.

Com este novo complexo industrial criam-se mais 340 postos de trabalho. «Porém, esse projecto» — afirmou um membro da Comissão Administrativa da C. U. F. — «é apenas uma pequena parte de um plano de investimentos da C. U. F. para o período de 1976/1981, que atinge um total de 9 milhões de contos e que foi apresentado ao Governo em finais de Março, encontrando-se já aprovado parcialmente. Dele fazem parte, além do desenvolvimento das actividades actuais, novos empreendimentos no campo da Química Inorgânica (como produção de peletes de ferro e metalurgia de cobre e produção de ácido sulfúrico), na área dos adubos, substituição e ampliação das unidades existentes, bem como outras actividades químicas na empresa e no País, na Química Orgânica e para-Química.»

. Entretanto, acaba de ser negociado no Luxemburgo, entre delegações de Portugal e do Bei, um empréstimo de 12 milhões de unidades de conta (393 960 contos), para financiamento de um projecto de irrigação na região de Odivelas-Vigia (perto de Évora). O projecto de empréstimo vai ser apresentado à Administração do Banco Europeu de Investimento, para aprovação final. Presidiu à delegação portuguesa o eng.º João Espada, subsecretário de Estado adjunto do ministro da Agricultura e Pescas, e dela fizeram também parte representantes dos Ministérios da Agricultura e Pescas, Obras Públicas e Finanças.

Uma carteira perdida

. Um nosso leitor perdeu ontem à noite, nas imediações de um cinema de Cascais, a sua carteira contendo documentos de importância. Agradece a quem achou o favor de contactar os telefones 264866 ou 369717 (sr. Varela).

Extinto o Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios

. Por decreto-lei do Ministério da Justiça, foi extinto o Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios, porque, como refere o preâmbulo do diploma, a Constituição da República Portuguesa proíbe a existência de tribunais com competência exclusiva para o julgamento de certas categorias de crimes.

O Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios foi criado, essencialmente, para reprimir infracções contra a saúde pública, sendo a sua existência já fonte de controvérsia mesmo no domínio do regime deposto em 25 de Abril de 1974.

O programa do M.F.A. previa, desde logo, a extinção de tribunais especiais na nova ordem jurídica a instituir, sendo, no entanto, a entrada em vigor da Constituição que determinou a sua extinção.

Exonerada a Comissão do Vale do Sorraia

Por portaria do Ministério da Agricultura e Pescas, publicada no «Diário da República» I Série, n.º 162, foi exonerada a comissão de gestão transitória do Perímetro de Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia.

A referida comissão tinha sido nomeada em 17 de Setembro do ano passado, também por portaria do mesmo Ministério.

rádio

1.º PROGRAMA

15.00: Noticiário. Música na tarde. **18.00:** Música portuguesa. **18.30:** A Casa e a Vida, por Aquilino Ribeiro: **19.00:** Poemas e Poetas, por Herminia Tojal. Música Variada. **20.00:** «Jornal da Noite». **20.30:** Melodias. **21.00:** Contraponto. **22.05:** A Economia Portuguesa — a economina no nosso dia-a-dia, por Abílio Dinis Silva. **00.00:** «Último Jornal». As olimpíadas através dos tempos. **00.30:** «Música na Noite». **16.40:** Árias de Óperas. Interpretação do tenor Carlo Dergonzi.

17.15 Intercâmbio Musical: Festival de Verão em Helsinquia 1975 — em gravações cedidas pela Rádio da Finlândia: **18.00 Interpretes célebres:** — **Wilhelm Furtwangler**, dirigindo a Orquestra Filarmónica de Berlim.: **19.20 Música de Câmara:** — Trio divertimento em mi bemol maior, K. 563, de Mozart; **20.00: Orquestras de Câmara:** — Concerto Real n.º 3, em lá maior, de François Couperin — Extractos de «Musique de Table», de Teleman; **21.00 Música Sinfónica:** — Abertura «Egmont», op. 84, de Beethoven — Sinfonia n.º 5, em mi menor, op. 64, de Tchaivosky; **22.00 Sonata em si menor, de Liszt**, por Artur Rubinstein (piano); **22.30 O gosto pela Música**, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00 2.º acto da ópera «Don Giovanni»** de Mozart; **00.30 Música de Orgão de Bach:** — Prelúdio e fuga em ré menor BWV 532 e — PAssacaglia BWV 582, por Daniel Chorzempa (orgão); **01.00** Fecho.

3.º Programa Nacional e Regional (294 m)

16.00 Variante (CONTINUAÇÃO); **16.15** Casos ao acaso, **16.40: Disco...rendo; 17.10: Vamos ao médico; 17.30: Cinema em Variante; 18.00 Contacto; 21.00 Música, só musica; 21.30 Quando o telefone toca; 23.05 NLOVAS DE ALEGRIA; 23.20 A música e as vozes.**

3.º Programa (Local-187,5 m)

3.º Programa Local-187,5 m)

16.00 Emissão Nacional; 18.00 Emissão local (Emissor de Lisboa): **Entardecer de vez em quando: 19.00 Entardecer: 19.30 Romance duma cidade** (Repetição): **20.00 Entardecer Cartas a ninguém: 21.00** Fecho.

4.º Programa

16.00 Música variada: 17.00 Canções: 18.00 Apenas Música: 19.00 Em órbita: 20.00 Orquestras: 21.00 Concerto: **22.00** Auditório: **24.00** Prisma: **02.00** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

«!»): Noticiário. **16.05:** Sequência da tarde. **18.00:** Trechos seleccionados. **18.15:** Palavra do dia. **18.30:** Transmissão do Terço. **19.00:** Programa da Liga dos Amgiso de Rádio Renascença. **21.05:** Pentagrama. 21.30: Ao encontro da grande-música. **22.00:** Quando o telefone toca. **22.30:** Temas Vivos **23.05:** Trifónico **23.30:** Dicionário Político. **02.00:** Encerramento da Estação.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

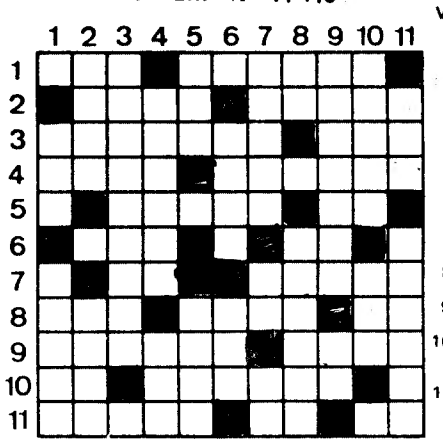
PROBLEMA N.º 11 416

HORIZONTAIS:

1 Oferece. Aves de rapina.
2 Rio da Alemanha. Nivelas.
3 Povos vagabundos. Senhora.
4 Campeões. Tomare moça.
5 Recuas. Cério (s. q.)
6 Guarneça de asas. Utensílio doméstico.
7 Samário. (s. q.) Nome de pássaro.
8 Passai. Bolor, Quatrocentos em romano.
9 Demarco. Ribeira de Portugal.
10 Átomo. Planta herbácea, aromática, usada em culinária.
11 Resmunga (fig). Artigo definido. Batráquio.

VERTICAIS:

1 Recusa. Apelido.
2 Aneis. Mexerico.
3 Espalhassem (fig).
4 Germinam. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
5 Transmite bens gratuitamente a outrém. (inv). Negra.
6 Gostar muito de. Filtre.
7 Homens peludos e feios (fig). Pronome pessoal. Gálio (s.q.)
8 Seguia. Pessoas bondosas (fig).
9 Imputar aleivosamente. Preposição e artigo definido.
10 Rio da França e da Alemanha. Setecentos em romano.
11 Pequeno simio do Brasil. Girara.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

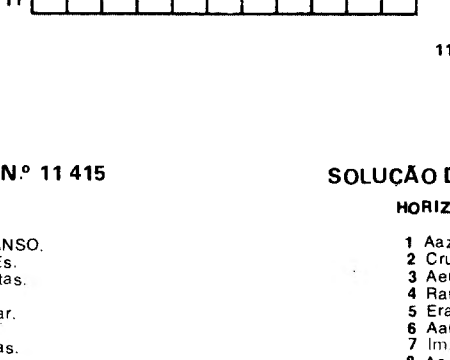
PROBLEMA N.º 7576

HORIZONTAIS:

1 Freguesia do concelho de Belmonte. Some.
2 Despertaremos.
3 Governanta. Hora canónica correspondente às quinze horas.
4 Arrasar.
5 Autores. Fileira. Centiare.
6 Aprontar. Cidade da Polónia.
7 O lado do vento. Donzela de Orlães. Apelo.
8 Esmoncava.
9 Guarneço de asas. Base aérea portuguesa.
10 Desprenderam as peias.
11 Superfícies planas delimitadas. Fio metálico.

VERTICAIS:

1 Cálcio [illegible] Oferece.
2 Mau cheiro. Antepassado. Prefixo que designa ar.
3 Cidade de Itália. Toste.
4 Caminharas Mulher astuciosa.
5 Preposição latina que designa movimento. Curas. Reis.
6 Ilha de Coral que forma um anel mais ou menos continuo. Nome de fruto.
7 Ataque de paralisia. Mulher elegante e bonita. Vossa Alteza.
8 Castigo. Ir pelo ar com grande velocidade.
9 Grande afeição. Negra.
10 Distrito da antiga Índia Portuguesa. Cabelos brancos. Medida de líquidos da Holanda.
11 Artigo definido. Trivial. Pronome pessoal.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 415

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 NÃO. HÁ. BATO.	1 Na. DESCANSO.
2 Arosa. Caira.	2 Arredais. És.
3 Eva. Toas.	3 Oo. Sebentas.
4 Desmente. Bi.	4 SEM. Oira.
5 Ede. Ri. Gras	5 Haveria. Lar.
6 Sabeis. Aal.	6 Anissó. Si.
7 Cie. Asi. Chá.	8 Batega. Fias.
8 Asno. Fios.	9 Aio. Racine.
9 Til. Ain.	10 TRABALHO. Rs.
10 Searas. Aero.	11 Oásis. Astor.
11 Ossários. Sr.	

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7575

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Aaz. Sabrosa.	1 Acareai. Cãs.
2 Cru. Atearem.	2 Arearam. Oba.
3 Aero. Amparo.	3 Zurrar. Aram.
4 Raros. Ao.	4 Oó. Barro.
5 Era. Isar. Ba.	5 Sa. Siva. Eça.
6 Aar. Val. Par.	6 Ata. Sal. Man.
7 Im. Bali. Rir.	7 Bem. Alia. Ro.
8 Aa. Acolá.	8 Rapar. Cu.
9 Correm. Uvas.	9 Orão. Provam.
10 Abarcar. Ara.	10 Ser. Bailara.
11 Samoano. Ma	11 Amo. Arrasar

Provérbio: NÃO HÁ DESCANSO SEM TRABALHO.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO B-1

toda a noite

AJUDA
Boa Hora, Rua dos Quarteis, 25-27 (Tel. 637777).
ALCÂNTARA
Costa, Rua dos Lusíadas, 30 (Tel. 636704).
ALVALADE
Alvalade, Avenida da Igreja, 18-A (Tel. 712070); **Onilda,** Av. João XXI, 13-A.
AVENIDAS NOVAS
Daiva, Avenida Duque de Ávila, 125 (Telef. 45225).
BAIXA
Cortez, Rua S. Nicolau, 93 (Tel. 325378).
BELÉM
Bom Sucesso, Rua Bartolomeu Dias, 63- (Tel. 611454).
BENFICA
Progresso, Estrada de A-da-Maia, 64-C (Tel. 702226).
CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, Rua Vale de Santo António, 7-9 (Tel. 840125).
LAPA
Mota Capitão, Rua de S. Féliz, 45-A-B (Tel. 660720).
OLIVAIS
Central dos Olivais, Rua Alferes Barrilado Ruas, 7-C (Olivais Norte (Tel. 315539).
REGO
Pratas e Mota, Rua da Beneficência, 91 (Tel. 773728).

TURNO B-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA
Cruz de Malta, Largo Chafariz de Dentro, 36 (Tele. 866126).
AMOREIRAS
Amoreiras, Praça das Águas Livres, 8-D (Telef. 681515).
ARCO CEGO
Providência, Rua D. Filipa de Vilhena, 9-C (ao Bairro Social) (Tel. 770324).
AREEIRO
Gasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 54-A (Tel. 710465).
ARROIOS
Brasil, Rua Alves Torgo, 29-33 (Tel. 56843).
BAIXA
Brites Moita, Rua da Alegria, 33 (Tel. 321149).
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica, 429-431 (Tel. 780027).
CAMPO DE OURIQUE
Ourique, Rua Freitas Gazul, 23-B (Telef. 671667).
CONDE REDONDO
Saluz, Rua Luciano Cordeiro, 73 (Tel. 42239).
LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio, Lote 12-C (Tel. 790704).
PICHELEIRA
Carluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Telfs. 720703/728395).
POÇO DO BISPO
Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 79-B (Tel. 382180).
S. BENTO
Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90 (Tel. 679453).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (Tel. 2112081)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839), até às 22 horas
CARCAVELOS
Central, Toda a noite
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-A (Tel. 260085), até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal, até às 22 horas
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial dr. Augusto de Castro, Lote 10 (Tel. 2430691), toda a noite
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204), toda a noite
AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J. A., 15 (Tel. 260116), toda a noite
CASCAIS
Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044); até às 22 horas; **Marginal,** Av. Marginal (Tel. 280078), toda a noite.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias garcia, 209 (Tel. 930019); **Fiama,** E. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072); **Confiança,** Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Tel. 938149).
DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (Tel. 970523)
VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Tel. 972530)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (Tel. 950043)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, Lote 1-B (Tel. 2940781)
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins 285 (Tel. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Tel. 980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (Tel. 2930832)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Guamão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (Tel. 2750271)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302)
BARREIRO
Santa Marta, R. dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (Tel. 2072141)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, Est. das Barrocas, 50 (Tel. 2494182)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SETÚBAL
Marques, R. Arronches Junqueiro (Tel. 22783); **Bonfim,** Av. Rodrigues Manitto, 12 (Tel. 24558)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

TURNO 1

ATÉ ÁS 22 HORAS

Clérigos. R.dos Clérigos. 36: **Cruz.** R.de Costa Cabral. 1082: **Maia.** R.do Campo Alegre. 192: **Botelho.** R.da Alegria. 863: **Estácio.** R.Sá da Bandeira. 120: **Guarani.** R.Pedro Hispano. 367: **Menezes de Lima.** P.Dr. Pedro Teotónio Pereira. 227: **Lidador.** R.do Lidador. 171

TODA A NOITE

Campos. R.Padre Luis Cabral. 943. Foz: **Monte dos Burgos.** R.do Monte dos Burgos. 802: **Aliança.** R.da Conceição. 2: **Alves Moreira.** Av. Rodrigues de Freitas. 167

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

Figueiredo, Rua da Sofia, 107, (Tel. 22837; **M. Nazaré,** Av. João das Regras, 132(Tel. 23033).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

ADÓQUE
Às 20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Grande Cegada»
ABC
21.30 (6 anos)
«A Vida é boa»
LAURA ALVES
21.15 (18 anos)
«Vamos trocar de mulheres»
TEATRO ABERTO
21.15 (15 anos)
«O Circulo de Giz Caucasiano»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (6 anos)
«O Acontecimento mais importante depois que o Homem chegou à Lua»
EUROPA
21.30 e 24 (10 anos)
«A Estrela»
CINEBOLSO
21.30 e 24 (18 anos)
«Relações escaldantes»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«John Sem Lei»
JARDIM
21.30 (18 anos)
«O Homem da lei»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«As Rivais»
SALÃO IDEAL
21.30 (18 anos)
«Execução»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Garotas em Uniforme»
ARCO IRIS
21.15 (18 anos)
«Punhos de Aço»
LUMIAR
21.15 (13 anos)
«Hennessy, o Militante»
PALÁCIO FOZ
21.00 (18 anos)
«A Bela de Dia»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeira-Cine
21.15 (18 anos)
«A Inglesa Romântica»

CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«A Viúva Inconsolável»
PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«O Regresso de Ringo»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Os escândalos da Cidade»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.15 (18 anos)
«La Bambina — uma nova forma do amor»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«Para a frente é que é o Caminho»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Bobby»
AMADORA
Cine-estupdio
21.14 (18 anos)
«A Rivil»
CACÉM
S. João
21.15 (18 anos)
«O Prostituto»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«A Casa das Pombas»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«O Casamento Perfeito»
ALMADA
Incrível
21.14 (18 anos)
«Garotas em Uniforme»

PORTO/Teatros

GRUPO OS MODESTOS
21.30 (13 anos)
«O Santo Inquérito»
SÁ DA BANDEIRA
«Godspell»
ANTÓNIO PEDRO
22 (13 anos)
«As artimanhas de Scalpino»

PORTO/Cinemas

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Malicia de Vébus»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»
JÚLIO DINIZ
21.15 (18 anos)
«As Sobrinhas»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Emanuelle Negra»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Sol Vermelho»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Emanuelle AntiVirgem»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Minhamãe, minhaAmante»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Amor entre Menores»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Por uma mão cheia de Diamantes»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Os Jovens Leões»
S.JOÃO
21.15 (13 anos)
«Quo Vadis»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Quando o amor é sensualidade»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«José do Telhado»
BATALHA-BEBÉ
22.00 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mae»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu Inferno»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«O Fantasma da Liberdade»
GIL VICENTE
21.15 (10 anos)
«A Linha Geral»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Toda a Nudez será castigada»

cinemas

CASTIL

T. 530194 17.00, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
Sylvia Kristel a 2.ª
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
um filme de Francis Giacobetti

Aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPÉRIO

T. 555134/5 17.00, 19.00 e 21.15

XIII CICLO DE CINEMA DA CASA DA IMPRENSA
Cinema no Feminino

HOJE:

DESEJO DE VERÃO, SONHO DE INVERNO
Realiz. de Gilberto Cortes

Não acons. menores 18 anos

POLITEAMA

T. 326305 13.45, 17.15, 19.15, 21.30

Uma comédia em bikini
Não acons. men. 18 anos
MALANDRICES AO SOL
c/ Landro Buzanca

VOX

13.45, 17.15, 19.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos
Um espectáculo para toda a família
2.ª Semana
O ASSALTO DOS DOBERMANS

CARLOS MANUEL

Tel 2930394 21.15

Interdito a men. 18 anos
O PROSTITUTO

Um filme «underground» de Andy Warhol

D. JOÃO V

DAMAIA

Tel. 971794 21.15

LA BAMBINA — UMA NOVA FORMA DE AMOR...

— S. LUIS

Maiores de 18 anos
Às 18.30 h
MADAME DE...
Às 21.30 h
LOLA MONTES

Após a sessão das 21.30 haverá colóquio orientado por: António Pedro de Vasconcelos

PALÁCIO FOZ

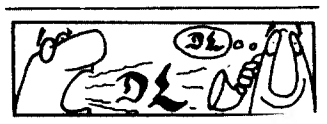
18.00, 21.00

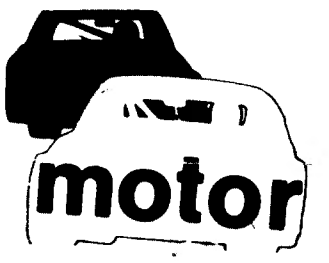
A BELA DE DIA
(BELLE DE JOUR)
Realização: Luis Buñel
(França, 1967)
Intérpretes: Catherine Deneuve e Pierre Clementi
Uma mulher casada defronta os fantasmas duma classe definida pelo privilegio

Interdito men. 18 anos

BARES · BOITES
RESTAURANTES
TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13, (Tel. 364859, 368197). Marta Mónica Stripteaseuse.**
CASINO DO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. T. **264621/264946**





CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 18.00, 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
QUO VADIS
com Robert Taylor, Deborah Kerr, Peter Ustinov, Leo Genn. Um filme de Melvin LeRoy
Não aconselhável a menores de 13 anos

6.ª Semana

EDEN

T. 320768 13.45, 17.15, 19.15, 21.30

Troia vista na mais absoluta intimidade

ELENA SIM, MAS...DE TROIA

com Christa Linder, Don Backy, Peter Landers

Não acons. a men. de 18 anos

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
3.ª semana enchentes
se todas as mulheres fossem como
A MINHA INSACIÁVEL CUNHADINHA

Tinha saído a «sorte grande» a todos os homens

APOLO 70

T. 763319 13.45, 17.15, 19.15, 21.15

Para todos
5.ª Semana
Festival Apolo 70
Jerry Lowis é «O Heroi do Regimento»
Hoje às 24.00 Grupo D (18 anos)
DOIS A ITALIANA
de Renato Salvatori
Um filme de George Marshall

CASINO ESTORIL

T. 264521 17 e 21.15

OS ESCANDALOS DA CIDADE
c/ Daniel Gelin e Sylvia Kristel
Não acons. men 18 anos

S. JORGE

T. 554153/4 17.30, 19.30, 21.30

Não acons. menores 18 anos)
Um assalto espectacular!
POLÍCIAS E LADRÕES
(Cops and Robbers)
Às 17.30, 19.30 Ultimas
O MONSTRO DO PANTANO

AVIS

T. 47163 17. 19. 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
TRINITÁ COW-BOY INSOLENTE
com Terence Hill, Bud Spencer

ESTÚDIO

T. 555134 17.00, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
INSÓLITO DESTINO
Um filme de Lina Wertmuller
4.ª semana

ESTÚDIO 444

T 779095 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
MENINAS BEM
3.ª semana

MUNDIAL

T 538743 17. 19.15. 21.30

Não acons. men 18 anos
SEX SYMBOL
Drama-sexo
Eastmancolor

ROMA

/778 17.00, 19.00 e 21.15

Int. men. 18 anos
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
c/ Silvia Kristel
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

RESTELO

T. 610375 15.00, 21.00

Não acons. a men. 13 anos
O LEÃO E O VENTO

UNIVERSAL

Tel. 774402 21 h.

14.30, 20.30 (Para todos)
A QUIMERA DO OURO

17, 22.30 (Para todos)
OS TEMPOS MODERNOS

Sábado (10) às 00.30 (Para todos)
LUZES DA CIDADE

EDEN

T. 320768 13.45, 17.15, 19.15, 21.30

Troia vista na mais absoluta intimidade

ELENA SIM, MAS...DE TROIA

com Christa Linder, Don Backy, Peter Landers

Não acons. a men. de 18 anos

CONDES

T. 322523 13.15, 17.15, 19.15, 21.30

Não acons. men. 18 anos
SOLDADO AZUL
um acontecimento fora de série
c/ andice Bergen. Peter Strauss

BERNA

T. 77609[illegible] 13.45, 17.15, 19.15, 21.15

Para todos
Os grandes sarilhos de um polícia em Saint-Tropez
O GENDARME EM FÉRIAS
4.ª semana
C/Luís de Funes

LONDRES

T. 801313 13.15, 17.15, 19.15, 21.30

Não acons. men. 13 anos
PATO COM LARANJA
c/ Monica Vitti
Ugo Tognazzi
Hoje às 24 h (18 anos)
A NOITE DOS MIL OLHOS

ROXY

T. 48560 13.15, 17.15, 19.15, 21.30

Não acons. men. 13 anos
TRINITÁ COW-BOY INSOLENTE
c/ Terence Hill, Bud Spencer

TIVOLI

T. 570595 17.15, 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Uma história imortal!
Um filme eterno!
E TUDO O VENTO LEVOU
5.ª semana
Com Clark Gable Vivien Leigh

ALVALADE

T. 897480 17.15, 19.15, 21.30

PARA TODOS
AS MOTOS DO INFERNO
c/ bruce Brown
Steve McQueen' turbilhão da poeira dos loucos da aventura

PATHÉ

T. 821933 13.30, 17.15, 19.15, 21.15

EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
2.ª semana
com Sylvia Kristel
Interdito a menores de 18 anos
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
Hoje as 24 h
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM

NIMAS

T. 574313

Não acons. menores 18 anos

O Chile de Allende e Pinochet

CHOVE EM SANTIAGO
2.ª Semana

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Os ventos da História

. Há uns tipos que não acreditam nos chamados «ventos da história», apesar do Salazar, mestre de tais energúmenos, ser convencido pelo caruncho de uma cadeira e continuado por um dos seus discípulos, por sua vez substituído por um dos seus generais de monóculo e pingalim e luvas de coiro.

Há uns tipos que não acreditam nos ventos da história e julgam que, por terem nomes espanhóis, fogem ao destino dos Marcelos, dos Tomazes e comandita.

Há uns tipos que não acreditam nos ventos da história e julgam que se vão instalar de novo num Estado Fascista, numa Imprensa Fascista, num Ensino Fascista, numa Medicina Fascista, numa Igreja Fascista... e tal e tal...

Há uns tipos que julgam que a história se repete e que podem ser Carmonas e Salazares e Tomazes e Caetanos e Spinolas e o raio que os parta. Há uns tipos (e umas tipas) que julgam...

A verdade é que tu, como dizem os indianos, não te banharás duas vezes no mesmo rio. Só viverás uma vez. Só morrerás uma vez (o suficiente).

A verdade é que nós, como diria o Eça, renasceremos dos Jacques mortos, cada vez mais fortes e numerosos...

E os ventos da história trarão à humanidade, a pouco e pouco, a satisfação das suas aspirações e profundos anseios...

MANUEL DE AZEVEDO

Um auto-retrato do pintor desaparecido

Dórdio Gomes foi ontem a enterrar

PORTO, 13 — Foi a enterrar esta tarde no cemitério do Prado do Repouso o corpo do insigne pintor Dórdio Gomes, ontem falecido na sua residência, no Porto, com a idade de 86 anos. No préstito incorporaram-se personalidades de várias camadas sociais, predominando figuras ligadas ao meio artístico.

O mestre Dórdio Gomes, professor jubilado da Escola Superior de Belas-Artes do Porto participou em numerosas manifestações artísticas, tanto em Portugal como no estrangeiro. Assim, destacam-se: Exposição Internacional do Rio de Janeiro — 1922 — (medalha de ouro), Exposição Internacional de Paris — 1937, Prémio Columbano — 1938, Prémio António Carneiro — 1944, possuindo vários galardões. Dórdio Gomes está representado em vários museus portugueses: museus de Arte Contemporânea, Soares dos Reis, Regional de Évora, Regional de Bragança, Caldas da Rainha, etc. participou ainda nas bienais de Veneza e S. Paulo e, em 1973, esteve representado na exposição «O ensino das Belas-Artes no Porto».

CASO DO VIDREIRO ASSASSINADO

Nova testemunha: "O réu é o assassino!"

PORTO, 13 — No prosseguimento do julgamento de Ludgero Babo de Carvalho acusado de ter morto a tiro um operário vidreiro e ferido outro, na noite de 25 de Novembro passado continuará a ser ouvido, esta tarde, o operário José Lino Soares de Carvalho, que também participou nos incidentes daquela noite.

Ontem (5.ª audiência) José Lino não teve o mínimo rebuço em identificar o réu como assassino: «sei que foi ele que disparou contra mim, que matou o meu colega e que pôs o outro no hospital quase a morrer».

Tal como os outros dois declarantes o haviam feito, José Lino afirmou que ouvira mais do que dois disparos correspondentes aos tiros que atingiram o António Silva (morto) e o José Fonseca. Um deles foi disparado contra ele sem, no entanto, o ter atingido. Confirmou também a comparência do sr. Valdemar, no sindicato, poucos dias após o crime, facto já referido em audiências anteriores.

Antes de José Lino ter sido chamado a depor, o tribunal acabou por ouvir o vice-presidente do Sindicato dos Vidreiros, Francisco Augusto Dias que esclareceu vários pormenores a instâncias do advogado de defesa, dr. Leite de Faria, tendo rearfimado que «o sr. Valdemar (filho do proprietário da confeitaria Cunha), se quiser diz muita coisa, ele sabe muito».

Como na audiência anterior referiu, foi o sr. Valdemar que lhe forneceu a identidade do réu. Entretanto outra testemunha presencial irá colaborar em tal identificação — uma vez que foi aceite o requerimento da advogada de acusação (dr.ª Filomena Gomes) para ser ouvido — Manuel Domingos Vieira, que até agora se tem negado a prestar declarações por ter sido também alvo de ameaças.

Instado pelo juiz, dr. Augusto Vieira, o réu, afirmando-se não ser político nem querer sê-lo, disse que era anti-PCP e admitiu que terá sido o facto de manifestar como tal que terá levado à sua identificação como assassino.

O colectivo que julga este caso é constituído pelo drs. Miguel Montenegro, Cesar Marques e Augusto Vieira, tendo como delegado do MP o dr. Rua Dias.

Batalha "campal" no Martim Moniz

. No largo do Martim Moniz zangaram-se as «comadres». Às oito da manhã de ontem os vendedores ambulantes que ali montaram banca testemunharam ou envolveram-se mesmo, numa cena de pancadaria iniciada com o desentendimento entre dois casais: o António e a Noémia, contra o Alexandre e a Rosa.

Chegaram a ser distribuídas várias pauladas e, às tantas, foram vistos os reflexos de uma navalha nas mãos do Alexandre, que desmente o facto.

A determinada altura, a pequena Maria de Fátima, de 13 anos (filha da Noémia) decide-se a entrar no barulho, e ajuda os pais com um tubo de ferro.

Entretanto, a assistência toma partido por um casal ou por outro, ouvindo-se o «dá-lhe agora», «assim é que é» e outras achas para a fogueira, que atingia o auge.

A PSP interveio, estava o festival de pancadaria na fase mais aguda, com fortes aplausos e gritaria da assistência que fazia círculos.

Balanço da batalha: todos os intervenientes a receber tratamento no Hospital de S. José e depois, para os adultos, a esquadra mais próxima.

Como habitualmente nestes casos, ninguém sabe como é que aquilo começou.

Costa Gomes

Continuação da pág. 1

sa pela redacção final do seu «Programa de Governo». Istó, porém, não constituirá problema, diz-se em círculos socialistas, uma vez que o texto final estará concluído até ao próximo fim-de-semana, de modo a que, após a nomeação de Mário Soares para primeiro-ministro e o anúncio do próximo Governo, possam ser iniciadas consultas com os restantes partidos políticos representandos na Assembleia da República.

Só após estes contactos interpartidários Mário Soares levará o seu programa de Governo à aprovação parlamentar. Em círculos socialistas há a convicção de que o programa passará na Assembleia, permitindo que a acção governativa se inicie logo após.

Nos preparativos do PS com vista ao período que se iniciará amanhã, com a posse de Ramalho Eanes, insere-se a reunião do seu grupo parlamentar, marcada para esta noite na sede do Partido.

Movimento Sindical

Continuação da pág. 1

vado no plenário sindical de ontem, «essa legislação, apressadamente publicada nas costas dos trabalhadores merece, pelo menos em três casos, uma análise detalhada e uma tomada de posição firme por parte do Movimento Sindical».

Refere-se o primeiro destes casos ao Decreto-Lei 471/76, sobre despedimentos e saneamentos com o qual, no entender dos sindicatos, se «pretende permitir a revisão de casos de despedimentos abusivos praticados entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976». É, neste capítulo, salientado o facto de o dec.-lei em causa se aplicar apenas às empresas, não abrangendo «situações criadas por saneamentos à esquerda praticados no aparelho de Estado durante a vigência do VI Governo». Comenta a propósito o documento aprovado: «pretende-se o regresso de fascistas, ex-pides e ex-legionários às empresas, a pretexto de que a Constituição proíbe os despedimentos por motivos políticos e ideológicos». Por outro lado, o dec-lei em análise é tido como ferido de inconstitucionalidade, já que atribui a um Ministério (no caso o do Trabalho» poderes caracteristicamente jurisdicionais, pelo que os actos cometidos ao abrigo do dec.-lei «estarão viciados, além do mais, de usurpação do Poder».

É considerado igualmente inconstitucional o Decreto-Lei 530/76, sobre redução do período de laboração das empresas que permite a dispensa temporária de pessoal e, em última análise, criaria condições de desemprego.

O terceiro caso abrangido pelo documento sindical é o decreto sobre controlo de gestão, tido como aprovado nas costas dos trabalhadores. O plenário dos sindicatos, ao dirigir-se aos órgãos do Poder, exige a declaração de inconstitucionalidade dos dois primeiros decretos-lei e não publicação do decreto sobre controlo de gestão. — Mais noticiário sobre a reunião do Técnico, na página 9.

Feira do Povo de Cascais abre quinta-feira

É inaugurada já na quinta-feira a habitual Feira do Povo de Cascais que terá lugar, como aconteceu nos dois últimos anos, nos terrenos da Parada, junto ao Pavilhão dos Desportos dessa vila.

A iniciativa, que se deve à Junta do Turismo da Costa do Sol com a colaboração da Câmara Municipal de Cascais, proporcionará ao público um vasto mostruário de artigos artesanais rurais e urbanos, e estará aberta até ao dia 31 de Agosto. Estará representando na feira o artesanato de Barcelos, Gondomar, Póvoa de Varzim, Peniche, Nazaré, Caldas da Rainha, Vizeu, Niza, Estremoz, Redondo, Flor da Rosa, Loulé, Madeira e Açores.

Ruas de Lisboa mudaram de nome

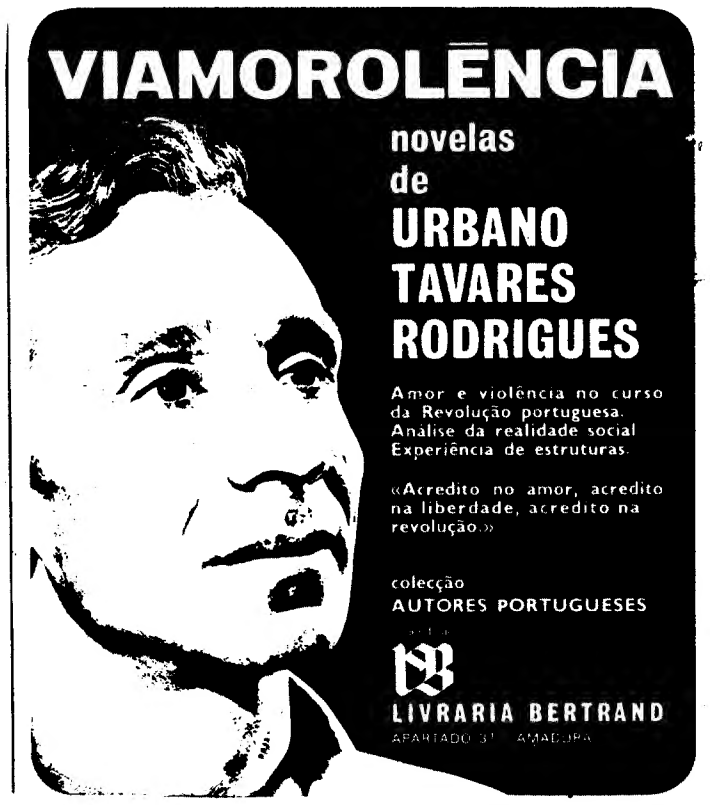
Por edital de 19 de Junho findo, os seguintes arruamentos da capital mudaram de denominação.

Rua C, à Estrada de Benfica (ou à Avenida do Uruguai) — Rua Professor Santos Lucas; Rua B, do plano de urbanização da Quinta do Conde de Carnide (UNOR 36) — Rua Ana de Castro Osório; Impasse I, do mesmo plano de urbanização — Rua Adelaide Cabete; Impasses III e IV, do mesmo plano de urbanização — Rua Maria Veleda; Rua E, ainda do mesmo plano de urbanização — Rua Guiomar Torresão; Arruamento vulgarmente designado por Avenida dos Empregados dos Armazéns Grandela — Rua Francsico Grandela, Travessa de S. Sebastião (freguesia das Mercês) — Rua Professor Branco Rodrigues.

Espanha

Continuação da pág. 1

qual participaram pela primeira vez delegados dos organismos unitários das quatro nacionalidades do Estado espanhol, a saber a «Taula» de Valência, a «Asamblea» e o «Consell» da Catalunha, o «Consello» e a «Taboa» da Galiza e a Delegação das Forças Bascas.

A importância do facto radica em que já não é só a cúpula da Oposição que actua articuladamente, mas também as suas organizações de base à escala regional e em estreita ligação com os poderosos organismos das nacionalidades, alguns dos quais já existiam antes da formação da Coordenação Democrática. O peso destes organismos regionais e das nacionalidades é decisivo, na medida em que eles englobam realmente todas as forças sociais susceptíveis, de serem mobilizadas e que não são directamente tocadas pelo pacto interpartidos que constitui a Coordenação Democrática.

Por isso, o êxito desta primeira grande acção conjunta transcende os seus objectivos imediatos. Uma nova reunião dos promotores foi fixada para o decurso desta semana, o que permite acreditar na formação de uma verdadeira infra-estrutura que abarque todo o Estado espanhol, como base para tornar efectiva e real, no momento próprio, a alternativa que a Oposição vem levantando desde há meses, ao reformismo neofranquista: a ruptura democrática.